

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS DA TERRA
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

SILVANA DO ROCIO DE SOUZA

**O PATRIMÔNIO HISTÓRICO DA LAPA COMO REPRESENTAÇÃO SOCIAL:
ALGUMAS RELAÇÕES ENTRE A GEOGRAFIA E O TURISMO**

Tese de doutorado

CURITIBA
2011

SILVANA DO ROCIO DE SOUZA

O PATRIMÔNIO HISTÓRICO DA LAPA COMO REPRESENTAÇÃO SOCIAL:
ALGUMAS RELAÇÕES ENTRE A GEOGRAFIA E O TURISMO

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em Geografia, Setor de Ciências da Terra,
Universidade Federal do Paraná, como requisito
parcial à obtenção do título de Doutor em Geografia.

Orientação: Prof. Dr. Miguel Bahl

CURITIBA
2011

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	11
2	UM DIÁLOGO ENTRE A GEOGRAFIA E O TURISMO.....	17
3	O ESPAÇO PRODUZIDO COMO IDEIA TEÓRICA.....	29
3.1	O ESPAÇO E AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS.....	30
3.2	AS CONTRADIÇÕES ESPACIAIS CONFORME LEFEBVRE.....	43
3.3	O ESPAÇO URBANO E DO ESTADO.....	48
3.4	O ESPAÇO URBANO COMO PRODUÇÃO SIMBÓLICA.....	56
3.5	O ESPAÇO TURÍSTICO.....	60
4	O PATRIMÔNIO EM FUNÇÃO DAS REPRESENTAÇÕES.....	67
4.1	A TRAJETÓRIA POLÍTICA DO PATRIMÔNIO.....	87
5	MUNICÍPIO DA LAPA EM SEUS ASPECTOS GEOGRÁFICOS, HISTÓRICOS, CULTURAIS E TURÍSTICOS.....	96
6	A VISÃO DA LAPA POR SEUS MORADORES E TURISTAS: UMA PESQUISA EMPÍRICA.....	115
6.1	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS QUE LEVARAM À COMPREENSÃO DO QUE REPRESENTAM OS BENS PATRIMONIAIS.....	115
6.2	CONSTRUÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS.....	119
6.3	ANÁLISES E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS DAS ENTREVISTAS E DOS QUESTIONÁRIOS.....	120
6.3.1	O que revelou a fala dos sujeitos nas entrevistas e nos questionários...	125
6.4	DISCUSSÃO DOS RESULTADOS DOS DEPOIMENTOS.....	148
6.4.1	O que revelou a fala dos sujeitos nos depoimentos.....	149
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	157
	REFERÊNCIAS.....	164
	APÊNDICES.....	171

TERMO DE APROVAÇÃO

SILVANA DO ROCIO DE SOUZA

O PATRIMÔNIO HISTÓRICO DA LAPA COMO REPRESENTAÇÃO SOCIAL: ALGUMAS RELAÇÕES ENTRE A GEOGRAFIA E O TURISMO

Tese aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor no Curso de Pós-Graduação em Geografia, Setor de Ciências da Terra da Universidade Federal do Paraná, pela seguinte banca examinadora:

Orientador: Prof. Dr. Miguel Bahl
Departamento de Turismo, UFPR

Profª. Drª. Maria Henriqueta Sperandio Gimenes
Departamento de Turismo, UFPR

Prof. Dr. Marcos Aurélio T. da Silveira
Departamento de Geografia, UFPR

Prof. Dr. Wolf Dietrich Sahr
Departamento de Geografia, UFPR

Profª. Drª. Valquíria Elita Renk
Universidade Católica do Paraná

Curitiba, 18 de abril de 2011.

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a todos aqueles que acreditam que “a ciência produzida pelo homem se por um lado é a revelação do mundo, por outro é a revelação do homem”.

Álvaro Vieira Pinto.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos professores e funcionários do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Paraná, pela respeitosa e carinhosa acolhida.

Agradeço aos professores, funcionários e alunos do Departamento de Turismo da Universidade Federal do Paraná, pela colaboração e compreensão.

Agradeço a todas as pessoas amigas, especialmente aos companheiros de trabalho e de vida pela ajuda e pelo incentivo.

Agradeço ao professor Miguel Bahl pela orientação e companheirismo.

A teoria da ciência não pode constituir-se prescindindo da visão da totalidade do real, isto é, não pode deixar de fundar-se numa concepção filosófica. Cabe ao pesquisador ter consciência desta condição original e inevitável, para em seguida pronunciar-se a favor de alguma das possíveis concepções que a história do pensamento oferece ou que sua razão seja capaz de elaborar. Pois, a necessidade de tratar os dados das ciências no seu conteúdo imediato pode nos fazer esquecer que tais dados se de um lado são dados da realidade do mundo exterior ou do universo de abstrações inteligíveis, como nas matemáticas, por outro lado, são dados dos homens, pois este é o ser que os constitui como os elementos pelos quais o mundo se expressa para ele.

Álvaro Vieira Pinto

RESUMO

As relações que se estabelecem no espaço e definem a organização deste, seja para vivência de autóctones ou para uso turístico traz a necessidade de avançar nas teorizações que envolvem a geografia e o turismo. Pois destas relações emergem sentidos, valores e representações que necessitam serem compreendidas. Esta tese partiu do objetivo de compreender a dinâmica existente entre o turismo, o espaço e os bens patrimoniais inseridos no espaço urbano da cidade da Lapa-PR, a partir das contradições que se revelam através das falas dos sujeitos que nesse espaço se relacionam. A este estudo de caráter exploratório e teórico somou-se uma investigação empírica numa abordagem qualitativa que se realizou sob os seguintes recursos metodológicos: pesquisa exploratória bibliográfica buscando os aspectos geográficos, históricos, culturais e turísticos mais relevantes do município da Lapa; levantamento quantificando e caracterizando os bens patrimoniais históricos tombados que se encontram no Setor Histórico do município da Lapa; realização de entrevistas, questionários e depoimentos buscando uma análise comparativa entre o pensamento de diferentes atores que nesse espaço se relacionam. Apresenta como resultados que o patrimônio histórico da Lapa estimula as políticas de conservação, mas também desperta olhar para o futuro em busca de harmonizar as construções históricas com novas práticas sociais que elevem a qualidade de vida dos moradores da cidade, os quais necessitam posicionar-se frente às ações públicas assumindo sua forma de pensar diante dos outros e diante dos fatos e das coisas. A identidade que é representada pelas práticas culturais é como uma produção que nunca cessa ou mesmo se completa. No entanto é sempre constituída pelas representações que os sujeitos dessa sociedade possuem e expressam. Nesse sentido, elegeram o Teatro São João e a Igreja Matriz como símbolo da cidade pela representação da história e pelos sentimentos e emoções que despertam. Apresenta como conclusão a compreensão que o espaço urbano da Lapa ao contemplar o espaço turístico em sua dimensão social deverá buscar a promoção de desenvolvimento equilibrado onde a conservação dos bens patrimoniais deve ser enfatizada, reconhecendo a importância estratégica do turismo, seus impactos e limitações, buscando referenciais teóricos e metodológicos a partir do entrelaçamento das áreas geografia e turismo para melhor compreender o fenômeno turístico e sua relação com o espaço.

Palavras-chave: Turismo. Espaço. Espaço urbano. Bens patrimoniais.

ABSTRACT

The relations that are established in the space and define the organization of this be for existence of natives or to tourist use it brings the necessity of advancing in the theorizations that wrap the geography and the tourism. Because of these relations arise felt, values and representations that need to be understood. This theory left from the objective to understand the dynamic existent one between the tourism, the space and the patrimonial goods inserted in the urbane space of the city of the Lapa-PR, from the contradictions that are revealed through the words of the subjects that relate in the space. To this study of character exploratory and theoretician added an empirical investigation up in a qualitative approach that happened under the next methodological resources: exploratory research bibliographical when there are looking the most relevant geographical, historical, cultural and tourist aspects of the Lapa city; lifting quantifying and characterizing the patrimonial historical knocked down goods that are in the Historical Sector of the Lapa city; realization of interviews, questionnaire and testimonies looking for a comparative analysis between the thought of different actors who are related in this space. It presents as results that the historical inheritance of the Lapa stimulates the politics of conservation, but also awake to look at the future in search of harmonizing the historical constructions with new social practices that lift up the quality of life of the residents of the city, who need the public actions position front assuming their form of thinking before others and before the facts and the things. The identity that is represented by the cultural practices is like a production that never ceases or that is completed. However it is always constituted by the representations that the subjects of this society have and express. In this sense, they elected the Theater São João and the Igreja Matriz like symbol of the city for the representation of the history and for the feelings and emotions that wake up. It presents as conclusions that the understanding of urbane space of the Lapa while contemplating the tourist space in his social dimension will have to look for the promotion of development balanced where the conservation of the patrimonial goods must be emphasized, recognizing the strategic importance of the tourism, his impacts and limitations, looking for theoretical referential systems and methodological from the interlacement of the areas geography and tourism to better understand the tourist phenomenon and his relation with the space.

key words: Tourism. Space. Urbane space. Patrimonial goods.

LISTA DE IMAGENS

IMAGEM 01 - LOCALIZAÇÃO DA LAPA NA REGIÃO METROPOLITANA

IMAGEM 02 - REGIÕES TURÍSTICAS DO PARANÁ

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 01 - GÊNERO DOS RESPONDENTES

GRÁFICO 02 - FAIXA ETÁRIA DOS RESPONDENTES

GRÁFICO 03 - ESCOLARIDADE DOS RESPONDENTES

GRÁFICO 04 - SENTIMENTOS QUANDO OLHARAM PARA UM BEM PATRIMONIAL

GRÁFICO 05 - O QUE ELEGERAM PARA REPRESENTAR A LAPA

GRÁFICO 06 - PATRIMÔNIO QUE ELEGERERAM PARA REPRESENTAR A LAPA

GRÁFICO 07 - O QUE O PATRIMÔNIO REPRESENTA PARA OS RESPONDENTES

GRÁFICO 08 - INDAGAÇÕES COMBINADAS 1

GRÁFICO 09 - INDAGAÇÕES COMBINADAS 2

GRÁFICO 10 - OPINIÃO SOBRE O FLUXO DE TURISTAS NA LAPA

GRÁFICO 11 - O QUE MOTIVA VISITAR A LAPA

GRÁFICO 12 - O QUE A CIDADE DA LAPA OFERECE AOS MORADORES E VISITANTES

GRÁFICO 13 - FREQUÊNCIA COM QUE O RESPONDENTE VISITA A LAPA

LISTA DE QUADROS

- QUADRO 01 - QUADRO COMPARATIVO DE RENDA DOS HABITANTES DA LAPA
- QUADRO 02 - RELAÇÃO DOS IMÓVEIS LOCALIZADOS NO SETOR HISTÓRICO
COM GRAU DE PROTEÇÃO I
- QUADRO 03 - RELAÇÃO DE BENS TOMBADOS
- QUADRO 04 - DISTRIBUIÇÃO DA AMOSTRA CONSULTADA
- QUADRO 05 - CATEGORIAS DE ANÁLISE
- QUADRO 06 - OPINIÃO SOBRE A DEMOLIÇÃO DO SETOR HISTÓRICO
- QUADRO 07 - JUSTIFICATIVA SOBRE O CRESCIMENTO DO TURISMO NA
CIDADE
- QUADRO 08 - QUADRO RESUMO DAS RESPOSTAS DOS RESPONDENTES
- QUADRO 09 - UNIVERSO PESQUISADO ATRAVÉS DE DEPOIMENTOS

1 INTRODUÇÃO

A forma com que o espaço esta sendo organizado e a atividade turística está sendo desenvolvida, traz a necessidade de avançar nas teorizações que envolvem a Geografia e o Turismo, na tentativa de compreender as relações que se estabelecem e, por conseguinte definem a organização do espaço, seja para uso turístico ou para vivência de autóctones. Destas relações emergem sentidos, valores e representações que necessitam serem compreendidas e avaliadas.

A tese desta pesquisa estabeleceu-se no fato de que no município da Lapa (Paraná, Brasil), a comunidade local, em geral, necessita ser estimulada ao exercício de cidadania, com a participação nas decisões políticas, especialmente nas áreas social e cultural.

Isso, pois o fortalecimento da consciência quanto à conservação dos bens patrimoniais históricos, depende da forma como percebem, sentem e representam estes bens e isto interfere na formação da imagem da cidade enquanto destino turístico pelo seu público externo.

As reflexões sobre o conhecimento das representações atribuídas ao patrimônio da Lapa podem oferecer entendimento da vida social e cultural daqueles que nesse espaço se relacionam. Estas reflexões também acompanham o estudo sobre as categorias e conceitos que não apenas a tradição antropológica do conhecimento, pode orientar.

A noção de patrimônio a que esta tese se refere envolve as discussões em torno dos alcances que a palavra patrimônio possibilita inserindo-se no cotidiano da vida ocidental moderna, apesar dos diversos significados, desde a noção de patrimônio econômico ou financeiro individual ou de uma organização, à noção de patrimônio arquitetônico e artístico, além do patrimônio imaterial ou intangível. Está ancorada no patrimônio cultural e histórico, ou simplesmente patrimônio histórico, sendo nesta tese também denominado bens patrimoniais.

Acompanhando a formação dos Estados nacionais com a formulação das políticas e das normativas quanto ao uso e usufruto dos patrimônios também estão os estudos e pesquisas que revelam conceitos e definições buscando ajudar na compreensão dos contornos teóricos que envolvem a moderna noção de patrimônio.

Portanto, o conhecimento da complexidade e da importância do patrimônio faz-se necessário para a compreensão da vida social de uma sociedade que

historicamente construiu divisões ou categorias de pensamento delimitando e estabelecendo fronteiras e categorias para o patrimônio como resultado de processos de transformação e mudança.

Os patrimônios constituem-se de certo modo como extensões da própria sociedade, como partes inseparáveis das totalidades sociais que pelas suas representações podem oportunizar aprofundar a reflexão sobre os significados que estes podem assumir.

Deve-se assinalar que esta tese não almeja responder a todos os questionamentos inerentes à noção de patrimônio, suas categorias e conceitos, mas refere-se de modo reflexivo nas formulações de políticas de conservação e preservação dos bens patrimoniais assim como busca compreender as variadas representações a eles atribuídas no caso específico da cidade da Lapa.

Parte da origem do estímulo a essas reflexões encontram-se no desenvolvimento do Projeto de Extensão Educazer: teoria e prática no patrimônio cultural desenvolvido através do Departamento de Turismo da Universidade Federal do Paraná sob a coordenação da autora desta tese (2007-2010). Este projeto teve como objetivo, propiciar aos acadêmicos do Curso de Turismo articular as teorias estudadas nos conteúdos curriculares do curso à prática de extensão com atividades voltadas a crianças de 07 a 12 anos, jovens e adultos incentivando o estudo e a pesquisa. Como resultado, despertou o interesse pelo turismo aliado à compreensão dos benefícios e impactos, incentivando a valorização da história e memória através da conservação dos bens patrimoniais, também para as gerações futuras, entendendo que isso se faz necessário para o desenvolvimento do turismo de forma responsável e imbuído do conceito de cidadania.

Os resultados deste projeto, assim como os estudos anteriormente iniciados em nível de mestrado das políticas de formação dos profissionais do turismo e sua relação com a conservação do patrimônio histórico para uma prática profissional humana, também revelaram a necessidade de aprofundar o estudo que envolve o turismo e os bens patrimoniais sob a perspectiva da geografia cultural na compreensão do espaço onde atores sociais se relacionam.

Compreendendo-se o espaço como sendo onde a vida social se organiza, no qual se encontra moradia, trabalho, serviços, lazer e turismo, percebe-se que transformações de diversas origens ocorrem, definindo entre outras coisas o tipo de construção e o uso a que se dará aos bens patrimoniais ali existentes. Investigar as

complexas relações entre o espaço, o poder e a identidade dos que convivem com essas construções podem ajudar a relevar as relações simbólicas entre indivíduos, sociedade e espaço.

A partir destas reflexões, estabeleceu-se a problemática do que representam os bens patrimoniais históricos tombados que se encontram no espaço urbano do município da Lapa, ou seja, em seu Setor Histórico, a partir das seguintes indagações: O que representam estes bem? Existem diferentes representações? Essas representações interferem na organização do espaço turístico do município?

Quanto às hipóteses que permearam esta pesquisa, estabeleceu-se que para se avaliar o turismo enquanto fenômeno social faz-se necessário compreender as relações entre turistas, comunidade local e a produção do espaço enquanto espaço social. Apesar dos bens patrimoniais históricos tombados que se encontram no Setor Histórico, o fenômeno turístico vem se desenvolvendo de forma pouco expressiva. As variadas representações que os profissionais do turismo, proprietários de bens tombados, representantes de órgãos públicos, moradores da cidade e turistas expressam sobre os bens patrimoniais, dificultam o estabelecimento e o fortalecimento da imagem do município enquanto um destino turístico.

Estipulou-se como objetivo geral compreender a dinâmica existente entre o turismo, o espaço e os bens patrimoniais históricos inseridos no espaço urbano (Setor Histórico) do município da Lapa, a partir das contradições que se revelam através das falas dos sujeitos, sobre o que representam esses bens, dando subsídios para as políticas públicas possibilitando o desenvolvimento turístico.

Como objetivos específicos foram estabelecidos:

A necessidade de identificar as relações entre o turismo, o espaço e os bens patrimoniais históricos.

Apresentar o município da Lapa em seus aspectos geográficos, históricos, culturais e turísticos.

Investigar o imaginário social, buscando uma análise comparativa entre o pensamento de diferentes atores como: profissionais do turismo, representantes de órgãos públicos, donos de imóveis tombados, moradores da cidade e turistas de como percebiam a atividade turística no município e o espaço urbano em que se encontram inseridos os bens patrimoniais históricos tombados.

Esta pesquisa justifica-se por considerar que o espaço público das cidades, espaço em que se encontram bens patrimoniais de valor histórico, é um espaço em que ocorrem as práticas sociais e os processos materiais de reprodução social, ou seja, um espaço construído a partir das relações de trabalho e de moradia. Este espaço, de trabalho e de moradia, também é um espaço em que acontece o fenômeno turístico. O qual para sua compreensão necessita do conhecimento geográfico, pois apresenta aspecto social e cultural relevante. Isto é, necessita contribuir para a formação, valorização, organização e reorganização do espaço onde se encontram os bens patrimoniais.

Neste sentido justifica-se a escolha do Município da Lapa, como espaço geográfico para a realização da pesquisa empírica por se tratar de um município onde se encontra um número expressivo de bens patrimoniais tombados inseridos no seu perímetro urbano. Neste espaço de trabalho, moradia e lazer da comunidade local, também acontece o fenômeno turístico, pois em seu conjunto, o Setor Histórico representa um atrativo turístico.

A partir destas justificativas, elegeu-se como objeto de estudo, os bens patrimoniais históricos que se encontram no Setor Histórico do município da Lapa, em uma área de 14 bairros com mais de 230 imóveis tombados com variados graus de proteção, considerados como uma faceta da espacialidade e da temporalidade dos homens em seu espaço de residência ou trabalho. Pois, nesta forma de olhar para a geografia, na abordagem cultural, estas formas de produção humana são representações sociais materiais que integram um espaço público e que enquanto formas simbólicas refletem as relações políticas e culturais dessa sociedade.

Tendo definido o objeto de estudo, esta pesquisa de caráter exploratório e teórico, inicialmente dedicou-se à fundamentação teórica a partir da revisão bibliográfica que se desenvolveu estabelecendo interface entre a geografia e o turismo, o espaço e o patrimônio na busca de construção de arcabouço teórico que possibilitasse o entendimento do fenômeno turístico que se desenvolve na cidade da Lapa e que interfere na organização do espaço e na formação da imagem turística.

Ao estudo teórico foi somada uma investigação empírica, numa abordagem qualitativa que foi realizada sob os seguintes recursos metodológicos, basicamente explicitados a seguir: pesquisa exploratória bibliográfica buscando os aspectos geográficos, históricos, culturais e turísticos mais relevantes do município da Lapa,

com o objetivo de caracterizar o município; levantamento quantificando e caracterizando os bens patrimoniais históricos tombados que se encontram no Setor Histórico do município da Lapa; realização de entrevistas e aplicação de questionário buscando uma análise comparativa entre o pensamento de diferentes atores como: profissionais do turismo, representantes de órgãos públicos, donos de imóveis tombados, moradores da cidade e turistas de como percebiam o fenômeno turístico no município e o espaço urbano onde estão inseridos os bens patrimoniais históricos tombados. Somado a estes instrumentos, também foram analisados depoimentos como forma de completar e ampliar as possibilidades de análises através das teorias estudadas.

Esta tese que foi sistematizada em capítulos encontra-se assim dividida:

O primeiro capítulo apresenta um diálogo entre a geografia e o turismo.

O segundo capítulo traz a compreensão do espaço com os principais conceitos que sustentaram a pesquisa. Tendo como base para a construção deste arcabouço teórico a contribuição de autores como o David Harvey, Henry Lefebvre, Milton Santos e Rob Shields principalmente.

O terceiro capítulo apresenta o patrimônio em função da representação, envolvendo a cultura e a identidade na perspectiva teórica de Manuel Castells, Stuart Hall, Zygmunt Bauman e ainda de Álvaro Vieira Pinto e Milton Santos, contribuindo com a reflexão sobre as políticas de conservação e preservação do patrimônio.

O quarto capítulo traz a caracterização da cidade da Lapa em seus aspectos geográficos, históricos, culturais e turísticos como forma de ampliar as possibilidades de compreensão do objeto em estudo relacionado aos bens patrimoniais.

O quinto capítulo trata da pesquisa empírica apresentando os procedimentos metodológicos que levaram à compreensão do que representam os bens patrimoniais, bem como a construção dos instrumentos de coleta de dados e a análise e discussão dos resultados a que esta pesquisa chegou.

Acredita-se que os conhecimentos produzidos por esta pesquisa poderão contribuir para estudos geográficos análogos, em especial para a organização e gestão de municípios que possuam atrativos turísticos históricos ou culturais, na medida em que poderá servir de subsídio para as políticas públicas da área da cultura e do turismo.

A pesquisa aponta como resultados que o Teatro São João e a Igreja Matriz podem ser considerados símbolos da cidade, ancorados nas expressões da história que esses bens representam e que despertam sentimentos e emoções. Sendo que a Lapa é uma cidade que oferece muitos atrativos turísticos relacionados com o patrimônio histórico, em que a maioria visita pela primeira vez.

No entanto, a pesquisa também aponta que o patrimônio histórico da Lapa é representado de forma conflituosa. Apóia-se na história e na cultura, mas também na beleza que expressa. Instiga políticas de conservação, mas também desperta o olhar para o futuro traduzindo-se na necessidade de não parar a história buscando políticas de conservação dos bens refletindo nas possibilidades de transformar o espaço urbano para gerar emprego e renda, porém, harmonizando as construções históricas com novas práticas sociais.

E que cabe o entrelaçamento das áreas de geografia e de turismo na busca de referenciais teóricos com a articulação de procedimentos metodológicos que sejam capazes de elucidar as relações que se dão no espaço, para a compreensão de fenômenos que expressem movimentos nacionais, regionais ou locais. E que, portanto expressam peculiaridades e singularidades que necessitam serem avaliadas para melhor se compreender o fenômeno turístico e sua relação com o espaço.

2 UM DIÁLOGO ENTRE A GEOGRAFIA E O TURISMO

A Geografia enquanto ciência e área de conhecimento inclui o estudo das relações entre sujeito e sociedade. Sendo que este pensar geográfico pode ser considerado de certa forma, como um pensamento que evoluiu do caráter dualista entre natureza e sociedade. Esta evolução deu origem a outras formas de pensar à Geografia, como por exemplo, a abordagem cultural.

Para Corrêa (1999, p. 49), “a partir da década de 1970 a geografia cultural ressurge como importante subcampo da geografia” através da publicação de coletâneas de “Foote, Hugill, Mathewson e Smith e livros texto como os de Jackson e Hudmam e Claval” acompanhadas dos periódicos especializados em geografia e cultura a partir da década de 1990. Corrêa (1999, p. 51) ainda comenta que o ressurgimento se deu depois de um período pouco expressivo nessa área entre 1940 e 1970. E que isso se fez “num contexto pós-positivista e vem da consciência de que a cultura reflete e condiciona a diversidade da organização espacial e sua dinâmica”. (CORRÊA, 1999, p. 51).

E nesse seu ressurgir a geografia cultural “é marcada, em maior ou menor grau, por várias influências, entre as quais [...] pela geografia cultural que a antecedia e pelo materialismo histórico e dialético, que considera a cultura simultaneamente como um reflexo e uma condição social”. (CORRÊA, 1999, p. 52).

Para Claval (1999, p. 60), a geografia cultural ressurge após uma fase de declínio que se estendeu de 1950 a 1970 principalmente por dois fatores, primeiro porque “a disciplina é confrontada com novas formas de afirmação da diversidade dos grupos, as quais ela não pode ignorar” e em segundo lugar porque “o trabalho de reflexão epistemológica, empreendido pelas ciências sociais e pela geografia desde o início dos anos 1960, chega a um ponto decisivo” (CLAVAL, 1999, p. 61) sendo que a partir deste momento “toma-se consciência das inconsistências dos princípios positivistas até então aceitos”. (CLAVAL, 1999, p. 62).

Claval ainda comenta que a abordagem moderna da geografia cultural “descobre que os homens, os grupos e os lugares são realidades variáveis, construídas em um momento e em um local precisos” e que “sua natureza é, ao mesmo tempo, material, histórica e geográfica”. (CLAVAL, 1999, p. 63).

Para Claval (1999, p. 94), portanto, a abordagem cultural da geografia “restabelece as condições de materialidade, historicidade e geograficidade de todo fato humano e social”.

Sauer (2003, p. 19), na tentativa de explicar as origens da geografia cultural considera que de certa maneira a aproximação de teóricos ao tema geografia se deu de diversas maneiras e com variadas finalidades, mas que existiu o objetivo de “limitar-se ao estudo de uma relação causal particular entre o homem e a natureza”.

Assim, *a priori* existiram dois grupos, onde o primeiro “mantém seu interesse preferencial pelo homem, quer dizer, pela relação do homem com seu meio, habitualmente no sentido de adaptação do homem ao meio físico” e que forma a geografia humana. O segundo grupo irá incorporar a geografia cultural “se é que se aceita dividir os geógrafos mediante meras classificações, dirige sua atenção para aqueles elementos da cultura material que conferem caráter específico à área”. (SAUER, 2003, p. 20).

Para Wagner e Mikesell (2003, p. 28), cinco temas estão implícitos à geografia cultural: “cultura, área cultural, paisagem cultural, história da cultura e ecologia cultural” que se distinguem dos aspectos puramente naturais ao incorporar a ação do homem ao meio natural. E ainda comentam que “o estudo geográfico da cultura expõe problemas desafiadores, sugere procedimentos para a solução e abre caminho para uma compreensão dos processos que criaram e estão criando novos ambientes para o homem”. (WAGNER; MIKESELL, 2003, p. 52).

A forma de pensar e de olhar para a geografia, nesta abordagem cultural, apresenta a possibilidade de analisar as relações entre sujeito, espaço e sociedade, a partir da compreensão do que representam os bens patrimoniais históricos.

Estes bens, inseridos nas cidades, revelam, entre outras coisas, os símbolos e as relações simbólicas entre os indivíduos, a sociedade e o espaço. Estas formas simbólicas, que são os patrimônios refletem enquanto símbolos as relações políticas e culturais de uma determinada sociedade ou comunidade.

Sendo assim considerados como uma faceta da espacialidade e da temporalidade dos homens em seu espaço de residência ou trabalho, esses bens constituem-se em objetos de estudo nesta forma de olhar para a geografia, na abordagem cultural.

Os bens patrimoniais históricos, como formas da produção humana são representações sociais materiais que integram os espaços públicos das cidades.

Investigar os significados atribuídos a essas produções significa refletir sobre a localização e a representação destes que merecem serem avaliados em suas concepções políticas em suas variadas interpretações e nas complexas relações entre espaço, poder e identidade dos que convivem com estas construções históricas.

Confrontar o que parece ser a mais desafiadora questão sobre a cultura que é a interpretação das relações simbólicas entre sujeito e bens patrimoniais remete ao pensamento de Duncan (2004, p. 115), sobre a metonímia presente nos monumentos ao dizer que em alguns casos “o lugar de origem é usado para se referir ao objeto original, quando causa é usada no lugar de efeito, recipiente no lugar de operação e o emblema no lugar do objeto emblematizado”, ou seja, investigar as relações considerando que o que se encontra refletido pode não ser o que realmente se quis refletir.

Ainda de acordo com o pensamento de Duncan (2004, p. 95), necessário se faz analisar os bens patrimoniais e o que eles representam para os sujeitos compreendendo que ao fazer “a leitura” é preciso compreender que “as descrições não são reflexos espelhados, são necessariamente construídas dentro dos limites intelectuais daqueles que as descrevem”. Desta forma, importa relacionar as palavras com o que elas representam, entendendo as posições políticas, ideológicas e teóricas destes sujeitos.

Um estudo geográfico que busque dentro da abordagem cultural desvelar as relações que se dão no espaço onde os bens patrimoniais estão inseridos poderá considerar o turismo enquanto fenômeno um elemento de análise necessária quando se desejar revelar as complexas relações do espaço, especialmente do espaço urbano de uma pequena cidade histórica que possui uma quantidade considerável de atrativos turísticos culturais expressos em bens patrimoniais históricos.

Isto porque, na sociedade moderna e globalizada, as viagens ganham importância, na medida em que possibilitam aos homens ultrapassar fronteiras transportando os indivíduos de uma realidade a outra para encontrar o desconhecido e o imaginado em busca de novas formas de agir, pensar e sentir.

A expansão desta atividade é acompanhada pelo desenvolvimento dos meios de transporte e de comunicação e pelas facilidades propiciadas pela redução no

tempo de deslocamentos, acesso a informações e pela necessidade do homem de encontrar formas de descanso ou mesmo outras maneiras de adquirir conhecimento.

A compreensão do que vem a ser turismo constitui-se no ponto de partida de uma investigação que o considera um fenômeno social da mobilidade humana, que tem como consequência econômica a atividade turística. Em decorrência, necessita ser avaliado em todos os seus aspectos, incluindo além do econômico o cultural e o social.

O turismo, portanto, enquanto fenômeno social é, sobretudo, um fenômeno espacial, pois, necessita de um espaço para se desenvolver. Nesta forma de olhar para o turismo, compreende-se que necessita ser sistematizado e organizado, estudado e analisado, pois como meio capaz de contribuir para tornar as relações mais humanas, destacando-se o movimento de reciprocidade que acontece dentro da produção cultural de uma sociedade, o turismo poderá contribuir para a construção da cidadania. Para que isso aconteça faz-se necessário considerar as imbricações que regem o Estado e as consequentes políticas públicas propostas por este Estado.

O turismo, portanto, constitui-se em um fenômeno que engloba de maneira complexa as relações culturais e sociais no espaço onde ocorre, inter-relacionando diversos atores sociais, como comunidade autóctone, profissionais ligados direta e indiretamente com as ações que emanam desse fenômeno, turistas etc.

Santana e Azevedo (2005, p. 117), reforçam tal complexidade e inter-relações ao considerar que o turismo é:

[...] uma atividade econômica responsável pelo consumo do espaço estando sua implementação diretamente relacionada a existência de um espaço de atração, com os devidos elementos espaciais presentes, e um sujeito disposto a desfrutar das potencialidades do espaço.

Isso corrobora para com o entendimento de que as investigações a partir das relações entre a Geografia e o Turismo necessitam realizar a construção de conhecimento de forma crítica com a necessária compreensão de que o que é essencial não deve desprezar o que se considera secundário. Entendendo que “sem decomposição não há conhecimento” conforme coloca Kosik (2002, p. 18), pois o pensamento humano move-se geralmente em uma direção inversa à realidade, numa tendência natural à abstração, buscando determinados objetivos que podem

ser considerados como secundários, mas somente enquanto outros estão sendo priorizados.

Pois em face de sua complexidade deve ser abordado “em âmbito multidisciplinar pelo conjunto das ciências sociais, integrando, além dos aspectos histórico-geográficos, aspectos econômicos, psicológicos, sociológicos, antropológicos e jurídicos. (RODRIGUES, 2001, p. 40).

O aspecto multidisciplinar que caracteriza os estudos da área do turismo possibilita que o conhecimento científico de outras áreas como a sociologia, antropologia, economia e a geografia entre outras, enriqueçam esta área de estudo e que a consequente produção científica ocorra de forma interdisciplinar e plural nos aspectos que abrangem principalmente a cultura e a produção cultural.

Assim, justifica-se priorizar o estudo do turismo, enquanto área do conhecimento, em seus aspectos sociais e culturais como decorrência dos consideráveis volumes que o fenômeno da mobilidade humana atinge na sociedade moderna e globalizada.

O turismo que envolve a relação do homem com o espaço em determinado tempo o qual varia de acordo com a distância e o meio de transporte utilizado e de acordo com a necessidade e possibilidade de permanência em determinado espaço, é influenciado pelos mais variados fatores motivacionais que estão na base do deslocamento e que caracterizam e distinguem os tipos e as formas de turismo.

Sejam quais forem as motivações o turismo acontece em um espaço que revela as relações simbólicas e culturais entre diversos atores que se entrecruzam.

As viagens estão intrínsecas aos seres humanos desde os mais remotos tempos. E mesmo no momento em que a quebra das fronteiras entre o local e o global se coloca como prioritária nas relações humanas, o fenômeno da mobilidade transcende os sentidos, as atitudes, os aspectos psicológicos, as reações e as sensações dos que se envolvem neste fenômeno.

A compreensão do que vem a ser turismo deve ser considerada a partir de suas origens e evoluções, sua capacidade de gerar emprego e renda, de propiciar momentos de lazer e de recreação, de troca cultural e a partir dos percalços e sistematização enquanto área do conhecimento.

O turismo tem sido compreendido historicamente a partir das elaborações conceituais de diversos autores como Trigo (1998, p. 12), que entende o turismo como “um fenômeno social complexo e diversificado, podendo ser classificado por

diferentes critérios”. Para Nechar e Cortés (2006, p. 12, tradução nossa)¹, o turismo “[...] está além de ser um importante fenômeno de massa e uma estratégica atividade econômica que capta divisas, gera empregos e promove o desenvolvimento regional de muitos países”.

Para Wahab (1991, p. 5), o turismo “é uma atividade humana intencional que serve como meio de comunicação e como elo de interação entre os povos”. Wahab (1991, p. 6), considera também que o turismo “engloba formas diversas de viagens e se mantém em sintonia com as motivações que estão na base do deslocamento”, pois o turismo enquanto fenômeno se apresenta de diferentes formas de acordo com o número de pessoas, com o objetivo da viagem, com o meio de transporte utilizado, com a localização geográfica, de acordo com a idade, sexo, preços e ainda de acordo com a classe social. Estas formas de definir e apresentar o fenômeno acontecem a partir dos fatores de influência e motivos de decisão do turista.

A segmentação que o mercado turístico busca para atender aos variados fatores de influência e decisão dos turistas acarreta uma infinidade de tipologias que combinam variados fatores geográficos, comportamentais, demográficos etc.

Os recursos ou atrativos que compõem a oferta turística de uma localidade são “[...] todos os elementos que possam despertar a curiosidade dos turistas” (BAHL, 2004a, p. 44) podendo ser divididos em naturais e culturais, mas também podem ser conceituados por outras variadas subdivisões.

Os atrativos turísticos culturais enquanto produtos das manifestações culturais de uma população são aqueles criados pelos homens transformando o espaço natural em espaço cultural. Barretto apresenta para os atrativos culturais uma divisão entre históricos e contemporâneos, sendo que para os históricos estabelece algumas características como, por exemplo:

São criados pelo homem com outra finalidade que não a turística, necessitam de conservação e preservação, se modificados perdem seu valor, é difícil a sua identificação visto que, quem determina o que é histórico ou não, tem critérios que nem sempre obedecem à mesma lógica e uma vez identificados, o poder público preocupa-se com a sua preservação. (BARRETTO, 1991, p. 61).

¹ “[...] ha pasado de ser um importante fenómeno masivo a una estratégica actividad económica que capta divisas, genera empleos y promueve el desarrollo regional de muchos países”. (NECHAR; CORTÉS, 2006, p. 12).

Bahl, no entanto, apresenta que os atrativos culturais podem ser subdivididos entre concretos e abstratos. Na categoria dos atrativos culturais concretos inclui os monumentos, as galerias de arte, museus, teatros, edificações como igrejas e casarios, artefatos artesanais, pintura, escultura, parques, praças e outros. Na categoria dos bens abstratos inclui os idiomas, o modo de vida e as atitudes, as manifestações artísticas, incluindo ainda “o referencial histórico religioso, técnico, científico, econômico, político e os acontecimentos programados”. (BAHL, 2004a, p. 38).

O turismo, ainda, pode ser classificado de acordo com os tipos. Sendo que dentre eles ressalta-se o turismo cultural que “inclui visitas a exposições e feiras, a acontecimentos culturais, lugares de beleza natural, escavações arqueológicas etc.” (WAHAB, 1991, p. 6), que de acordo com Brasil, Ministério do Turismo (2008, p. 15), tem sua origem no “*grand tour* europeu, quando os aristocratas e mais tarde a burguesia viajavam principalmente para contemplar monumentos, ruínas e obras-de-arte dos antigos gregos e romanos”, sendo a cultura a principal motivação da viagem. Para o Ministério do Turismo, o turismo cultural está baseado na seguinte definição:

Turismo cultural compreende as atividades turísticas relacionadas à vivências do conjunto de elementos significativos do patrimônio histórico e cultural e dos eventos culturais, valorizando e promovendo os bens materiais e imateriais da cultura. (BRASIL. MINISTÉRIO DO TURISMO, 2008, p. 16).

Ignarra (1999, p. 120), considera que o turismo cultural “compreende uma infinidade de aspectos, todos eles passíveis de serem explorados para a atração de visitantes”. Dentre estes aspectos ressalta-se a gastronomia, o folclore, a agricultura, as manifestações religiosas ou profanas, o desenvolvimento técnico-científico e a história da comunidade, ou seja, todas as formas de fazer humano. O município da Lapa, portanto, pelas suas características históricas e culturais e pelos bens patrimoniais que são atrativos para o turismo, pode ser considerado um município que já desenvolve o turismo cultural, porém necessita aprimorar o potencial que possui em oferta de atrativos.

Pois este tipo de turismo ao envolver os aspectos culturais de uma localidade pode ocasionar passíveis impactos que necessitam serem minimizados através das ações de planejamento porque:

[...] o modo como a atividade turística foi implementada em muitos lugares revelou-se danoso ao patrimônio cultural ou ineficaz como estratégia de promoção, quer pela falta de recursos humanos especializados, pela visitação descontrolada, pelo desrespeito em relação à identidade cultural local, pela imposição de novos padrões culturais, especialmente em pequenas comunidades, quer pelo despreparo do próprio turista para a experiência turística cultural. (BRASIL. MINISTÉRIO DO TURISMO, 2008, p. 15).

Quanto a esses impactos, eles ainda podem variar entre a alteração do processo produtivo do artesanato para suprir a demanda, modificação na apresentação das manifestações folclóricas ou religiosas para despertar o interesse de turistas à descaracterização de bens patrimoniais imóveis, como por exemplo, as adequações necessárias para atender aos requisitos de conforto, segurança e acessibilidade. Outros impactos menos visíveis do que estes relacionados também podem acontecer como, por exemplo, a modificação de hábitos de vida pela influência dos visitantes ocasionando problemas sociais e psicológicos na população que recebe turistas.

Por outro ângulo de análise o turismo também é capaz de favorecer a cultura local no sentido de propiciar determinadas ações que valorizem e preservem os bens culturais e a própria cultura local.

Também pode influenciar no desenvolvimento de profissões e na qualificação de profissionais ligados à área da cultura. Ainda pode propiciar comercialização de produtos, oferta de espetáculos nas mais variadas formas de arte, cobrança de ingressos em museus e casas de cultura, dando a possibilidade de reverter os recursos na manutenção do próprio bem e também contribuindo para que a população local valorize os atrativos que a cidade possui. Todos esses exemplos que podem ajudar a compor o produto turismo cultural, também servem para usufruto da comunidade autóctone, favorecendo o desenvolvimento social de tal população.

Na maior parte das localidades que desenvolvem o turismo cultural, este está apoiado na expressividade de seus monumentos históricos que enquanto bens patrimoniais atraem visitantes, e em muitos casos, são os únicos atrativos de que dispõem. Este ato de visitar impulsiona as ações de preservação e de conservação seja pelas empresas privadas ou pelo poder público através de políticas específicas nessa área como os tombamentos em âmbito nacional, estadual ou municipal. Assim, através da revitalização e do restauro, dão outras possibilidades de uso a

deterioradas construções, que de outra forma apenas serviriam para degradar o ambiente urbano no qual se encontram.

Pellegrini Filho (1993, p. 111), considera que o interesse turístico pela preservação do patrimônio se constitui na “preservação ativa do bem patrimonial” oportunizando a exposição de peças e acervos, coleções de objetos em museus ou em outros espaços possíveis de serem aproveitados para exposição e visitação.

Vale lembrar ainda que a valorização destes bens patrimoniais pode acontecer de duas maneiras: a primeira onde a população autóctone por diversos fatores entre eles, o nível educacional, eleva o grau de consciência quanto aos valores históricos e culturais dos bens patrimoniais que se encontram na localidade onde residem. E em sentido inverso, quando os fluxos turísticos são os responsáveis, ou seja, quando a população autóctone vislumbra a possibilidade de desenvolvimento social e econômico através da atividade turística. Neste caso, apoiada pelo patrimônio histórico existente, desperta para a necessidade de valorizar, preservar e conservar seu patrimônio, ao entender as possibilidades de geração de emprego e renda que estes proporcionarão. E nesse sentido, o município da Lapa enquadra-se neste exemplo. Pois apesar de ainda não receber um fluxo de visitantes em número considerável, preserva seus bens vislumbrando a possibilidade de aumento de emprego e renda além de reafirmar a identidade local relacionada com acontecimentos históricos e culturais.

Porém, considerando os bens patrimoniais como patrimônio cultural “não se pode afirmar que o patrimônio cultural deva ser preservado e conservado para que o turismo possa utilizá-lo como elemento de atratividade, pois a questão é muito mais abrangente. (BAHL, 2004a, p. 51).

Pellegrini Filho (1993, p. 92), considera que “a noção moderna de patrimônio” não se limita apenas às construções históricas ou culturais que são referenciais de culturas em tempos históricos distintos, mas abrange uma infinidade de significados sendo considerado por ele “muito amplo, incluindo outros produtos do sentir, do pensar e do agir humanos” citando como exemplos os sítios arqueológicos, as esculturas e pinturas, textos escritos, arquivos e coleções”. (PELLEGRINI FILHO, 1993, p. 92-93).

Acrescenta-se a estes exemplos, na intenção de compreender em quais elementos o turismo cultural se apoia, as crenças e valores, a gastronomia, as vestimentas e os saberes populares como a dança e a música.

Ainda na tentativa de ilustrar os elementos que envolvem o turismo cultural, Beni (1998, p. 86), que também considera que o turismo cultural está apoiado em termos mais abrangentes no patrimônio histórico material, compreende que este pode estar apoiado em diversos outros aspectos da cultura como:

O acervo de monumentos históricos e o registro dos legados que expressam os valores da sociedade;
Os museus e as galerias de arte, que reúnem as várias modalidades de expressão artística, um verdadeiro arquivo das etapas do desenvolvimento de culturas;
As manifestações populares de caráter religioso e profano;
O folclore, que retrata, numa reconstituição cênica de ambiência histórica, as etnias formadoras de populações;
A cultura popular, que mais efetivamente evidência o presente de cada área, tornando-se assim, por vezes, geradora de fluxos turísticos específicos e caracterizador de regiões dentro de um único país.

É importante que uma política de turismo vislumbre a necessidade de dispensar atenção para as ações de preservação e conservação, pois ao contrário da poluição que outros setores da economia como indústria e agricultura podem acarretar, o turismo enquanto fator de desenvolvimento necessita estar voltado para a elevação da qualidade de vida das populações autóctones, com redução da degradação ambiental e valorização da cultura.

Desta forma, as políticas, deverão responsabilizar e incentivar não apenas a melhoria da qualidade de vida das populações, mas também criar mecanismos para a elevação da qualidade dos serviços turísticos e infra-estrutura urbana, beneficiando não apenas os turistas.

Em especial as políticas públicas do setor do turismo, na visão de Pellegrini Filho (1993, p. 149) deverão: alcançar a distribuição do turismo no maior espaço físico possível, evitando as concentrações; buscar a ocupação dos equipamentos turísticos na baixa estação, evitando a acentuada sazonalidade típica do turismo; a política do turismo deve estar em consonância com as políticas educacionais na elaboração escalonada de recessos escolares evitando a coincidência de períodos.

Para Beni (1998, p. 247-248), as políticas do turismo, em especial as relacionadas ao turismo cultural, deverão: valorizar o significado do patrimônio cultural assim como seu conteúdo; prever o patrocínio público e privado na abertura e na manutenção de museus; propiciar a articulação de políticas oficiais de preservação nas três esferas do poder e considerar que a manutenção das expressões culturais serve de motivação para atração de fluxos turísticos.

Diversos outros teóricos estendem seus estudos sobre as temáticas que envolvem o fenômeno turístico. Mas o que se considera relevante é a possibilidade do turismo enquanto fenômeno social que se utiliza do espaço para acontecer e se realizar necessita ser planejado e organizado. O planejamento, portanto, deve ocorrer através de políticas públicas articuladas com estratégias definidas e afinadas com a vontade de elevar a qualidade de vida, a valorização da memória e o fortalecimento da cidadania pelo respeito à identidade daqueles que residem no espaço, que além de ser o espaço de vivência, de trabalho e de lazer da população local, também é o espaço do turismo.

Desta forma, as políticas públicas de um modo geral e especialmente as políticas públicas do turismo devem ser capazes de organizar o espaço e propiciar intervenções de forma que o crescimento que os deslocamentos podem propiciar aconteça com desenvolvimento econômico, social e cultural.

Na sociedade moderna e globalizada, portanto, o desenvolvimento do turismo enquanto fenômeno social da mobilidade humana e enquanto atividade econômica necessita ser compreendido.

Não só o turismo como atividade, mas os personagens principais que nele interagem, ou seja, os turistas também são influenciados pelas recentes descobertas da ciência e da tecnologia que impulsionam as melhorias na comunicação e nos transportes o que tem refletido no comportamento das pessoas especialmente dos jovens quando se trata do uso de tecnologias para as variadas ações da vida cotidiana.

A ciência e a tecnologia que eram de base rígida e relativamente estável e estavam incorporadas ao processo produtivo, apresentam-se de forma instável, fazendo surgir novas exigências na organização do espaço, por exemplo, no qual ocorrem as relações do homem com a sociedade. Estas novas exigências demandam novas expectativas quanto ao resultado que a atividade de lazer irá proporcionar, especialmente quando o lazer ocorrer através da prática do turismo.

Embora a gestão do fenômeno turístico enquanto atividade econômica necessite ser observada frente às profundas transformações ocorridas na sociedade, nas organizações públicas e privadas, nos trabalhadores e nos gestores, frente às demandas internacionais que se incorporam ao mundo do trabalho, faz-se necessário pensar nas possibilidades de desenvolver produtos e serviços que consigam atender às exigências de consumo dos turistas no mundo moderno.

Assim, um destino turístico, enquanto produto deve ser pensado frente a essas novas realidades atendendo uma multiplicidade de expectativas e necessidades.

Estas expectativas necessitam que sejam atendidas através dos componentes do produto turístico que deve incorporar a beleza cênica da paisagem, a cultura, envolvimento mental e psicológico do turista, preço e qualidade dos serviços de acordo com a demanda etc.

Portanto, planejar e administrar através das modernas ferramentas de gestão que priorizem os processos produtivos frente às especificidades dos novos tempos do mundo globalizado.

As políticas públicas destinadas ao desenvolvimento do turismo deverão conceber dentro do plano nacional, políticas, planos, programas, projetos que orientem os municípios a trabalharem de forma integrada com as demais políticas públicas, como por exemplo, da área da educação e da cultura. Desta forma, o planejamento dos municípios enquanto destinações turísticas deverá estar embasado em técnicas capazes de modificar uma realidade, o que implica na aceitação de que um fenômeno socioeconômico, assim como um conjunto de ações, podem não transcorrer de acordo com o esperado, portanto é necessária, através do planejamento, a precisa orientação.

A gestão de destinos turísticos que priorize o desenvolvimento econômico com conseqüente desenvolvimento social deve ser feita através deste processo de integração de políticas públicas.

A compreensão dos fatores, dos entraves, dos impactos e das possibilidades que o fenômeno turístico pode apresentar possibilita a compreensão das relações entre turistas, sociedade e espaço.

3. O ESPAÇO PRODUZIDO COMO IDEIA TEÓRICA

A compreensão das conceituações que envolvem o espaço enquanto categoria geográfica depende de como ele é compreendido e analisado desvendando as contradições dos movimentos que dão formas e sentidos e que são construídos a partir das relações entre homem e natureza, o qual processa as transformações espaciais ao tempo que inscreve sua história, evidenciando seu modo de produção, de circulação, de trabalho e de lazer, especialmente quando se pretende analisar o espaço a partir de um fenômeno social, o turismo.

Neste sentido, um estudo que busque a interdisciplinaridade entre duas áreas do conhecimento, a Geografia e o Turismo, necessita construir conceitos e definições, que sejam capazes de esclarecer, ou melhor, desvelar o espaço, a partir de suas contradições.

Desta forma, por se tratar de um estudo interdisciplinar, buscou-se no conhecimento geográfico e no conhecimento da área do turismo, autores que pudessem contribuir na elaboração de conceitos sobre o espaço e suas formas de organização.

Cada um dos autores escolhidos traz contribuições para a evolução do pensamento geográfico. No entanto, neste estudo procurou-se não se ater às eventuais contradições ou diferenciações que cada um deles atribui ao conceito de espaço, mas ao contrário, buscaram-se as similitudes conceituais que em conjunto possibilitaram a compreensão e análise do objeto de estudo.

Não deixando de considerar o que Santos (1996, p. 120), apresentou como preocupação quando se busca uma definição para o espaço, porque “o espaço que nos interessa é o espaço humano ou o espaço social” e nesse sentido “enormes dificuldade se levantam porque ele é a morada do homem, é o seu lugar de vida e de trabalho”.

Considerando o espaço como de morada, de vida, de trabalho, acrescentando-se ainda, a possibilidade de lazer, faz-se necessário observar que “o espaço deve ser considerado como um conjunto de relações realizadas através de funções e de formas que se apresentam como testemunho de uma história escrita por processos do passado e do presente”. (SANTOS, 1996, p. 122).

Nesse sentido importa considerar que o espaço onde os bens patrimoniais estão inseridos no município da Lapa, é o espaço onde também ocorre o fenômeno

turístico, ainda pouco expressivo em termos quantitativos, mas com toda a complexidade que lhe é própria.

Harvey (1992, p. 188), considera que o espaço é um fato da natureza, ou como ele diz “naturalizado” com atribuição de sentidos “tem direção, área, forma, padrão e volume”, e, portanto, pode ser apreendido através dos sentidos. Porém Harvey também chama a atenção para o fato de que “a nossa experiência subjetiva pode nos levar a domínios de percepção, de imaginação, de ficção e de fantasia que produzem espaços e mapas mentais como miragens da coisa supostamente real” (HARVEY, 1992, p. 188), ou seja, o espaço também pode assumir esse componente perceptivo e imaginativo além dos atributos concretos como forma e padrão, por exemplo.

Isto porque, investigar a realidade do espaço da Lapa significa entender que o homem é ao mesmo tempo homem e natureza. Sendo que esta natureza se tornou mutável, pois o homem ao mesmo tempo em que transforma o mundo, transforma também a si mesmo, na medida em que o homem e sua cultura em cada momento histórico “representa a mediação histórica que possibilita a aquisição de outros dados culturais, que condiciona a expansão do conhecimento”. (PINTO, 1967, p. 137).

Por objetivar compreender não apenas isoladamente cada aspecto do espaço da cidade da Lapa, mas por buscar entendê-lo em seus movimentos contraditórios, necessita-se ir além das análises lógicas e quantitativas, adentrando em outras dimensões que não podem ser compreendidas isoladamente.

3.1 O ESPAÇO E AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

As representações sociais apresentam-se como uma maneira de pensar e interpretar a realidade cotidiana de uma sociedade. Não é a realidade, mas a interpretação dela. Podem ser religiosas, profanas, místicas, ou ainda intelectuais, lembrando que o entendimento do que é representação pode superar a concatenação racional de conceitos. É desta forma que recentemente este conceito está sendo elaborado pelas diferentes áreas do conhecimento que trabalham pesquisas envolvendo a cultura e a sociedade. Na teoria das representações sociais “o fenômeno em questão é da ordem dos diferentes tipos de teorias populares,

senso comum e saberes cotidianos que chamamos representações sociais”. (WAGNER, 1995, p. 150).

Quanto aos conceitos que envolvem a compreensão do que é representação, para Wagner (1995) são multifacetados, tanto pode ser um processo social que envolve comunicação e linguagem como podem ser símbolos e estruturas individuais. Estas multifunções do conceito podem trazer aos estudos e pesquisas uma série de problemas se o olhar para as representações for em caráter único, direcional e de certa forma fechado. Porém, as variadas interpretações, ao contrário disso, podem estabelecer correntes de diferentes aspectos metodológicos e epistemológicos, trazendo às pesquisas uma riqueza sem igual, na variedade e na qualidade da interpretação dos dados coletados em campo.

Para Gil Filho (2005), a representação é uma forma de conhecimento, que sempre será avaliada na relação cotidiana do sujeito com o objeto, pois, “como as representações sociais possuem uma substancialidade quase tangível no cotidiano, não contestamos os elementos simbólicos que a compõem e nem a prática que a enseja”. Enquanto um fenômeno de ordem cotidiano “[...] ela nos anuvia em suas idiossincrasias teóricas duais de caráter sociológico e psicológico”. (GIL FILHO, 2005, p. 55).

Ao se referir às representações, Lefebvre (2006, p. 57, tradução nossa)², considera que “[...] o sensível que se dá no ser é infinito, no entanto somente se dá como virtual. A observação se refere a uma finitude: um instante, uma coisa que se move”. Com este pensamento Lefebvre considera que as representações devem ser captadas em instantes, não são falsas nem verdadeiras, são reflexões interiores que conferem apenas à “verdade” ou à “falsidade” as condições de sua existência, ou seja, do contexto em que surgem, relacionado-as às condições de vida daqueles que as produzem.

Este conceito também é explicitado no pensamento de Konder ao discorrer que “as representações não se deixam reduzir às condições em que se encontram seus criadores no momento em que as criam”. (KONDER, 2002, p. 109).

As representações, portanto, não devem ser consideradas imutáveis, pois enquanto ideias, preconceitos, superstições necessitam serem pensadas historicamente e em âmbito cultural. Pois o homem existe no mundo no qual ele

² “[...] lo sensible, lo que se da en él es un infinito actual, y sin embargo solo se da como virtual. La observación se refiere a una finitud: el instante, la cosa que se mueve”. (LEFEBVRE, 2006, p. 57).

constrói, no qual a história se faz em movimento no qual simultaneamente ele se constitui.

Embora, também tenha passado a indicar a significação das palavras, em sua origem e etimologia, o conceito de representação evoca algum tipo de apresentação de objetos ou acontecimentos através da relação entre representado e representante. Tem a finalidade de retratar ou de rerepresentar algo.

Quanto às origens, o termo representação vem do vocábulo latino *representationis*, significando “imagem ou reprodução de alguma coisa”. Segundo Abbagnano (1998), trata-se de um termo medieval, introduzido na filosofia escolástica para indicar uma imagem, ou uma idéia.

Farr (1995, p. 35), considera que na história pregressa dessa teoria, anterior à Segunda Guerra Mundial houve um momento em que se distinguia em dois níveis, o individual e o coletivo que inclui a cultura ou a sociedade. Como exemplo cita os conceitos de Émile Durkheim (1858-1917) oriundos dos anos 1898 que distingue o estudo de representação individual que é o domínio da psicologia e o estudo das representações coletivas que é o domínio da sociologia. Para Durkheim, as representações não são captadas apenas pela fala, mas também pela maneira como os indivíduos se dispõem territorialmente nas sociedades tradicionais mais estáticas. Ainda para Farr, outro teórico, Gustave Le Bon (1841-1931) em 1895 distinguiu representação individual de representação das massas nas diferentes maneiras como os indivíduos comportam-se.

Farr (1995, p. 31), considera a teoria das representações sociais uma forma sociológica originada na Europa com a publicação do psicólogo social romeno Serge Moscovici (1928) que em 1961 considerou que o conceito de representação social nasceu na sociologia e na antropologia com a obra de Durkheim e de Lucien Lévy-Bruhl (1857-1939), os quais tiveram suas ideias pouco difundidas por algum tempo, sendo resgatadas recentemente por variadas áreas do conhecimento somadas aos tradicionais estudos da psicologia social.

Sendo que Farr (1995, p. 31), considera que a teoria de Moscovici “difere marcadamente das formas psicológicas da psicologia social que são atualmente predominantes nos Estados Unidos da América”. De acordo com Farr, a Teoria de Moscovici é uma forma sociológica de psicologia social, que distingue as representações coletivas das individuais.

Para Moscovici:

[...] o indivíduo sofre pressões das representações dominantes na sociedade e é nesse meio que pensa ou exprime seus sentimentos. Essas representações definem de acordo com a sociedade em que nascem e são moldadas. Portanto cada tipo de mentalidade é distinto e corresponde a um tipo de sociedade, às instituições e às práticas que lhe são próprias. (MOSCOVICI, 2001, p. 49).

Ainda para Moscovi, é pela representação e não pela realidade que o mundo, indivíduo e sociedade se movem, sendo que a produção de conhecimento, reforça e constitui a identidade desses grupos. Essa identidade define sua prática e influi na sua forma de ver e pensar o mundo à sua volta.

Para Moscovici (1978, p. 67), é “um conjunto de proposições, reações e avaliações que dizem respeito a determinados pontos, emitidas aqui e ali, no discurso de uma pesquisa de opinião ou de uma conversação”. As representações sociais estão para Moscovici associadas a uma fala, a um gesto ou a uma ação individual que expressa uma coletividade, portanto, enfatizam a verbalização nas sociedades urbanas modernas.

Porém, ao inserir o estudo das representações permeado pela geografia no contexto do turismo, constata-se que a relação dos sujeitos turistas e moradores da cidade com o espaço de uso turístico ou de trabalho e moradia, que é por estes sujeitos conhecido e construído, compõem um processo que pode ser compreendido e avaliado por meio do estudo desta teoria, considerando alguns aspectos mais diretamente relacionados aos interesses desta pesquisa.

O conceito de representação apresenta-se de forma ampla e dá origem a variadas interpretações e usos apoiando discussões em diferentes áreas do conhecimento, como já indicado acima, indo além dos estudos da psicologia social e da sociologia.

Para a Geografia o conceito de representação se estrutura na fusão de várias correntes contemporâneas e incorpora a linguística, a comunicação, a cultura, os valores e os significados que estão envoltos a uma ideologia que definirá uma forma e um modo de expressão que revelará como os sujeitos percebem o mundo no qual vivem.

Gil Filho (2005, p. 57) ainda acrescenta:

[...] uma geografia das representações é uma geografia do conhecimento simbólico. Assume as representações sociais como ponto de partida para uma geografia cultural do mundo banal, da cultura cotidiana, do universo consensual impactado pelo universo da ciência e da política.

Para o Turismo, é uma teoria que necessita ser incorporada aos estudos da área, e que poderá ajudar a compreender o espaço de uso turístico avaliando as relações que se dão neste espaço.

Mas o que de fato a representação pode explicar? Qual a análise que se pode tecer a respeito das dimensões das relações do turismo com o espaço e com o patrimônio histórico? Estas indagações acompanham constantemente aqueles que trabalham com esta teoria. Sendo que um dos problemas apresentados por Wagner (1995) quanto ao uso científico das representações se refere ao fato de que as representações operam enquanto variável dependente, assim:

[...] seria quase óbvio dizer que diferentes condições sociais, existentes em diferentes grupos e sociedades, trariam como consequência diferentes representações sociais, que são por sua vez, o resultado de necessidades de grupos ou sociedades ao lidar com novos fenômenos e novos problemas. A questão é, então, de que forma as condições sócio-genéticas das representações sociais penetram a teoria. (WAGNER, 1995, p. 151).

Partindo do pensamento de Bauer (1995), pode-se visualizar uma distinção entre as funções simbólicas e pragmáticas da representação.

Para a função simbólica, considera-se que os símbolos são as imagens variáveis da realidade onde “as pessoas estabelecem um sentido de ordem, transformam o não-familiar em familiar através da ancoragem de novos conhecimentos em antigos esquemas” (BAUER, 1995, p. 231). Fazendo surgir uma ordem temporária, suficiente para interpretar e reconhecer estas imagens através de um “senso de identidade social” (BAUER, 1995, p. 231), expressando a relação do sujeito com o meio.

Este sentido de ancoragem é o que vai dar ao que é estranho a ligação ao que já é conhecido ou já existente, realizando uma correlação através da associação de elementos, como por exemplo, o que foi realizado para se estabelecer as categorias de análise das falas dos sujeitos, que serão apresentadas no capítulo 6 deste trabalho.

Já a função pragmática da representação, ainda segundo Bauer, sugere que as ações são planejadas e concebidas em prejuízo das estruturas simbólicas que se “constituem tanto em percepção, como em ação” (BAUER, 1995, p. 231). Uma representação tem um conteúdo estrutural, cabendo à função pragmática da representação possibilitar a resistência cultural e hegemônica, neste modelo, “as

representações sociais funcionam como sistema cultural imunizante” (BAUER, 1995, p. 252). Onde a objetivação é construída como meio de transformar algo do nível abstrato em concreto, através das relações com o que é conhecido através da observação com o objetivo de se elaborar uma classificação do conhecimento do senso comum extraído das falas dos sujeitos da pesquisa.

Um cuidado a ser tomado quando se utiliza o estudo das representações é não deixar de considerar que “por serem ao mesmo tempo ilusórias, contraditórias e verdadeiras” (MINAYO, 1995, p. 110), as representações podem ser consideradas como material para análise do social e subsídios para ações programadas futuras “pois retratam e refratam a realidade segundo determinado segmento da sociedade” (MINAYO, 1995, p. 110). Porém é necessário observar, que conforme chama a atenção Minayo (1995, p. 110), não se pode considerar as representações como “verdades científicas, reduzindo a realidade à concepção que os homens fazem dela”. Pois as expressões através da fala estarão permeadas de “fios ideológicos” (MINAYO, 1995, p. 110) e revelam uma trama de relações.

Para entender as representações é necessário considerá-las um conhecimento de caráter social e prático que ajuda os homens a compreender seu mundo e poder nele atuar, comunicando-se. Comunicação esta que se dá além da fala e da palavra considerando que “a fala está indissoluvelmente ligada às condições de comunicação, que, por sua vez, estão sempre ligadas às estruturas sociais” (BAKHTIN, 2006, p. 14). Nesta análise Bakhtin considera a palavra que se expressa através da fala um fenômeno social.

Desta forma, compreende-se que grupos sociais diferentes têm diferentes formas de linguagem, as quais se alteram ao longo do tempo. Pois a linguagem é dinâmica e retrata as relações e a estrutura social e política de cada grupo social, portanto é de caráter histórico e social “pela sua vinculação dialética com a realidade, a compreensão da fala exige ao mesmo tempo a compreensão das relações sociais que ela expressa”. (MINAYO, 1995, p. 110).

É apenas através da “enunciação que a língua toma contato com a comunicação, imbuí-se do seu poder vital e torna-se uma realidade” (BAKHTIN, 2006, p. 160), na qual o homem, de acordo com as condições sociais e econômicas do meio em que vive, determina as formas de comunicação utilizando-se de símbolos que expressam não apenas sua personalidade, mas sua capacidade de interagir e dominar.

A representação tomada de sua significação filosófica e lingüística redefine conceitos e reformula sua própria conceituação, afirmando-se com os estudos de Lefebvre (2006), trazendo contribuições no sentido de ajudar a compreender que é no espaço das relações sociais, onde o homem se relaciona com o meio e com outros homens, repleto de ambiguidades e contradições é que surgem as representações.

As representações envolvem um conjunto de discursos e teorias sendo que “[...] representações são os sentidos que se sobrepõem ao significado das palavras, mas não se reduzem a elas” (LEFEBVRE, 2006, p. 52, tradução nossa)³. Não sendo essencial ou mesmo necessária a produção escrita textual ou falada para a produção de sentidos e de comunicação.

A linguagem está além, nasce socialmente, “certamente seu apoio é o discurso, mas, o erro já foi mencionado, consistiria em estudar exclusivamente a linguagem” (LEFEBVRE, 2006, p. 218, tradução nossa)⁴, e não os atos e ações de linguagem com o objetivo de captar as representações. Não se trata de privilegiar a análise do que está oculto na linguagem expressa pela palavra ou pela produção textual escrita, “[...] privilegiando o evidente e o aparente”. (LEFEBVRE, 2006, p. 218, tradução nossa)⁵.

Trata-se de compreender o que é uma abstração “[...] mas da aparência sensível” (LEFEBVRE, 2006, p. 221, tradução nossa)⁶, onde o concreto se distingue do abstrato sendo que “é certo que aparece e se transforma em linguagem e em discurso, mas não são eles que fazem sentido” (LEFEBVRE, 2006, p. 221, tradução nossa)⁷, para Lefebvre o sentido está no que este discurso representa.

Na teoria das representações sociais a análise deve priorizar o que se refere ao trivial, ao comum, aos aspectos do cotidiano, lembrando que não se trata de “[...] interpretar, mas de descobrir o sentido forte, rasgando os véus que as

³ “[...] representaciones hacen los sentidos que se superponen a las significaciones de las palabras, pero no se reducen a ellas”. (LEFEBVRE, 2006, p. 52).

⁴ “Ciertamente su soporte es el discurso, pero el error ya señalado consistiría en estudiar exclusivamente el lenguaje”. (LEFEBVRE, 2006, p. 218).

⁵ “[...] privilegiando lo evidente o lo aparente”. (LEFEBVRE, 2006, p. 218).

⁶ “[...] pero la apariencia sensible”. (LEFEBVRE, 2006, p. 221).

⁷ “Es cierto que aparece y se transluce en el lenguaje y en el discurso, pero no es ella la que hace el sentido”. (LEFEBVRE, 2006, p. 221).

representações trazem em torno delas, desvelando a relação representado-representante-representação”. (LEFEBVRE, 2006, p. 219, tradução nossa)⁸.

Estas três categorias, representado, representante e representação incluem diferentes acepções, porém necessitam serem conjugadas ao se avaliar as representações enquanto uma teoria que pode revelar o cotidiano. Pois dentro de sua complexidade, a vivência cotidiana para ser interpretada necessita ser percebida na “[...] coerência de um discurso crítico, elevando o conceito”. (LEFEBVRE, 2006, p. 76, tradução nossa)⁹.

Mas para que isso aconteça é necessária certa fusão entre as três categorias, representado, representante e representação, e certamente, isso será possível se a análise realizada for além do concreto, objetivamente declarado, sendo necessária uma mediação dialética entre o concreto representado e o imaterial e subjetivo expressado pelas mais variadas formas de linguagem.

No entanto, o campo de análise das representações continua sendo a vivência cotidiana, que para Lefebvre entre “[...] a vivência e o concebido, não há corte ou ruptura” (LEFEBVRE, 2006, p. 77, tradução nossa)¹⁰, apesar dos conflitos que regem as relações, porque existe um movimento dialético que nunca cessa.

As representações ainda deverão de acordo com o pensamento de Lefebvre, estar acompanhadas da relação entre valor e representação, porém, “[...] a relação entre valor e representação não é simples, para que algum objeto se valorize ou se deprecie, tem que estar representado”. (LEFEBVRE, 2006, p. 59, tradução nossa)¹¹.

Assim, a representação precede a valoração, pois todo valor comporta dois aspectos “[...] uma avaliação e uma medição” (LEFEBVRE, 2006, p. 62)¹², constituindo um centro de realidades que decidem e aferem ou não valor, sendo que

⁸ “[...] interpretar sino de descubrí en el sentido fuerte, desgarrando los velos que las representaciones tajen en torno a ellas, obnubilando la relación: representado-representante-representación”. (LEFEBVRE, 2006, p. 219).

⁹ “[...] coherencia del discurso de manera crítica, elevándolo al concepto”. (LEFEBVRE, 2006, p. 76).

¹⁰ “[...] la vivencia y lo concebido, no hay corte, ruptura”. (LEFEBVRE, 2006, p. 77).

¹¹ “[...] la relación entre valor y representación no es simple. Para que algún objeto se valore o se deprecie, tiene que estar representado”. (LEFEBVRE, 2006, p. 59).

¹² “[...] una apreciación y una medición”. (LEFEBVRE, 2006, p. 62).

“[...] do ponto de vista do valor são as condições de conservação e de incremento relativas a formações complexas”. (LEFEBVRE, 2006, p. 62)¹³.

Porém, o valor pode ser concretamente entendido com o exemplo colocado por Lefebvre quanto ao valor do trabalho que pode ser valorado e quantificado numericamente “[...] tem relação com uma escala definida de números e medidas”. (LEFEBVRE, 2006, p. 62, tradução nossa)¹⁴.

O valor também pode ser compreendido quando uma mercadoria ou um bem tem seu valor aumentado ou mesmo criado, sobrepondo-se ao seu valor de mercado ou valor monetário. Como por exemplo, qual o valor que um automóvel possui? Em alguns casos é uma ferramenta de trabalho, em outros uma moradia auxiliar ou ainda um símbolo de poder na hierarquia do mundo moderno capitalizado. Neste tipo de sociedade, diversos bens assumem valores diferentes do seu valor de mercado ou monetário, pois além desses, passam a representar algo ou alguma posição para quem o possui. Isso acontece quando a produção está orientada para o consumo e as relações de reprodução são pressionadas pelas representações.

Portanto, é necessária uma observação sensível que permitirá do abstrato e do imaterial, a captação do que está sendo representado. Nem concreto, nem imediato, apenas através do imaginário e porque não dizer do virtual – do que é possível ser captado é que o objeto será avaliado. Ainda, valor e representação assim como os atos que envolvem o objeto de análise, o ponto de vista do sujeito e sua perspectiva do objeto revelarão a presença ou ausência de representação.

Dissociados, objeto, sujeito, ponto de vista e perspectiva de análise, entram em conflito, darão outras interpretações ao que se está interpretando.

A interpretação das representações, ou melhor, a certeza do pesquisador de que elas estão presentes é que permitirá, através mesmo do que não está claro, concreto ou imediato, visualizar a força das representações em sua presença ou em sua ausência.

A teoria das representações permite mostrar como a consciência e o pensamento se revelam, sem omitir o real, orientando o caminho possível, com a possibilidade de estar equivocado. Busca-se incessantemente um caminho para

¹³ “[...] el punto de vista del valor es el de las condiciones de conservación y de incremento relativas a formaciones complejas”. (LEFEBVRE, 2006, p. 62).

¹⁴ “[...] tiene relaciones definidas con una escala de números y de medidas”. (LEFEBVRE, 2006, p. 62).

atingir o que se considera a princípio impossível, a construção de um objeto virtual, com sujeitos concretos e materiais, mas com ideias e pensamentos que são imateriais.

Uma dualidade encontrada nos estudos de representação é apresentada por Lefebvre (2006, p. 88), diz respeito à representação do poder e o poder de representação, assim como o mito do poder e o poder mítico. Estas proposições invertidas podem corresponder a inversões e a reciprocidades que ocorrem nas relações entre elas e decorrentes delas.

A representação do poder espelha exemplos nos monumentos, nas construções que retratam o poder do Estado, estão desta forma, ancorados nos aparatos estatais da justiça, do exército ou da polícia. Lefebvre (2006, p. 88), defende a ideia que esses aparatos não conseguiriam exercer seu poder sem a representação destes. O mito do poder sobrevive sem representação, porém as representações de poder fortalecem o mito, aguçam o imaginário. “O mito do poder nos tempos modernos perpetua o poder mítico dos antigos tempos”. (LEFEBVRE, 2006, p. 89, tradução nossa)¹⁵.

Isso não significa que o poder seja algo imaginário ou fruto da imaginação. O poder estatal, o poder político, assim como o poder dos deuses e dos mitos, perpetua a história dos homens. Existem em suas mentes mesmo quando não estão sendo representados, ao que parece, já estão incorporados aos homens e à sua história.

Outra relação difícil de determinar e de explicar é a relação entre representação e imaginário. Quanto ao imaginário, entende-se com extensão para as imagens amplamente difundidas nas sociedades modernas ocidentais através da mídia pela fotografia, cinema e televisão. Nas análises da comunicação frequentemente surge a ideia de ausência de intenção ou de neutralidade, porém no estudo da representação ao contrário disso, há o caráter intencional, às vezes sutilmente disfarçado ou invisível nas falas ou mesmo nas imagens. O espaço mediático de representação frequentemente utiliza a encenação sobre pessoas com narrativas acompanhadas de imagens e de sons que remetem o imaginário a uma representação.

¹⁵ “El mito del poder en los tiempos modernos perpetúa el poder mítico de los antiguos tiempos”. (LEFEBVRE, 2006, p. 89).

Compreender as representações significa compreender os processos nos quais elas se criam e se transformam. Incluindo no plano cultural outros conhecimentos como o econômico, o tecnológico e o social.

Considerou-se ainda que a relação entre a teoria das representações sociais e o espaço público das cidades é complexa, pois exhibe a lógica da produção do homem sobre o espaço se for considerado que as representações sociais são um fenômeno. O espaço público das cidades é o local onde afloram as representações individuais e coletivas através da construção de símbolos. Estes símbolos demonstram a presença ou a ausência de fatos históricos, crenças, valores, atitudes. O espaço então ganha uma dimensão simbólica, capaz de induzir, de justificar ou de regular práticas sociais que confirmam ou excluem identidades. Através dele diferentes interpretações podem surgir, pois, os símbolos podem estar representando outra coisa que aquela concretamente representada onde, “através dos símbolos coisas diferentes podem significar umas as outras e podem mergulhar umas nas outras: eles permitem uma variabilidade infinita, e, ainda assim, são referenciais”. (JOVCHELOVITCH, 1995, p. 74).

Não se pode deixar de lado ou mesmo não considerar que a riqueza que se expressa nos modos, nos costumes, nas edificações de inestimável valor, adentram na essência humana, nos seus sentidos e desejos. Não se esquecendo que o homem apesar de ser um ser individual também é social e que sua referência enquanto ser sempre foi e “nos dias de hoje também continua sendo, com mais frequência, tecnológica (logo, econômica)”. (LEFEBVRE, 1999, p. 97).

Desde que se permita refletir sobre sua *práxis* “é em relação ao trabalho produtivo que as relações constitutivas da consciência (da vida pessoal) são concebidas e determinadas”. (LEFEBVRE, 1999, p. 98).

Em outra obra, Lefebvre considera que a produção do ser humano em sentido *lato* “por si próprio acarreta e abarca a produção das idéias, das representações, da linguagem, intimamente ligada com a atividade material e o comércio material dos homens, ela é linguagem da vida real”. (LEFEBVRE, 1972, p. 45).

Mas, o homem enquanto ser que se reflete no signo linguístico deve ser compreendido como sendo aquele que “não apenas nele se reflete, mas também se refrata” (BAKHTIN, 2006, p. 47), e desta forma o signo linguístico que também é ideológico, possui ambivalência, pode apreender a realidade com fidelidade ou pode distorcê-la. É vivo e se apresenta no contexto social, expressando as diferentes

naturezas e é capaz de evoluir, alterando-se e recriando-se. Konder ao avaliar os signos revela que “existem diferenças essenciais no domínio dos signos [...] há signos específicos que se criam no âmbito da representação, outros estão presentes na esfera da expressão religiosa, outros aparecem na argumentação lógica, nas prescrições jurídicas, nas fórmulas científicas etc.”. (KONDER, 2002, p. 115).

Por mais diferentes que sejam os signos só podem ser considerados em sua dimensão social ao se considerar que o homem é um ser social e que esta sociedade é preexistente ao homem como indivíduo onde a “própria complexidade do mundo interior dos indivíduos depende da complexidade da organização social no interior da qual eles existem”. (KONDER, 2002, p. 115).

A partir destes entendimentos, considera-se que o fenômeno turístico que se dá obrigatoriamente em um espaço necessita ser observado, pesquisado e estudado sob o olhar das representações sociais, considerando que “a teoria das representações sociais se constrói sobre uma teoria dos símbolos” (JOVCHELOVITCH, 1995, p. 71), onde os símbolos, numa realidade concreta podem estar refletindo outra coisa, que não aquela concretamente representada, mas que provocam fusão entre o sujeito e o objeto, porque são as suas expressões.

Para se compreender esta fusão faz-se necessário visualizar que o objeto não é apenas uma coisa material que está na observação sensível imediata, pode surgir tanto da memória tanto quanto do fictício virtual, principalmente nas sociedades modernas onde o virtual faz parte e integra-se à vida cotidiana com muita intensidade. Porém, não há sujeito sem objeto assim como não há objeto sem sujeito, é uma relação tautológica. Onde o sujeito existe pela sua consciência e, portanto, “não há consciência presente em si mesma, portanto não há consciência que não se represente em objeto ou simulações de objetos, imagens ou signos”. (LEFEBVRE, 2006, p. 67, tradução nossa)¹⁶.

Lefebvre ao se referir aos monumentos, revela o aspecto alienante que podem expressar, pois, “monumentos, construídos para representar de forma legível tanto quanto podem representar [...] a sua representação seletiva da história é uma

¹⁶ “No hay conciencia presente a sí, por lo tanto no hay conciencia que no se re-presente en objeto o simulaciones de objetos: imágenes, signos”. (LEFEBVRE, 2006, p. 67).

tradução direta da ideologia e da temporalidade material e espacial da cultura”. (SHIELDS, 1998, p. 79-80, tradução nossa)¹⁷.

Conceber os processos humanos e suas construções históricas como fruto de suas experiências no espaço, no tempo e nas relações de uns com os outros é compreender que as representações sociais “têm um caráter de signo referencial duplo: elas re-presentam algo diferente e são usadas por alguma comunidade” (BAUER, 1995, p. 241), para se fazer representar, reafirmando o conceito de representação espacial que “para os geógrafos se estrutura na fusão das várias correntes contemporâneas, incorporando o conceito de representação social oriundo da psicologia”. (KOZEL, 2002, p. 215).

Apesar de não se estar assumindo a teoria das representações em toda a sua magnitude como é tratada nos estudos psicossociais, não se pode deixar de considerar alguns aspectos que são a essência dessa teoria.

Entre eles estão a diferença existente entre o conhecimento consensual, do senso comum, que é o conhecimento a ser investigado dentro dos pressupostos da teoria das representações do conhecimento reificado, científico.

Ao eleger o conhecimento consensual para análise, que é um conhecimento heterogêneo e pouco estruturado e às vezes contraditório, o pesquisador deverá considerar que este conhecimento não é menos importante do que o conhecimento científico. Até porque, a teoria das representações sociais se constrói do que é familiar e organizado dentro de grupos com base nas relações sociais que são históricas, não são simplesmente opiniões.

Sendo um conhecimento construído no senso comum, irá retratar um saber leigo construído pela lógica que o engendra e dá significado às sociedades modernas com pressupostos ideológicos, culturais e históricos, diversos e contraditórios.

Fazendo-se a opção por esta forma de avaliar a realidade o estudo das representações, que são as expressões de linguagem em forma de signos, pode ajudar a compreender o cotidiano de uma sociedade através da análise não apenas do espaço de trabalho e de vivência de uma sociedade, mas também ajudar a compreender o espaço do turismo. Espaços esses ocupados pelo homem enquanto

¹⁷ “[...] monuments, constructed to represent, to be legible, mask as much as they may present [...] their selective representation of history is a direct translation of ideology and temporality into material and spatial culture”. (SHIELDS, 1998, p. 79-80).

ser social capaz de alterar, modificar, reconstruir e dar outros sentidos e usos aos espaços, dos quais os sujeitos que ali se relacionam possuem variadas representações.

3.2 AS CONTRADIÇÕES ESPACIAS CONFORME LEFEBVRE

O espaço onde se encontram os bens patrimoniais no município da Lapa possui além dos atributos concretos das construções históricas tombadas um componente perceptivo e imaginativo que conduz as práticas sociais ali existentes.

Esse espaço, concreto e com componentes imaginativos, espaço de prática social, é um espaço de contradição.

Assim Lefebvre quando apresenta as preocupações quanto às contradições do espaço, considera que:

As contradições do espaço não advêm de sua forma racional, tal como ela se revela nas matemáticas. Elas advêm do conteúdo prático e social e, especificamente, do conteúdo capitalista [...] nesse plano, percebe-se que a burguesia, classe dominante, dispõe de um duplo poder sobre o espaço; primeiro pela propriedade privada do solo [...], segundo lugar, pela globalidade. (LEFEBVRE, 2008, p. 57).

Para Lefebvre, a propriedade privada do solo está relacionada com as possibilidades de uso e destinos que se darão ao espaço e a globalidade está associada ao conhecimento que possibilita estratégias de ação até mesmo do próprio Estado. Nesse sentido, além destas contradições, ainda comenta sobre outros inevitáveis conflitos que se colocam ao se conceituar o espaço, “[...] o espaço abstrato (concebido ou conceitual, global e estratégico) e o espaço imediato, percebido, vivido, despedaçado e vendido”. (LEFEBVRE, 2008, p. 57). Isso implica em uma representação entre o vivido e o concebido:

[...] talvez a meio caminho entre o que escapa e o que se apropria, mediação escura e obstinada, que se desprende entre os extremos, em algumas ocasiões vínculo em outras substituto. Isto por suposto, na escala do individual, na consciência subjetiva. (LEFEBVRE, 2006, p. 69, tradução nossa)¹⁸.

¹⁸ “[...] tal vez a medio camino entre lo que escapa y lo que se apropria, mediadora oscura y obstinada, que se desplaza entre los extremos, en algunas ocasiones vínculo, em otras sustituto. Esto, por supuesto, a escala de lo individual, de la conciencia subjetiva.” (LEFEBVRE, 2006, p. 69).

Porque na escala do coletivo, a evocação do passado, diferentemente da escala individual se opera a rememoração, pois, “a evocação do passado é acompanhada de ritos e de cerimônias” (LEFEBVRE, 2006, p. 69, tradução nossa)¹⁹, tendo sentido e finalidade para o grupo, na escala do coletivo.

Na complexidade deste espaço é que acontecem os relacionamentos reais e efetivos que se configuram em sentimentos, afetos, ações e formas utilizando-se do arranjo entre objetos e pessoas. A compreensão desse espaço esbarra no entendimento das heterogeneidades das identidades que se entrelaçam nas práticas sociais. Porque o homem para produzir necessita transformar o espaço natural em um espaço apropriado à sua produção. Produção e transformação caminham lado a lado. Porque o ato de produzir “é ao mesmo tempo, o ato de produzir espaço”. (SANTOS, 1996, p. 163).

O homem que produz em sociedade, produz o espaço de acordo com suas necessidades, e ao produzir o espaço, produz sua própria história, inserindo neste espaço elementos que o identificam, e que são por ele e por seu grupo reconhecidos. Essa produção também é a produção de sua existência. Sendo que o espaço enquanto “[...] objeto de consumo, um instrumento político, e um elemento da luta social” (SHIELDS, 1998, p. 160, tradução nossa)²⁰, produzido como se fosse uma mercadoria, serve à necessidade de acúmulo de capital. Suas readaptações assim como as novas funcionalidades são pensadas em função disso. Fazendo com que a produção do espaço seja realizada em função de um sistema de troca em nível econômico. Porque é no espaço que “o modo de produção que, por intermédio de suas determinações cria formas espaciais fixas, pode desaparecer, e isto é frequente, sem que tais formas fixas desapareçam”. (SANTOS, 1996, p. 138).

Porém, esses elementos fixos podem transcender o tempo histórico do momento de sua criação, como as construções milenares que assumem em outros tempos novas funcionalidades. No Brasil, isso também é comum e incentivado pelas políticas públicas de preservação do patrimônio histórico, onde se incentiva a reutilização de espaços construídos, dando novas funções a antigas construções, assim “o espaço é uma forma, uma forma durável, que não se desfaz paralelamente

¹⁹ “[...] la evocación del pasado se acompaña de ritos, ceremonias. (LEFEBVRE, 2006, p. 69).

²⁰ “[...] object of consumption, a political instrument, and a element of social struggle”. (SHIELDS, 1998, p. 160).

à mudança de processos, ao contrário, alguns processos se adaptam às formas preexistentes enquanto que outros criam novas formas para se inserir dentro delas". (SANTOS, 1996, p. 138).

No município da Lapa encontram-se alguns exemplos de novas funcionalidades dadas a antigos elementos fixos, como por exemplo, o Museu das Armas que está organizado nas ruínas da antiga Câmara e Cadeia construído em 1829, no entanto, tendo passado por várias alterações em sua estrutura até o seu tombamento em 1940. (LAPA, 2007, p. 45).

Porém, o espaço é "[...] simultaneamente o meio de produção como a terra e parte das forças sociais da produção como o espaço" (SHIELDS, 1998, p. 160, tradução nossa)²¹, porque assim como o homem produz o espaço a partir da necessidade de reprodução de capital, este mesmo homem, que é um ser social, produz esse espaço a partir de suas necessidades sociais. Assim aparece uma contradição, o homem produz pelo viés econômico ou pelo cultural e social? No pensamento de Lefebvre essa contradição se faz em movimento dialético, um produz e é produzido pelo outro. Da mesma maneira que o espaço estrategicamente planejado e idealizado, é "indicador da consistência socioeconômica, compatibilizando ou dando continuidade de privilégios, classes e práticas." (SHIELDS, 1998, p. 160, tradução nossa)²².

Porque para Lefebvre (1991, p. 110, tradução nossa)²³, o espaço é social onde:

[...] todo o espaço social é o resultado de um processo com muitos aspectos e muitas correntes de contribuição, significando e não significando, percebida e diretamente experimentada, prática e teórica. Em suma, cada espaço social tem uma história, invariavelmente fundamentada na natureza, em condições naturais, que são ao mesmo tempo primordiais e únicas, sendo sempre e em toda parte dotada de características específicas (locais, climáticas etc.).

²¹ "[...] simultaneously a means of production as land and part of the social forces of productions as space". (SHIELDS, 1998, p. 160).

²² "[...] indicator of socio-economic consistency, compatibility or continuity of privilege, class and practice". (SHIELDS, 1998, p. 160).

²³ "[...] every social space is the outcome of a process with many aspects and many contributing currents, signifying and no-signifying, perceived and directly experienced, practical and theoretical. In short, every social space has a history, one invariably grounded in nature, in natural conditions that are at once primordial and unique sense that they are always and everywhere endowed with specific characteristics (site, climate etc)". (LEFEBVRE, 1991, p. 110).

Desta maneira, considera-se ainda que “primeiro, o espaço social é o local de reprodução das relações de produção da sociedade em toda a sua complexidade” (SHIELDS, 1998, p. 153, tradução nossa)²⁴, mas também o “[...] espaço social é simultaneamente um meio de produção, como terra e parte das forças sociais de produção como o espaço”. (SHIELDS, 1998, p. 160, tradução nossa)²⁵, portanto, “[...] é cercado de inter-relações e sua coexistência é simultaneamente sua relativa ordem e desordem”. (LEFEBVRE, 1991, p. 73, tradução nossa)²⁶.

Ao se considerar o espaço como sendo uma construção do homem sobre a terra, na representação do espaço, são engendradas as ações de agentes e instituições envolvendo a lógica, as técnicas, os saberes e os conhecimentos acerca das ciências matemáticas, físicas etc.

O ato de construir nos espaços é também uma forma de reproduzir modelos e de criar novas possibilidades de relação social. Para Shields (1998, p. 163, tradução nossa)²⁷, a representação do espaço é feita pela “[...] lógica e suas formas de conhecimento, pelos conteúdos ideológicos dos códigos, teorias e pelas representações do espaço conceitual ligadas às relações de produção”.

Lefebvre considera que as novas formas de representar o espaço incluem uma perspectiva visual que obedece a uma ordem lógica onde o conhecimento se origina da prática “[...] mostrada nas obras de pintores exposto primeiramente pelos arquitetos e posteriormente pelos geômetras [...] um espaço homogêneo, claramente demarcado e completo com horizonte e ponto de fuga”. (LEFEBVRE, 1991, p. 79, tradução nossa)²⁸.

²⁴ “First, social space is the location of the reproduction of relations of production and of society in all its complexity” (SHIELDS, 1998, p. 153).

²⁵ “[...] social space is simultaneously a means of production as land and part of the social forces of production as space”. (SHIELDS, 1998, p. 160).

²⁶ “[...] their interrelationships in their coexistence and simultaneity, their relative order and relative disorder”. (LEFEBVRE, 1991, p. 73).

²⁷ “[...] logic and forms of knowledge, and the ideological content of codes, theories, and the conceptual depictions of space linked to production relations”. (SHIELDS, 1998, p. 163).

²⁸ “[...] shown in the works of painters and given form first by architects and later by geometers [...] a homogeneous, clearly demarcated space complete with horizon and vanishing-point”. (LEFEBVRE, 1991, p. 79).

Estas representações constituem-se em coisas concretas, realizadas pelo homem para representar algo, formam o conhecimento a respeito do espaço utilizado pelas ciências em especial pelas ciências sociais.

Porém, a representação do espaço é acompanhada das mesmas ideologias que carregam os construtores do espaço como afirma Santos (1982, p. 24):

[...] os construtores do espaço não se desembaraçam da ideologia dominante quando concebem uma casa, uma estrada, um bairro, uma cidade. O ato de construir está submetido a regras que procriam nos modelos de produção e nas relações de classe suas possibilidades atuais.

O ato de construir nos espaços é também uma forma de reproduzir modelos e de criar novas possibilidades de relação social.

Encontra-se em Lefebvre a reafirmação deste conceito apontando que necessário se faz compreender a distinção entre a representação do espaço e o espaço de representação, ao considerar que “[...] a distinção entre o espaço de representação e as representações do espaço são muitas e mais antigas que a época moderna”. (LEFEBVRE, 2006, p. 62, tradução nossa)²⁹.

O espaço de representação possui a capacidade de incorporar os sentimentos, os ideais ou as frustrações de um indivíduo, assim como seguem conveniente direção, são construídos a partir dos desejos e das vontades. Assim, o espaço de representação é criado a partir do indivíduo e que dão ao espaço uma dimensão simbólica. Como exemplo, tem-se o espaço de representação da criança, dos idosos, dos profissionais, dos turistas etc.

Porém, para Lefebvre é possível que “[...] no conceito recente se estabeleça um acordo entre o espaço de representação e a representação do espaço”. (LEFEBVRE, 2006, p. 63, tradução nossa)³⁰.

Este “acordo” proposto por Lefebvre traz as possibilidades dos espaços de catástrofes e de guerra que recentemente o estudo do turismo incorporou como objetos. Estes espaços possuem marcas de um tempo e expressam alguns mitos, como exemplo os mitos de poder que passam a ser vistos por suas representações. O turismo vem se incorporando a estes espaços a partir dos significados e dos mitos

²⁹ “[...] a distinción entre el espacio de las representaciones y las representaciones del espacio es mucho más antigua que la época moderna”. (LEFEBVRE, 2006, p. 62).

³⁰ “[...] se establezca un acuerdo entre el espacio de representación y las representaciones del espacio, en el concepto reciente”. (LEFEBVRE, 2006, p. 63).

representados, ou seja, do que ele representa ou representou a uma determinada sociedade.

A materialidade que se encontra no espaço de representação não pode ser confundida com a imaterialidade e subjetividade da representação do espaço. Fazer esta distinção ajuda a compreender o que Milton Santos considera como sendo o espaço:

Soma dos resultados da intervenção humana sobre a terra, é formado pelo espaço construído que é também espaço produtivo, pelo espaço construído que é apenas uma expectativa, primeira ou segunda, de uma atividade produtiva, e ainda pelo espaço não-construído, mas suscetível. (SANTOS, 1982, p. 19).

Estes conhecimentos envolvem o homem como modo de integrá-lo ao ambiente no qual ele participa valorizando os aspectos culturais e suas representações que acontecem nos mais variados espaços e são em parte compreendidas pelas concepções de espaço e dos usos ideológicos que podem ser dados a essas concepções.

Desta maneira, as contradições e os conflitos integram o espaço, especialmente os espaços urbanos, onde os efeitos da globalização estão mais presentes. O espaço urbano globalizado da sociedade moderna “engloba o que se deixa integrar, como os processos integradores que são “tanto os processos compreendidos e percebidos como aqueles que são apenas imaginados”, porque “essa sociedade não obedece a uma lógica [...] ela se esforça para isso, reunindo a coação e o emprego das representações”. (LEFEBVRE, 2008, p. 57). Pois, esse espaço inclui em sua dinâmica um combinado de relações que interferem em sua constituição e que envolve o fenômeno turístico.

3.3 O ESPAÇO URBANO E DO ESTADO

Lefebvre considera como sendo o espaço urbano, ou seja, a sociedade urbana e a constituição das cidades, um recorte histórico de três distintos tempos. Assim, Lefebvre apresenta que há distinção entre as cidades da era agrária, as cidades da era industrial e as cidades da era urbana que estão relacionadas com a expressão “sociedade urbana”. Lembrando que essa expressão “não pode ser empregada a propósito de qualquer cidade ou *cite*, na perspectiva assim definida ela

designa uma realidade em formação, em parte real e em parte virtual, ou seja, a sociedade urbana não se encontra acabada, ela se faz”. (LEFEBVRE, 2008, p. 81).

Seja qual for o tempo histórico, para Lefebvre (2008, p. 82), a cidade apresenta três características marcantes:

- A cidade é um objeto espacial que ocupa um espaço bem distinto do urbano, onde as relações entre esses dois espaços, o urbano e o rural dependem das relações de produção, ou seja, do modo com que se organizam os processos de produção material do homem;

- A cidade é uma mediação entre uma ordem próxima e uma ordem distante, onde o próximo é o campo circundante que ela domina e organiza, e a ordem distante é o conjunto da sociedade, neste caso, capitalista;

- A cidade é uma obra no sentido de uma obra de arte, onde o espaço é organizado e instituído segundo exigências éticas, estéticas e ideológicas do momento.

Compreender estes aspectos se faz primordial para a tomada de consciência de que modelos e esquemas aplicáveis à era agrária ou industrial não são aplicáveis aos espaços urbanos da sociedade capitalista e globalizada. Insistir neste erro é perpetuar em equívocos teóricos e práticos.

Nesta forma de olhar para o espaço, nas sociedades contemporâneas, onde o espaço se organiza através das cidades com marcos, praças, ruas, casas é que o homem procede uma fixação como nunca vista anteriormente, faz refletir sobre o real significado da urbanização e consequente reorganização do espaço, para além dos aspectos físicos, mas também para os aspectos culturais que influenciam a forma de organizar as cidades.

Lencione (2006), ao refletir sobre os processos de produção do espaço urbano denomina de cidade-região o espaço no qual tais processos se deram por forças e dinâmicas territoriais diversas que imprimiram arranjos contemporâneos a esses espaços. Essa tendência acentua o alargamento das fronteiras com tanta rapidez que a singularidade dos espaços tende a sucumbir frente a esse processo que se encontra ancorado nas questões relativas à globalização.

Este processo, acentuado pelo desenvolvimento dos meios de transporte e de comunicação, ocasiona “as transformações nas relações entre o local, o regional e o global” que se “situam num cenário onde se faz um complexo sistema de redes e fluxos acelerados”. (LENCIONE, 2006, p. 69).

Conceber outras maneiras de pensar estas questões envolve algo que é dinâmico e inclui toda a vida socioeconômica, concebendo os processos humanos como frutos de suas experiências no espaço, no tempo e nas relações de uns com os outros.

Necessário se faz compreender a dinamicidade das práticas sociais e que as forças produtivas de uma determinada sociedade, algumas efêmeras outras concretas, alteram-se ao longo da história. Como exemplo, pode-se citar os meios de comunicação e de transporte que sofreram rápidas e volumosas alterações na tecnologia que utilizam e no número de pessoas que usufruem desses sistemas. E essas alterações se refletiram na organização do espaço das cidades, pequenas, médias ou cosmopolitas. Todas se renderam aos avanços nessas áreas.

Assim, a dinâmica presente no espaço faz com que as redes expressem “antes de tudo, as relações de circulação do capital e é nessa expressão que evidenciam uma das dimensões do espaço: o espaço como meio, ou seja, o espaço como mediação necessária à reprodução do capital em escala globalizada”. (LENCIONE, 2006, p. 66).

Há que se observar que o que se considera globalizado não está dissociado do local, regional ou nacional, e também, que não há escalas crescentes, do menor para o maior como previa a hierarquia piramidal³¹ que conforme Lencione (2006), alcançou seu apogeu na década de 1960 e 1970 e teve como influência a Teoria dos Pólos de Crescimento de François Perroux.

Este novo modo de organizar o espaço de produção que Lencione chama de redes de fluxos produz novos arranjos com dinâmicas próprias, onde não há separação entre cidade e região, entre local e global. Espaço esse onde as análises continuam e podem ser feitas separadamente. O que se faz necessário é compreender as novas relações e novas dinâmicas que ocorrem nestes espaços que não permitem manter a separação em escalas ou em pirâmides. A análise agora necessita ser mais complexa, mais abrangente e considerar não apenas a cidade e sua região, mas conforme expressa Lencione (2006) deverá considerar a cidade-região e toda a dinâmica territorial e a rede de fluxos decorrentes destes arranjos.

³¹ Escala piramidal do maior para o menor: internacional, nacional, regional e local.

Pequenas cidades ou núcleos urbanos podem estabelecer relações globalizadas através de suas firmas e instituições³², e mesmo relações individualizadas em escala global e não apresentar nenhuma relação com a região de seu entorno. Essa dinâmica possível nas sociedades modernas faz surgir novas formas de organizar o espaço e novas dinâmicas territoriais decorrentes desta organização, que interessam ao turismo, pois expressam singularidades que se traduzem em atrativos na medida em que cada lugar adquire características próprias diferenciando-se de outros, às vezes por pequenos detalhes no mobiliário urbano, sistema de transporte ou mesmo na forma com que conserva seus bens patrimoniais.

Porém, o modo de organizar o espaço das cidades tem se alterado, dando novos arranjos a antigas formas tradicionais de agrupamentos regionais.

Para Moreira (2006, p. 82), as cidades “vão se descolando de suas relações regionais para formar um espaço planetizado, estruturado numa nodosidade em que as cidades articulam-se entre si e com vínculos territoriais cada vez mais imprecisos”.

Nesta maneira de buscar o significado das cidades que em diferentes tempos induziu diferentes formas de conceituá-la, faz lembrar que as variadas possibilidades de pensar a cidade “extrapolaram o momento histórico específico que as gerou e passaram a povoar um imaginário que viria a constituir os signos urbanos”. (GASTAL, 2006, p. 62).

Assim, Gastal lembra que a cidade além de ser vivenciada foi também sonhada e idealizada a cada tempo histórico distinto, onde os homens sonharam e idealizaram a cidade a qual seria vivenciada de acordo com as possibilidades imaginárias desses homens em cada momento. Sendo assim, cada grupo constrói a partir de suas possibilidades um espaço que se caracteriza por representar sua forma de viver e de se relacionar.

Apesar disso, o estabelecimento de valores ao espaço de acordo com cada época, e a partir das necessidades de troca de produtos ou objetos por equivalentes desde os mais tardios tempos da história humana, ocasionou a necessidade de uma divisão natural do espaço em espaços de vivência, ou seja, onde se vive, de

³² Firmas e instituições são elementos do espaço, as primeiras produzem bens e serviços e as segundas instituem as normas.

produção, onde se trabalha e de circulação, tornando rígidos e inevitáveis os limites espaciais entre diferentes grupos sociais. (MORAIS; COSTA, 1984).

Porém, vale lembrar, alguns autores como Brito que expressam considerações sobre as formas materiais e concretas do espaço, avaliando-o sob a perspectiva das variáveis geográficas operacionais que são três: o Estado Nação, em que “os elementos objetivos ou subjetivos estão presentes em maior ou menor grau” em um espaço geralmente contínuo, com elementos objetivos como a etnia, a língua ou a religião, ou elementos subjetivos como um legado de lembranças e o desejo de viver e fazer valer as heranças culturais; o conjunto supranacional “formado por vários Estados-nações segundo seu objetivo e armadura” (BRITTO, 1986, p. 19); e as unidades internas que são “divisões político-administrativas dos Estados” (BRITTO, 1986, p. 20), podendo ser denominadas de províncias, repúblicas, departamentos, cantões, comunas, cidades etc.

Ainda do ponto de vista material, além destas variáveis geográficas, os fatores geográficos também particularizam as paisagens e impõem dinâmicas próprias aos espaços, são eles: a extensão que varia “segundo sua finalidade e o momento histórico”, porém, sempre desempenhando papel operacional onde “uma grande extensão pode corresponder a maiores oportunidades de ter diversas zonas climáticas, topografias variadas [...] e maiores recursos naturais” (BRITTO, 1986, p. 25); a localização “que muda de peso político com o decorrer do tempo” quando se impõem diferentes relações comerciais, por exemplo; e os recursos naturais os quais com “a ausência de determinados recursos pode privar um departamento ou uma cidade de toda uma série de atividades” (BRITTO, 1986, p. 26), sendo que a existência de recursos pode estar relacionada com as possibilidades de desenvolvimento científico e tecnológico ou mesmo redução de conflitos sociais ou políticos.

Assim, na visão de Britto a compreensão e o conhecimento das variáveis e dos fatores geográficos de uma determinada localidade podem contribuir para “melhor precisar o quadro das relações entre o sistema político e o espaço”. (BRITTO, 1986, p. 27).

Esta forma de construir o mundo e de nele atuar do homem urbano, constitui estilo de vida com paisagens, arquitetura, modos de circulação e espaços de lazer que são específicos neste modo de vida, pois toda atividade humana é “ao mesmo tempo, material e simbólica, produção e comunicação”. (COSGROVE, 2003, p. 103).

Uma dessas especificidades são os espaços públicos que se encontram no espaço urbano. Nestes espaços, onde o homem realmente atua em sociedade emergem as representações sociais.

O espaço público das cidades, considerado como sendo o dos logradouros que são espaços abertos ou fechados de uso público e os marcos que são objetos ou artefatos que se destacam na paisagem urbana, atuam como pontos de referência. (BOULLÓN, 2002, p. 196-197).

Faz-se necessário esclarecer alguns conceitos que envolvem o público e o privado em especial as concepções de espaço público que estão relacionadas ao espaço público das cidades.

De acordo com Moreira (2006, p. 89), no modelo de sociedade soviética público e privado ganharam o imaginário popular com a possibilidade da propriedade privada distinguindo-se da propriedade estatal. Moreira ainda acrescenta que a partir das formulações teóricas desenvolvidas por Antonio Gramsci é que surgem as formulações presentes na filosofia política da sociedade moderna, em que privado e público equivalem a sociedade civil e sociedade política respectivamente.

Para Gomes (2002, p. 159), “a definição largamente utilizada” em que “é público aquilo que não é privado, não parece ser muito apropriada”, pois esta definição não consegue suprir as necessidades de discernimento entre dois conceitos ambíguos e que incorporam segundo Gomes “outros estatutos possíveis para o espaço” como espaço comum e espaço coletivo. (GOMES, 2002, p. 159).

Gomes chama atenção para o fato de que a lei que regulamenta o que é público e distingue do que é privado, existe a partir do objeto – espaço público, pois este precede a lei. Ainda outra dificuldade colocada por Gomes para definição de espaço público é o entendimento de que o espaço público permite o livre acesso de qualquer cidadão.

Esta forma de entender o espaço público como aquele que permite o livre acesso não distingue o espaço público do espaço coletivo, ou ainda o espaço de uso comum, pois, “diversas formas de espaço público que não têm essa qualidade, hospitais, áreas militares, administrativas, escolas etc.” são espaços públicos que não possuem a característica de permitir o livre acesso a qualquer cidadão. (GOMES, 2002, p. 160).

Contudo, faz-se necessário considerar o que Hannah Arendt (2001), apresenta como esfera pública “mundo comum” distinguindo-se da esfera privada,

da família onde “tudo que vem a ser público pode ser visto e ouvido por todos e tem a maior divulgação possível (ARENDT, 2001, p. 59), como também o “mundo público significa o próprio mundo, na medida em que é comum a todos nós e difere do lugar que nos cabe dentro dele” (ARENDT, 2001, p. 62). A esfera pública, como mundo comum reúne os homens e os artefatos humanos como produtos por eles construídos ou realizados e isto é determinado desde o advento do surgimento da sociedade, ou seja, “desde a admissão das atividades caseiras e da economia doméstica à esfera pública, a nova esfera” (ARENDT, 2001, p. 55). Esta esfera pública, que é caracterizada pelo crescimento e pela irresistível tendência de “devorar as esferas mais antigas do político e do privado” (ARENDT, 2001, p. 55), de acordo com Arendt, apresenta um desenvolvimento que acompanha o crescimento da própria sociedade, cujo crescimento é constante e contínuo.

Neste modo do homem moderno se organizar em sociedade, a esfera pública, é de certo modo induzida. Pois, para o homem moderno, pertencer a uma sociedade é estar presente e fazer parte do que é público. Nesta sociedade, o homem necessita deixar seu ambiente particular e privado, o da família e se expor ao público. De certa forma, viver em sociedade, também significa atuar na esfera pública.

Para Arendt (2001, p. 56):

[...] o fato de uma atividade ocorrer em particular ou em público não é, de modo algum, indiferente [...] o caráter da esfera pública muda segundo as atividades que nela são admitidas, mas em grande parte, a natureza da própria atividade também muda.

Como exemplo, pode-se visualizar a diferença da natureza do trabalho quando este era realizado exclusivamente na esfera da família, como modo de sobrevivência ou de subsistência e quando, na sociedade moderna, o trabalho assumiu uma dimensão pública, passando a ser realizado muitas vezes longe da esfera particular privada. Esta atividade, a do trabalho, assume assim uma outra dimensão, mudando até mesmo sua natureza. O trabalho realizado na esfera pública não mais necessariamente serve para fins de sobrevivência ou de subsistência, sua natureza pode ser diversa. A necessidade da divisão do trabalho, da produtividade, das qualificações e das capacitações para o trabalho, só fazem sentido se este for realizado na esfera pública.

Ainda usando como exemplo o trabalho, termos a ele associados quando era realizado na esfera privada como, fadiga e penas, esforço ou dor, perdem significado para outras expressões como realização pessoal, competitividade, *status* e excelência que ganham significado quando o trabalho passa a ser realizado na esfera pública. Tomando como referência o termo excelência, Arendt (2001, p. 58), considera que “toda atividade realizada em público pode atingir uma excelência jamais igualada na intimidade, para a excelência, por definição há sempre a necessidade da presença de outros” sendo que estes outros indivíduos não podem ser “a presença fortuita e familiar de seus iguais ou inferiores”.

Neste ambiente de esfera pública, os padrões de comportamento, que vale lembrar, alteram-se ao longo da história dos homens, são tomados como regras sociais e portando estão associados ao convívio em sociedade, sendo que neste ambiente “nem a educação nem a engenhosidade nem o talento podem substituir os elementos constitutivos da esfera pública, que fazem dela o local adequado para a excelência humana”. (ARENDT, 2001, p. 59).

Retomando o conceito de espaço público de uma cidade como sendo o espaço onde ocorre a vida pública com relação direta com a vida política entende-se ser este espaço o local de fruição da vida em sociedade.

É, portanto, o local onde a vida ganha uma dimensão pública através da comunicação. É o espaço onde se faz necessário “estabelecer os princípios e as condições em que uma norma é válida e pertinente ao conjunto das pessoas que vivem juntas. Dessa forma, a unidade social provém de uma atividade cotidiana, de um agir comunicacional”. (GOMES, 2002, p. 161).

O entendimento que Gomes (2002, p. 162), possui de espaço público como sendo “praça, rua, *shopping*, praia” corrobora com o de Boullón (2002, p. 196-197) ao definir o espaço público das cidades como sendo os espaços abertos ou fechados de uso público. Neste espaço onde a vida é pública existem regras e normas que devem ser respeitadas, portanto, esse espaço “é o *lócus* da lei [...] é o lugar das indiferenças, ou seja, onde as afinidades sociais, os jogos de prestígio, as diferenças, quaisquer que sejam, devem se submeter às regras da civilidade”. (GOMES, 2002, p. 162).

O espaço público de uma cidade que modifica e é modificado pelas práticas sociais que ali se inserem é um espaço complexo. É esta complexidade que deve

ser incorporada ao estudo dessas práticas e suas conseqüentes dinâmicas que se desenvolvem nos espaços públicos.

De acordo com o pensamento de Corrêa (2003, p. 167) o estudo do espaço urbano ou da geografia urbana esteve vinculado a uma visão positivista ao relacionar seus estudos às formas e funções urbanas do ponto de vista morfológico e funcional, porém a partir de 1970 quando vinculada a uma visão crítica buscou estudar os processos contraditórios e os conflitos sociais que ocorrem no espaço urbano dentro de uma dimensão cultural.

3.4 O ESPAÇO URBANO COMO PRODUÇÃO SIMBÓLICA

Os seres humanos através de sua *práxis*³³ transformam a paisagem do mundo natural em um mundo artificial onde a paisagem passa de natural para cultural, pois sofreu interferências de diversas ordens.

Esta paisagem cultural construída pelo homem é a do espaço onde as cidades com suas formas urbanas se inscrevem no tempo e no meio físico, organizando o modo de vida. Este espaço é fruto de dinâmicas que compõem a vida cotidiana, com seus fazeres e sentidos. Assim, o conceito de sociedade urbana de Lefebvre (1999, p. 18-23), faz referência ao espaço urbano como sendo fruto da dinâmica pós-industrial e se estrutura a partir do século XIV na Europa Ocidental quando as cidades se transformam em espaços para o comércio. Ainda para Lefebvre (1999, p. 25), a segunda fase da constituição do espaço urbano está ancorada na reorganização que este espaço apresenta a partir dos séculos XVIII e XIX com as chamadas cidades industriais. A partir disto, o espaço urbano incorpora um entrelaçamento de relações que vão além das relações comerciais.

Shields ao indagar o que é o urbano, considera que “[...] o urbano não é uma determinada população, uma dimensão geográfica ou a coleção de edifícios”.

³³ É a ação prática do homem que em relação dialética com a teoria é por ela iluminada e a ilumina, ou ainda, a teoria não reduz a prática, mas a complementa e também a faz avançar, realizando-se sempre através da ação humana, é, portanto, a “[...] atividade material do homem que transforma o mundo natural e social para fazer dele um mundo humano [...] atividade humana que produz objetos, sem que por outro lado essa atividade seja concebida com o caráter estritamente utilitário”. (VASQUEZ, 1968, p. 3). Para (KOSIK, 2002, p. 222) “a *praxis* na sua essência e universalidade é a revelação do segredo do homem como ser ontocriativo, como ser que cria a realidade (humano-social) e que, portanto, compreende a realidade (humana e não humana, a realidade na sua totalidade)”.

(SHIELDS, 1998, p. 145, tradução nossa)³⁴. É mais do que a soma destas partes “também não é um nó, um ponto de transbordo ou um centro de produção” (SHIELDS, 1998, p. 145, tradução nossa)³⁵, fazendo com que as definições e os conceitos a respeito do espaço sejam imbuídos de certa complexidade necessitando “[...] procurar a qualidade essencial de todos estes aspectos”. (SHIELDS, 1998, p. 145, tradução nossa)³⁶.

O urbano é o lugar onde de fato o homem vive em sociedade, tecendo tramas e fazendo fluir experiências sendo que “a centralidade urbana é social, onde os diversos elementos e aspectos do capitalismo se cruzam no espaço, apesar de muitas vezes ser apenas parte do local por um curto tempo, como é o caso dos bens ou pessoas em trânsito”. (SHIELDS, 1998, p. 145, tradução nossa)³⁷. Sendo mais do que a soma de algumas partes, o urbano é simultaneamente um lugar de “[...] mercadorias, informações e pessoas”. (SHIELDS, 1998, p. 145, tradução nossa)³⁸.

O espaço urbano é um espaço culturalmente construído pelo homem em sociedade e é evidenciado através da produção de símbolos que se definem através de códigos onde “tais códigos incluem não apenas a linguagem em seu sentido formal, mas também o gesto, o vestuário, a conduta pessoal e social, a música, a pintura, a dança, o ritual, a cerimônia e as construções”. (COSGROVE, 2003, p. 103). Sendo que esta organização espacial não é feita apenas pelos:

[...] arranjos físicos das coisas, mas também os padrões espaciais de ação social como a rotina, e as concepções históricas do espaço e do mundo (como o medo de cair da borda de um mundo plano). Eles acrescentam na imaginação socioespacial novas perspectivas, como as que se manifestam na intuição de cada um. (SHIELDS, 1998, p. 146, tradução nossa)³⁹.

³⁴ “[...] the urban is not a certain population, a geographical size or a collection of production of building”. (SHIELDS, 1998, p. 145).

³⁵ “Nor is it a node, a trans-shipment point or a centre of production”. (SHIELDS, 1998, p. 145).

³⁶ “[...] must search for the essential quality of all these aspects”. (SHIELDS, 1998, p. 145).

³⁷ “The urban is social centrality, where the many elements and aspects of capitalism intersect in space, despite often merely being part of the place for a short time, as it the case with goods or people in transit”. (SHIELDS, 1998, p. 145).

³⁸ “[...] goods, information and people”. (SHIELDS, 1998, p. 145).

³⁹ “[...] physical arrangements of things but also spatial patterns of social action and routine as well as historical conceptions of space and the world (such as a fear of falling off the edge of a flat world). They add up to on socio-spatial imaginary and outlook, with manifests itself in our every intuition”. (SHIELDS, 1998, p. 146).

Lefebvre (1999, p. 77-81), ao discutir o espaço urbano como espaço construído apresenta os níveis e dimensões desse espaço, que vão do nível global onde se exerce o poder do Estado, ao nível intermediário onde ocorre o urbano e ao nível privado ou do habitar.

No nível global o Estado exerce seu poder como vontade e como representação. Como vontade através das estratégias políticas de quem detêm o poder, favorecendo a intervenção dos especialistas urbanistas e como representação “os homens de Estado têm uma concepção política ideologicamente justificada do espaço” tendo “capacidade de ação, podendo modificar a distribuição dos recursos, dos rendimentos, do valor criado pelo trabalho produtivo”. (LEFEBVRE, 1999, p. 78).

O nível global é o mais abstrato, onde ocorrem as relações mais gerais e essenciais como mercado de capitais e a política de planificação do espaço. No entanto, as estratégias desenvolvidas e projetadas interferem no “prático-sensível e no imediato” projetando edifícios, monumentos ou mesmo desenvolvendo projetos urbanísticos. (LEFEBVRE, 1999, p. 78).

Nível intermediário, considerado por Lefebvre como nível diretamente relacionado ao urbano, o nível da cidade, tendo relação direta com um conjunto especificamente urbano, como estruturas para o comércio, para os transportes e demais serviços urbanos. Está de certa forma entre o nível global, onde as estruturas são estrategicamente programadas e o nível privado, ou seja, das construções de uso privado.

Neste nível privado estão os imóveis “domínio edificado”, edifícios residenciais, casas, acampamentos e favelas. É o nível do habitar que “deteriorou-se fortemente na prática”, pois na sociedade urbana o homem vive em espaços homogeneizados “obrigando o vivido a encerrar-se em caixas, gaiolas, ou “máquinas de habitar”. (LEFEBVRE, 1999, p. 81).

Para compreender e reencontrar o sentido do habitar Lefebvre considera que “para reencontrar o habitar e seu sentido, para exprimi-los, é preciso utilizar conceitos e categorias capazes de ir além do vivido do habitante, em direção ao não conhecido e ao desconhecido da cotidianidade”. (LEFEBVRE, 1999, p. 81).

O habitar assim será compreendido nas relações cotidianas do espaço urbano, seja “do templo e dos palácios à choupana do lenhador, à cabana do pastor” assim como as “realidades urbanas, com suas diferenças e relações secretas e/ou

evidentes” (LEFEBVRE, 1999, p. 81), revelam as singularidades deste espaço culturalmente construído e constantemente modificado.

É nesta dimensão cultural que se coloca a questão da produção simbólica do espaço urbano e suas dimensões na representação social que os símbolos constituídos pelos bens patrimoniais históricos que se encontram concentrados ou dispersos no espaço público das cidades pequenas, médias ou cosmopolitas se configuram e relevam a teia de relações sociais que emergem destes espaços.

Porém, a grandeza e a complexidade das cidades faz com que Santos considere que elas têm “um grande papel na criação dos fermentos que conduzem a ampliar o grau de consciência” por ser um espaço que propicia a vida em sociedade em função das possibilidades de troca, seja, cultural ou econômica, é na cidade, ou no urbano que existem as possibilidades. É no espaço urbano que o homem se concentra e se relaciona. Por isso, as cidades são um “espaço de revelação”. Onde para a maior parte dos indivíduos é um espaço que “ao primeiro contato é impalpável, não se deixando entender apenas com o que apreendemos em suas enormes quantidades, nada mais que uma fração do todo”. (SANTOS, 1993, p. 61).

Porque a cidade:

[...] concentra não apenas a população, mas também os instrumentos de produção, o capital, as necessidades, as fruições, logo, tudo o que faz com que uma sociedade seja uma sociedade onde a existência urbana confunde-se com a existência política [...] se a cidade concentra o que faz uma sociedade, reparte-o de maneira relativamente razoável entre organizações e instituições. (LEFEBVRE, 1972, p. 50).

Compreender isso significa entender os processos de produção de forma cônica e crítica, percebendo o que o espaço urbano tem a revelar, em suas produções simbólicas. Porque “a cidade é palco constante no qual se movimentam as categorias econômicas, o salário e o capital, o sobreproduto e a mais-valia, desempenhando as suas cenas e os seus dramas”. (LEFEBVRE, 1972, p. 117).

O espaço urbano do município da Lapa, expressa com toda a complexidade que é própria desses espaços, apesar de em termos de área geográfica não ser superior a alguns bairros, situação comum em pequenas cidades como essa, a vida em sociedade, sendo que é neste espaço que a vida frui. É neste espaço que o homem se insere na sociedade de forma singular e diferenciada, produz e consome bens materiais e culturais. Este processo que se faz em movimento histórico de

constante transformação, apesar de lenta, no caso da cidade da Lapa, envolve a problemática dos aspectos demográficos, ambientais e funcionais além da aparência destes. É no espaço público da cidade, que o homem atua mantendo relações sociais marcadas por conflitos. A dinâmica deste espaço, não pode ser dissociada da dinâmica da vida, dos elementos materiais que a cercam a partir das formas históricas de apropriação do espaço e das inter-relações políticas.

Estas relações sociais, políticas e econômicas revelam produções simbólicas a partir das construções concretas e históricas que carregam a cultura de uma sociedade marcada por eventos que imprimiram nessa população marcas, histórias, revelando um modo de ser, de pensar e de agir que nem sempre se consegue compreender. Talvez fosse preciso experimentar. Ou seja, vivenciar.

Porém isso também remete na busca incessante da conservação dos bens patrimoniais que se encontram no espaço público dessa cidade e na compreensão do que enquanto símbolos representam, porque resguardam os significados culturais que testemunham o modo de ser lapaense e suas experiências históricas porque “se o mundo deve conter um espaço público, não pode ser construído apenas para uma geração e planejado somente para os que estão vivos, deve transcender a duração da vida de homens mortais”. (ARENDT, 2001, p. 64). Sendo isso que se espera de um espaço turístico onde se encontram os atrativos culturais expressos nos bens patrimoniais tombados como no caso da cidade da Lapa.

3.5 O ESPAÇO TURÍSTICO

Quanto ao espaço onde ocorre o fenômeno turístico, é um espaço complexo, com inúmeras possibilidades de interpretação e que do ponto de vista físico e estrutural, reflete de alguma forma o modo com que as cidades se preparam para o fenômeno social denominado turismo, espaço esse em que vão acontecer as variadas relações entre os atores sociais que se envolvem neste fenômeno.

Vale lembrar, que nesta pesquisa o turismo está sendo entendido enquanto um fenômeno social da mobilidade humana e que acontece em um espaço que assume um grau de complexidade compatível com a trama de relações que nele se desenvolvem.

E para que essas relações aconteçam do ponto de vista físico, faz-se necessário prover o espaço, ou melhor, o espaço turístico que é o que incorpora o

espaço de vivência, de produção, de circulação a outra categoria do espaço, o espaço para o lazer, de alguns elementos físicos. Como é o caso dos equipamentos e serviços turísticos que são aqueles destinados a satisfação de necessidades, preferências e motivações dos turistas: serviços de alimentação, hospedagem, entretenimento, agenciamento e transporte. Ainda, os atrativos turísticos que são elementos que integram o espaço e são capazes de atrair turistas, ou seja, provocar deslocamentos.

Além dos elementos físicos destinados aos serviços turísticos e os atrativos turísticos o espaço turístico necessita ser provido de um sistema de serviços urbanos de apoio ao turismo que Ignarra (1999, p. 31), define como “serviços disponíveis para a população residente da destinação turística, mas que podem, também, serem utilizados pelos turistas” e como exemplos cita os serviços urbanos variados como serviços bancários, de saúde, segurança e transportes e de infraestrutura básica destinada ao atendimento da população, mas que beneficiam os turistas como rede de energia, comunicação, sinalização e iluminação.

O espaço turístico ainda necessita ser dotado de um sistema organizacional através de políticas e de recursos humanos para operar este sistema que se estabelece no espaço.

Cruz (2000), que considera o turismo uma atividade econômica moderna, lembra que especialmente no Brasil ele atua consumindo espaços e isso faz com que se busquem respostas da influência do turismo na organização socioespacial dos centros urbanos em especial aqueles que possuem atrativos turísticos.

No entanto, Santana e Azevedo afirmam que “as organizações sociais, especialmente as de espaços urbanos com potencialidades turísticas, têm buscado no turismo uma forma de inserção e desenvolvimento socioespacial o que tem influenciado nas transformações espaciais”. (SANTANA; AZEVEDO, 2005, p. 119).

Estas transformações espaciais ocorrem desde o momento em que o homem ocupa e transforma o espaço, modificando-o conforme suas necessidades. No fenômeno turístico, por vezes, o homem se apropria do espaço e outras vezes o cria para atender as necessidades de lazer e de deslocamento inerentes ao turismo, e ainda, nele é incorporado pelas políticas públicas interessadas na implementação do turismo.

O desenvolvimento do turismo assume diversas formas e envolve uma variada quantidade de atividades. Possui diversidade de contextos que cria tipos e

subtipos de turismo. Mas para todos eles o espaço do turismo pode ser descontínuo, pois entre um atrativo e outro existem vazios onde se criam redes de caminhos e rotas de acesso para a mobilidade dos fluxos turísticos – dos turistas. Cabe esclarecer, que os vazios citados anteriormente, referem-se a aspectos materiais, na perspectiva turística, pois do ponto de vista social, não se poderia falar em “vazios”.

Ainda se tratando dos aspectos físicos do espaço, Boullón (2002, p. 80), em sua “Teoria do espaço turístico” estabelece características ao espaço turístico apresentando oito classes de espaços que servem para “observar a distribuição territorial dos atrativos turísticos e da planta, a fim de detectarmos os agrupamentos e as concentrações que saltam à vista”. (BOULLÓN, 2002, p. 80).

Dentre estas oito classes, apresenta os centros turísticos, que são compreendidos como conglomerados urbanos que contam com atrativos turísticos de tipo e hierarquia suficientes para motivar deslocamentos de turistas, com distância suficiente para que a viagem possa ser realizada em um dia.

A distância entre atrativos considerada como raio de influência é definida em duas horas de distância-tempo. Ao invés de ser determinado em quilômetros, o raio distância-tempo é estabelecido devido as diversidades de topografia, tipo de pavimentação da via de acesso e outros determinantes urbanos que interferem na velocidade dos veículos.

Dois tipos de conglomerados urbanos podem comportar centros turísticos. O que possui no turismo sua atividade motriz, ou seja, sua dinâmica econômica se estabelece prioritariamente através do turismo e outro tipo em que o turismo é apenas uma atividade a mais, típica das grandes capitais do mundo.

A teoria do espaço turístico de Boullón estabelece uma tipologia de centros turísticos que abarca os referentes de distribuição, de estadia, de escala e de excursão:

- De distribuição são aqueles em que existe infraestrutura suficiente para servir de base para os turistas com acomodação e alguns serviços essenciais, outros serviços específicos como serviços de guia poderão ser encontrados no atrativo;

- De estadia se difere marcadamente dos centros de distribuição pelo tempo de permanência do turista, neste o turista pernoita todos os dias e visita normalmente um único atrativo, como exemplo, uma praia, sendo que este tipo de centro necessita estar preocupado com a qualidade e diversidade das opções de

entretenimento que dispõe, como no período da tarde e da noite, assim como deve se preocupar com a renovação desses entretenimentos para motivar o retorno e manter a fidelidade dos clientes;

- De escala são centros menos comuns do que os de distribuição e estadia e que possuem o objetivo de suprir as necessidades de alojamento e/ou alimentação entre um destino e outro. Não possuem a necessidade de possuir atrativos como os demais tipos de centro;

- De excursão são centros em que o turista permanece por menos de vinte e quatro horas provenientes de outros centros. Possui a necessidade de atrativos e demais serviços turísticos.

No caso do município da Lapa, de acordo com esta classificação de Boullón, o mais pertinente é considerar a Lapa um centro turístico de excursão, devido sua distância de um centro de distribuição, no caso, a cidade de Curitiba que se encontra a aproximadamente sessenta quilômetros.

De um modo geral, os centros turísticos possuem características particulares de acordo com o conglomerado urbano em que se encontram, podendo ter maior ou menor hierarquia.

Uma característica que marca esta forma de classificar os espaços turísticos é a capacidade prevista de reorganização e ampliação alcançando outras classificações, dotando o planejador de instrumentos que o direcionem para compreensão da dinâmica do espaço.

Com outro modelo de análise Bahl estabelece para o caso brasileiro, em especial, em que a divisão político administrativa está baseada na divisão do território nacional em estados e municípios, em que as localidades turísticas, visto que estão situadas em variáveis áreas municipais e abrangem variadas áreas de influência “normalmente projetada a partir das suas sedes urbanas para os distritos contidos em suas áreas e municípios circunvizinhos” (BAHL, 2004b, p. 32), que estes municípios poderão ser agrupados e “conformar regiões turísticas a partir de agrupamentos municipais”. (BAHL, 2004b, p. 32). Levando em consideração características particulares e similaridades entre municípios, buscando nestes agrupamentos a união destas similaridades que passarão a caracterizar os conjuntos.

Este modo de olhar para o espaço turístico, a partir de agrupamentos municipais, introduz a necessidade de estudar este espaço a partir dos conceitos de

região, que Bahl, no que se pode chamar de “Teoria dos agrupamentos turísticos municipais” apresenta este conceito com variados enfoques desde a geografia, passando pelo conceito de região, no enfoque da economia e da administração até a sociologia para finalmente abordar o conceito de região no enfoque do turismo o qual relaciona ao conceito de *clusters*⁴⁰. Estes agrupamentos municipais realizados sob a ótica das similaridades podem conformar regiões turísticas que poderão se desenvolver como produtos turísticos onde:

[...] a determinação de espaços geográficos através de agrupamentos municipais permite a posterior elaboração de planos regionais que busquem corrigir distorções dos elementos espaciais e despertar vocações turísticas. (BAHL, 2004b, p. 55).

Vale lembrar que Bahl considera que esta forma de olhar para o espaço geográfico identificando o espaço do turismo através dos agrupamentos turísticos municipais serve como estratégia para o desenvolvimento turístico apoiado na articulação de políticas públicas voltadas para o âmbito regional.

Para Ivars (2003, p.38, tradução nossa)⁴¹, no entanto, no plano teórico o espaço turístico “recupera sua dimensão social circunstância que se traduz na promoção de um desenvolvimento mais equilibrado territorial e setorialmente e em maior ênfase na preservação do patrimônio natural e cultural” desde que se compreenda que existe um complexidade de relações que estão relacionadas aos interesses que a atividade turística desperta para um determinado município. Estes interesses deveriam estar embasados no reconhecimento de modelos de desenvolvimento que permitam à sociedade local ter um papel ativo na condução de políticas públicas que promovam desenvolvimento equilibrado e que diversifique as atividades econômicas especialmente as relacionadas diretamente com a atividade turística e que estejam em consonância com a projeção de uma imagem de destino compatível com as expectativas de quem nele reside.

Lembrando que nesta pesquisa entende-se o turismo enquanto um fenômeno social, cabe o seguinte questionamento: as políticas públicas direcionadas ao turismo, assim como o planejamento e a organização do espaço levam em conta as

⁴⁰ É uma expressão de origem inglesa sem tradução precisa para o português. De um modo genérico, assemelha-se ao conceito de arranjo produtivo.

⁴¹ “[...] recupera entonces su dimensión social, circunstancia que se traduce en la promoción de un desarrollo más equilibrado territorial y sectorialmente, y en un mayor énfasis en la preservación del patrimonio natural y cultural.”

contradições que existem na relação turismo, espaço e sociedade? Ou seja, estão ancoradas nas possibilidades de desvelar as relações contraditórias que os atores sociais realizam no espaço turístico?

Pois, a relação entre turismo e o espaço se dá pela necessidade de compreender que ela assume valores e metáforas de acordo com que são representados, onde neste modo de organizar geograficamente a sociedade, através da organização do espaço se mantém o jogo de interesses que está na base das relações entre sociedade e Estado.

Avançar na argumentação implica discuti-la de forma conjunta, explicitando as contradições dos movimentos existentes no espaço, que acabam assumindo outros valores, outras metáforas, que se consubstanciam também, através dos bens patrimoniais que se inserem no espaço urbano das cidades os quais originam uma produção simbólica.

Entende-se, portanto, que o espaço do turismo é um espaço social, onde os movimentos contraditórios da sociedade alcançam um grau maior de complexidade, pois, as relações são dialéticas, de um lado o turismo, em determinadas atividades e por forças econômicas, produz um espaço que seja apropriado ao jogo de interesse de classes, ou seja, empresários, Estado e turistas e por outro se apropria do espaço no qual as relações sociais acontecem independente do fenômeno turístico. Essa apropriação não é apenas dos aspectos materiais e estruturais, como as edificações e o sistema urbano de um modo geral, mas também dos aspectos imaginários e perceptivos que cada localidade é capaz de produzir e usar como atrativo turístico. Portanto o turismo enquanto fenômeno social possui a capacidade de transformar o espaço na medida em que as relações sociais se entrecruzam revelando uma teia de relações.

Na esteira destas relações estão também as contradições sociais históricas que não se reduzem a confrontos de interesses econômicos, são também contradições que acompanham os desencontros de possibilidades e de necessidades diferentes para cada ator social e determinadas em cada tempo histórico.

Onde o espaço produzido, apropriado ou transformado pelo turismo é um espaço social complexo onde os relacionamentos, as ações, os sentimentos e as ideias se conjugam e se mesclam com o arranjo de objetos construindo um espaço onde os processos que o instituem também o repelem, onde se busca a

compreensão das heterogeneidades que formam a identidade através das práticas cotidianas que acontecem no espaço.

Neste contexto, a relação turismo e espaço se dá na medida em que as relações sociais determinadas a partir do fenômeno da mobilidade humana, o turismo, por quaisquer que sejam suas motivações, deve ser propulsor de desenvolvimento onde a cultura local como produção humana que reflete valores e princípios necessita ser respeitada. E desta maneira, o turismo poderá ser incorporado como possibilidade de promoção social e cultural.

4 O PATRIMÔNIO EM FUNÇÃO DAS REPRESENTAÇÕES

A palavra patrimônio que na sociedade moderna está historicamente associada à noção de sagrado ou de herança, de memória, de bem e de laços de família, também está associada à ideia de grupo social, de representatividade e de identidade, possuindo amplo conjunto de conceitos que levam a uma terminologia patrimonial, que no Brasil vem se desenvolvendo desde 1937 com um extenso glossário.

Nesse sentido, este capítulo apresenta-se como complemento da revisão de literatura que se realizou no capítulo anterior.

Etimologicamente a palavra patrimônio deriva do latim *patrimonium* significando uma herança herdada do passado estando ligada às “estruturas familiares, econômicas e jurídicas de uma sociedade estável, enraizada no tempo e no espaço” (CHOAY, 2001, p. 11). Estas estruturas são essenciais para que essa sociedade permaneça deixando marcas no espaço que revelam sua forma de ser e pensar, assim como a forma como se organizam em sociedade.

Em sentido amplo é um testemunho das ações do homem sobre o meio que não estabelece limitações quanto ao seu valor econômico ou forma de uso.

De acordo com Kersten, no Brasil, cada área de estudo relaciona o conceito de patrimônio de acordo com suas delimitações particulares. E assim, “dependendo dos interesses em jogo, fala-se de patrimônio histórico, patrimônio arqueológico, ambiental, ecológico ou paisagístico” (KERSTEN, 2000, p. 34), delimitando o termo de acordo com os limites teóricos e empíricos do estudo.

Partindo-se do abrangente entendimento do que é patrimônio recorre-se ao que Guillaume (2003, p. 24-25), considera que o mesmo:

Tem tendência para se generalizar à realidade toda (do inerte ao vivo, do passado ao presente, do material ao imaterial). É um contraponto à incerteza de futuro, mas um contraponto não tranqüilizador. É uma manobra de diversão, uma compensação para a uniformidade e funcionalismo das sociedades industriais. É um mal menor. É a parte desativada das coisas vivas – produções, instituições, língua – que passa a ser alvo de uma referência valorizante.

A partir desta “referência valorizante” colocada por Guillaume da qual se entende o que se considera patrimônio podem surgir algumas formas de classificação que visam variados objetivos, desde a busca por uma metodologia de

pesquisa que melhor se adapte ao estudo do patrimônio a classificações técnicas que objetivam normatizar conceitos e definições.

Um exemplo de classificação é dado por Barretto (2000, p. 9), que considera de forma geral e abrangente que o patrimônio é um conjunto de bens e pode ser dividido “por duas grandes divisões: natureza e cultura”. Dentro da divisão natureza, ressalta as riquezas do solo e do subsolo e na divisão cultura coloca que se faz necessário ainda classificar em outras duas divisões: material e imaterial.

Responsável pela proteção, preservação e gestão do patrimônio histórico e artístico, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), apresenta o patrimônio cultural imaterial como sendo “as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas - junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados - que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural”. (IPHAN, 2009).

O patrimônio cultural material para o IPHAN “é composto por um conjunto de bens culturais classificados segundo sua natureza” e dividem-se em imóveis como os núcleos urbanos, sítios arqueológicos e paisagísticos e bens individuais e móveis como coleções arqueológicas, acervos museológicos, documentais, bibliográficos, arquivísticos, videográficos, fotográficos e cinematográficos. (IPHAN, 2009).

Os núcleos ou sítios urbanos são definidos como sendo:

[...] bens patrimoniais autônomos que demandam instrumentos próprios de análise e critérios de intervenção adequados a essa especificidade. Estes bens não são obras de arte prontas e concluídas num determinado período, transpondo-lhe pura e simplesmente os procedimentos de restauração de edifícios, possuem natureza dinâmica e mutante típica das áreas urbanas. (IPHAN, 2009).

No entanto para Kersten (2000, p. 34), de forma geral o conceito de patrimônio está “teoricamente ligado ao conceito antropológico de cultura”, fazendo-se necessário para sua compreensão incorporar ao conceito de cultura uma visão teórica metodológica que a defina como toda forma de produção humana, esquivando-se do senso comum que considera o termo cultura algo preciso que designa coisas palpáveis como coleção de objetos e artefatos ou mesmo o conhecimento enciclopédico de pessoas ou como atributo a pessoas consideradas como inteligentes.

Faz-se necessário compreender que o patrimônio está permeado pelos usos simbólicos que diferentes grupos sociais fazem deste e qual valor atribuem a ele, pois o patrimônio de uma determinada sociedade é único e remete à sua cultura, identidade e memória.

A cultura, enquanto produção humana relaciona-se com documentos, edificações, acervos, técnicas, espaços, crenças, rituais, instrumentos, costumes, patrimônios entre outros. Essa ideia de cultura, no sentido amplo do conceito está relacionada com o que Ruiz apresenta como sendo:

[...] a ideia mais frequente de cultura – aquela à qual se faz referência quando se fala, por exemplo, de turismo cultural – refere-se mais a um campo difuso, porém supostamente isento, no qual está integrado de maneira pouco clara todo um conjunto de produções, para as quais se tem um consenso ou se atribui um valor especial. (RUIZ, 2001, p. 170).

A cultura representada como uma construção social e política é mais abrangente do que apenas a “constituição histórica das formas culturais” (COSGROVE; JACKSON, 2003, p. 142), está profundamente relacionada com uma teia de significados que são construídos a partir dos sujeitos com uma lógica interna que dará a grupos comuns significados comuns. Para compreender a cultura é necessário analisar o significado dos saberes, das técnicas e das crenças de uma determinada sociedade “traduzidas em representações e práticas, as quais dão sentido à vida do grupo”. (CORRÊA, 2003, p. 171).

Para Cosgrove (2003, p. 103), “pouco se ganha ao se tentar uma definição precisa de cultura”, ao tentar esta definição “implica sua redução a uma categoria objetiva, negando sua subjetividade essencial”.

O termo cultura não é objetivo e claro e como consequência o conceito de cultura é complexo e imbuído de ideologias. Este autor considera que o termo cultura “é o termo central do humanismo, incapaz de definição clara como um conceito objetivo, mensurável, e compreensível apenas através da prática”. (COSGROVE, 2003, p. 104).

Para Cosgrove é da prática dos homens no mundo vivido, ou seja, suas ações enquanto seres sociais, é que se extrai o que a cultura representa ou como esta é representada. Essa cultura é compreendida por sua diversidade na qual se representam os sentidos e os valores que fundamentam o sentido de pertencimento a um determinado grupo ou a uma cultura.

Para Santos a cultura enquanto forma de comunicação do homem com o meio no qual vive e estabelece relações necessita ser compreendida também pelas diferenciações entre a cultura de massa e a cultura popular, onde “a cultura de massa é indiferente à ecologia social. Ela responde afirmativamente à vontade de uniformização e indiferenciação que é frequentemente exterior ao corpo social”, no entanto a “cultura popular tem suas raízes na terra em que se vive, simboliza o homem e seu entorno, a vontade de enfrentar o futuro sem romper a continuidade. Seu quadro e seu limite são as relações profundas que se tecem entre o homem e seu meio”. (SANTOS, 1993, p. 61).

A cultura abordada em sua perspectiva histórica é um fenômeno ou uma prática social que revela como os humanos se relacionam formando uma complexa teia de relações sociais que necessita ser desvelada. Para explicar a cultura é preciso vinculá-la a sua história, compreendendo que “a cultura de cada momento representa a mediação histórica que possibilita a aquisição de outros dados culturais, que condiciona a expansão do conhecimento”. (PINTO, 1967, p. 137).

Assim é possível compreender que a “cultura, enquanto ideia, imagem, valores, conceitos e teorias científicas, cria-se a si mesma por intermédio das operações práticas de descobertas das propriedades dos corpos e da produção econômica dos bens necessários à vida social”. (PINTO, 1967, p. 138).

Portanto, entende-se cultura como tudo aquilo que o homem é capaz de produzir no espaço onde habita, admitindo-se a expansão da cultura como a expansão do próprio homem e a compreensão que este homem tem sobre si e sobre os outros. A cultura também está relacionada a um sentimento de pertencimento, o qual está associado à construção da identidade.

A identidade envolve os acontecimentos da vida cotidiana que possuem uma sequência significativa de fatos e de ações. A identidade é construída pela continuidade e descontinuidade ao longo do tempo em um determinado espaço.

Para Hall (2004, p. 38), a identidade é “realmente algo formado, ao longo do tempo, através de processos inconscientes, e não algo inato, existente na consciência no momento do nascimento”. É a forma como os indivíduos agem e incorporam o mundo material no qual vivem produzindo através de seus feitos, de sua fala e de seus comportamentos a construção simbólica de seu espaço.

Bauman quando discute o que considera opções de escolha quanto a identidade preferida ou adotada ou mesmo contraposta por imposições de estereótipos ou estigmas considera que:

[...] mesmo as pessoas a quem se negou o direito de adotar a identidade de sua escolha, situação universalmente abominada e temida, ainda não pousaram nas regiões inferiores da hierarquia de poder. Há um espaço ainda mais abjeto, um espaço abaixo do fundo. Nele caem, ou melhor, são empurradas, as pessoas que têm negado o direito de reivindicar uma identidade distinta da classificação atribuída e imposta. (BAUMAN, 2005, p. 45).

Assim, a opção por uma identidade deve ser de livre escolha dos homens, e jamais imposta. Pois a expressão de seus sentimentos e do sentido de pertencimento não podem ser impostos.

O sentimento de pertencimento e a identidade de uma sociedade necessitam serem interpretados buscando de forma flexível o entendimento de como são constituídas e de como seus sujeitos sociais se constituem em determinados espaços e tempos, estando desta forma, relacionados com os bens patrimoniais históricos que essa comunidade produziu, referenciou e conservou.

Castells (2003, p. 3), ao entender a identidade como “processo de construção do significado com base num atributo cultural, ou ainda, um conjunto de atributos culturais inter-relacionados”, que pode prevalecer sobre outras formas de significado, onde a identidade com valores consubstanciados no que elegeram como patrimônio revela o que os sujeitos desejam dar continuidade através da memória. E com isso estabelecer no presente, laços com o passado, identificando-se com os processos culturais e históricos que envolvem não apenas a construção do bem, mas principalmente o que ele representou no passado e o que ele representa no presente. Estes elementos contidos no espaço, considerados patrimônios, são portadores de valores que podem ser legados a gerações futuras conferindo identidade e orientação para o reconhecimento de valores ligados à pátria, à moral e à ética fazendo surgir um sentimento de cidadania através do sentido de pertencer a um determinado lugar e a uma determinada história.

Nesse sentido, cada sociedade, em seu tempo, elege o que será conservado e preservado, muitas vezes assumindo novas funcionalidades no espaço urbano das cidades, e, portanto, desenvolve formas jurídicas, as quais refletem seu estágio de desenvolvimento político, social e cultural, possibilidades de, com o intuito de

construir um mundo mais justo e mais democrático, com indivíduos conscientes de seus direitos e deveres, normas e leis que regulem as ações que envolvem a preservação e a conservação de patrimônios.

De acordo com Cury (2000, p. 11), as palavras preservação e conservação que levam a interpretações polêmicas estão sendo substituídas, na tradução de normas e leis internacionais pela palavra salvaguarda, para Cury mais clara à compreensão.

Porém, deve-se alertar que existem variações entre os termos preservar e conservar, sendo que alguns autores os consideram como sinônimos, outros, incluem as possibilidades de preservar para conservar.

A Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988, utiliza o termo proteção na maioria das vezes a que se refere a documentos, obras, monumentos, paisagens, sítios arqueológicos e outros bens de valor histórico, artístico ou cultural.

No entanto as leis específicas de proteção ao patrimônio, como exemplo a Lei n. 7.542, de 26 de setembro de 1986, que dispõe sobre a pesquisa, exploração, remoção e demolição de coisas ou bens afundados, submersos ou encalhados, utiliza a palavra preservação e conservação não apresentando distinção entre os termos.

Da mesma forma, os textos e as normativas elaboradas pelo IPHAN, que seguem a orientação das leis específicas, não apresentam distinção entre os termos conservação e preservação.

No entanto para Barretto existem diferenças que distinguem os termos preservar e conservar onde “preservar o patrimônio implica mantê-lo estático e intocado, ao passo que conservar implica integrá-lo no dinamismo do processo cultural”. (BARRETTO, 2000, p. 16-17).

Guillaume (2003, p. 19), corrobora com o entendimento de Barretto ao considerar que “a conservação não constitui um sistema; é antes uma amálgama de elementos multívocos, com origens e lógicas diferentes.

Ainda acrescenta que este sistema de conservação “encontra-se muitas vezes pulverizado em campos diversos, como a história, a museografia, a arqueologia etc.” (GUILLAUME, 2003, p. 91). Distinguindo-se entre conservação simbólica como aquela que se faz em memória dos mortos ou mesmo a conservação de um vestígio arquitetônico não pela sua materialidade, mas pelos simbolismos que lhe conferem e desta forma essencialmente imaterial e invisível e

conservação heterológica do que é visível e legível nas coisas materiais. (GUILLAUME, 2003, p. 98).

No entanto preservar é “ação de proteger, contra a destruição e qualquer forma de dano ou degradação [...] adotando-se medidas preventivas legalmente necessárias e as medidas de vigilância adequadas”. (FUNDAÇÃO ESTADUAL DE ENGENHARIA DO MEIO AMBIENTE, 1992, p. 164).

Cabe esclarecer que esta pesquisa estará priorizando o termo conservar quando se referir a um conjunto de ações que levem a proteção de um bem através de ações dinâmicas que possibilitem sua integração no processo cultural de uma sociedade.

A compreensão do que é necessário para orientar as políticas de conservação reside no fato de transformar as realidades sociais e econômicas traduzindo-se em compromissos com a conservação dos bens patrimoniais.

Faz-se necessário que as políticas de conservação incentivem e valorizem nas diferentes sociedades os seus saberes e culturas considerando o conhecimento do tempo e do espaço que se faz representado.

Nesse sentido, reflete-se sobre a política de conservação dos bens patrimoniais e quais os direcionamentos que esta política oferece principalmente quando relacionada com a política específica da área do turismo, que, através de alguns instrumentos de planejamento como, por exemplo, o inventário da oferta turística que de acordo com Paraná, Secretaria de Estado do Turismo (2005, p. 40-41), é “um documento do planejamento que reúne, a partir de um levantamento de dados as seguintes informações: oferta turística; demanda turística; projetos setoriais; mão-de-obra; legislação pertinente; envolvimento da comunidade” e a consequente análise dos bens através da avaliação e hierarquização de atrativos, diagnóstico e prognóstico de planos de desenvolvimento e dos recursos e atrativos turísticos que segundo Ignarra (1999, p. 28), são o “recurso natural ou cultural que atrai o turista para visitação”.

Desta forma, a compreensão do que é uma política de conservação deverá estar acompanhada da necessária análise e distinção das classes de objetos, que apesar da imprecisão e da instabilidade desta divisão, para Guillaume (2003, p. 49), “ela é tratada como uma fronteira que se impõe *a priori*, como uma evidência” onde estes objetos poderão estar divididos em duas classes: os nobres ou enobrecidos pelo tempo e os anônimos.

No primeiro grupo, os objetos nobres ou enobrecidos pelo tempo representam e possuem a necessidade de serem ou permanecerem bem guardados, protegidos, porém afastados de sua função utilitária tendo ser valor econômico elevado e indo além do valor de produção, são objetos concretos que representam símbolos.

No segundo grupo, os objetos anônimos são representados pelos processos de produção econômicos e abstratos. São objetos utilitários que representam forma e processo de produção de uma sociedade. São objetos destinados à obsolescência dos objetos comuns e unitários.

Desta maneira, incentiva-se a produção em série com a superação por novos objetos e por aquilo que necessita estar a salvo e exposto em museu, por exemplo.

E assim aparece certa regulação simbólica através da conservação do que é produzido em série pela indústria, superado pelo novo, descartado e que necessita ser resguardado pela conservação e aquilo que permanece intocado por ser precioso, portanto, revestidos de cuidados e bem guardados.

De acordo com o pensamento de Guillaume (2003, p. 51), pode-se considerar quatro figuras-limite ou quatro modelos de conservação entre os quais a realidade necessariamente oscila.

A conservação coletiva/social, que na época moderna é a mais abrangida pela política do patrimônio, sendo representantes desta categoria os monumentos e os museus, representando a valorização da coletividade pela representação social destes exemplares, podendo-se apresentar como exemplo o Setor Histórico da Lapa onde se encontra o conjunto de bens imóveis tombados.

A conservação coletiva/individual pode ser representada por objetos individuais reconhecidos pela coletividade comumente não encontrados em espaços coletivos. São objetos de representatividade individual, como por exemplo, os arquivos públicos de documentos privados.

A conservação privada/social, que é a valorização individual de um objeto social, por exemplo, na arte onde as fronteiras entre espaço privado e domínio público são muito permeáveis, pois comumente as coleções particulares são transferidas para espaços públicos e sociais como museus.

A conservação privada/individual, nesta categoria, a valorização individual depende de valores coletivos e atitudes sociais gerais, porém não sendo regra a não interferência desses valores nas opções individuais sendo que os exemplos são as coleções de objetos aparentemente insignificantes como caixas de fósforos, bonés

etc., ou seja, objetos banais que o colecionador escolhe livremente, muito ao contrário dos museus que não tem essa liberdade.

Estas divisões, porém, barram o acesso à compreensão mais profunda da sociedade, mais real e mais concreta e isto se evidencia na análise das leis que regem a preservação e/ou conservação dos patrimônios. Palavras relativas ao “valor, beleza, história, de interesse natural” comumente acompanham o discurso, porém, podem estar representando valores ideológicos que visualizam a sociedade superficialmente e que “é certo que é habitual que um discurso institucional se mantenha à superfície das coisas, mas este está particularmente petrificado de valores”. (GUILLAUME, 2003, p. 51).

E são estes valores estereotipados que acompanham os discursos é que devem ser observados e analisados, e que em nada contribuem para as reais funções da conservação e preservação e suas novas modalidades nas sociedades industrializadas modernas.

Onde para Monnet (1996, p. 227), “o patrimônio é um problema impossível se admitirmos que tudo é patrimônio, tudo dever ser conservado”, no entanto não se pode esquecer que o patrimônio é um objeto político, onde atores sociais diferentes tentam impor interesses contraditórios. Pois o patrimônio só existe se for assim eleito e designado sua proteção aonde “designação e proteção vão juntas. Existe um ciclo de retroação perfeito, que faz com que, postulando um objeto sagrado, deduzamos que ele deve ser protegido.” (MONNET, 1996, p. 228).

Há que se fazer uma pequena reflexão sobre o que é a conservação e o que ela representa, assim como qual a posição que um determinado objeto alcança na sociedade. Quanto menos um objeto está inserido na lógica do mercado, menos será este objeto vulnerável à obsolescência. Permitindo que alguns objetos produzidos na sociedade industrial deixem de ser velhos e passem a ser antigos, fazendo com que sua desvalorização temporal se inverta, através de uma nova valorização, porque com outros sentidos e significados, passam a ter um novo valor.

A conservação se estabelece no sistema produtivo, criando entre eles um elo diferente onde a produção repele a conservação e ao mesmo tempo a beneficia sendo necessário criar até mesmo um novo espaço, para os velhos novos objetos.

Porque:

As questões relativas às políticas de conservação e de preservação são mais complexas do que parecem ser em um primeiro momento. Exigem reflexão, análise e múltiplos pressupostos do espaço e do tempo em que foram produzidos os mais variados bens da humanidade. (SOUZA, 2005, p. 82)

No Brasil ou no mundo, a conservação ou a preservação de partes das cidades ou de grandes áreas urbanas, exige a compreensão de diferentes interpretações do passado dos homens que vivem em sociedade, em especial na sociedade moderna.

Desta forma, não se pode admitir discutir a conservação do patrimônio apenas com o olhar nostálgico de quem quer valorizar e preservar apenas o que é antigo.

Isso porque dificilmente a complexa questão da conservação de patrimônios poderá ser discutida se o olhar for único e direcionado apenas para a nostalgia que estes bens despertam visto que são constituídos por um processo de construção histórica dos sujeitos que de alguma forma neles se reconhecem.

A expansão das políticas de proteção ao patrimônio se deu desde o início do século XIX até se tornar “a religião ecumênica do patrimônio edificado” (CHOAY, 2001, p. 207), a partir dos esforços dos organismos internacionais voltados para a elaboração dessas políticas tendo seu marco inicial com a Sociedade das Nações, que foi uma organização internacional surgida em 1920 após a Primeira Guerra Mundial, a qual instituiu a Comissão Internacional de Cooperação Intelectual com o objetivo de potencializar as relações culturais entre países.

Nesse sentido a construção de um escopo jurídico e de um arcabouço político em torno da conservação dos bens patrimoniais se dá através das legislações dos Estados Nacionais, mas também é orientada pelas Cartas, Convenções, Declarações e Recomendações emitidas pelas organizações internacionais como a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), o Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS), o Conselho Internacional de Museus (ICOM), e pelas organizações regionais como a Organização dos Estados Americanos (OEA), e o Conselho da Europa.

Estes documentos além de orientar as ações de salvaguarda do patrimônio também contribuem de maneira prática, na construção de arcabouço teórico orientando conceitos, definições e muitas vezes contribuindo para a ampliação do

glossário de termos que levam à compreensão das ações articuladas por essas organizações.

Com relação a variedade de termos, a palavra “tombamento” que está intrinsecamente relacionada à conservação e preservação de bens patrimoniais, possui origem lusitana e se refere à Torre do Tombo, amplamente utilizada no Brasil em substituição à palavra “classificação” adotada pela França e por Portugal. (CURY, 2000, p. 12).

O ato do tombamento, uma ação que somente pode ser realizada pela União, é um ato administrativo que tem por objetivo “preservar através da aplicação da lei, bens de valor histórico, cultural, arquitetônico e ambiental para a população, impedindo que venham a ser destruídos ou descaracterizados”. (PARANÁ. SEEC, 2009).

Este ato pode ser realizado em três esferas públicas: nacional, estadual ou municipal. No Brasil, o tombamento de bens da União é realizado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), no Estado do Paraná através da Secretaria de Estado da Cultura por meio da Coordenadoria do Patrimônio Cultural e nos municípios através de leis específicas. O tombamento ainda pode ocorrer em escala mundial, reconhecido como Patrimônio da Humanidade, sendo realizado pela UNESCO.

Em âmbito nacional e internacional, as Cartas, Convenções, Declarações e Recomendações emitidas pela UNESCO e pelo ICOMOS, enquanto organizações internacionais, orientam as políticas dos Estados Nacionais, recebendo desses Estados exemplos de experiências que são discutidas e referendadas em conferências internacionais que emitem documentos que regulam as relações entre países definindo possibilidades e restrições quanto aos aspectos técnicos e jurídicos relativos a conservação de bens patrimoniais.

Em ordem cronológica, de acordo com a elaboração apresentada por Cury (2000), são trinta e sete documentos produzidos no período que compreende entre 1931 e 1999, com as denominações de Carta, Recomendação, Normas, Compromisso, Declaração, Convenção, Manifesto, Conferência, Documento e Decisão.

O primeiro documento elaborado com o objetivo de orientação internacional quanto a preocupação em definir a noção de patrimônio foi a Carta de Atenas.

A Carta de Atenas, redigida pelo Escritório Internacional dos Museus da Sociedade das Nações em outubro de 1931, é um documento que apresenta as sínteses dos trabalhos desenvolvidos pelo Congresso Internacional de Arquitetura Moderna. (KERSTEN, 2000, p. 78).

A Carta apresenta os princípios gerais e as doutrinas referentes a proteção do patrimônio, assim como, algumas recomendações como as expressas no primeiro item da carta, denominado, princípios gerais onde se recomenda que se mantenha a utilização dos monumentos assegurando seu valor artístico e sua historicidade; quanto a valorização dos monumentos recomenda o respeito e a supressão de qualquer objeto que descaracterize ou prejudique sua arte ou história; os materiais de restauração e as técnicas devem atender ao emprego adequado de recursos da técnica moderna resguardando os elementos a serem conservados; quanto a deteriorização dos monumentos duas recomendações são apresentadas, a que os países busquem as técnicas através do conhecimento específico das ciências físicas, química e naturais e que o Escritório Internacional dos Museus se mantenha informado sobre as ações realizadas. (CURY, 2000, p. 13).

Nas recomendações referentes a conservação dos monumentos e a colaboração internacional, chama atenção as recomendações relativas ao papel da educação e o respeito aos monumentos, que mesmo em 1931, já apresentava a necessidade de explicitar que se recomendasse que “a melhor garantia de conservação de monumentos e obras de arte vem do respeito e do interesse dos próprios povos” e ainda “emite o voto de que os educadores habituem a infância e a juventude a se absterem de danificar os monumentos”. (CURY, 2000, p. 17).

Neste documento as áreas urbanas são apenas mencionadas como entorno ou vizinhança aos monumentos. Não estabelece regras, mas orienta as práticas voltadas para a conservação com a afirmação da primazia do interesse coletivo sobre o interesse particular ou individual.

No entanto, a Carta de Atenas, produzida no Congresso Internacional de Arquitetura Moderna, em novembro de 1933, é dividida em três partes, na primeira parte apresenta o item Generalidades onde inclui o que considera a cidade e sua região, na segunda parte apresenta o Estado atual crítico das cidades, como habitação, lazer, trabalho, circulação e patrimônio histórico e a terceira parte onde se encontram as conclusões onde e algumas considerações denominadas de Pontos de Doutrina, como por exemplo, “a maioria das cidades estudadas oferece hoje a

imagem do caos. Essas cidades não correspondem de modo algum a sua destinação, que seria satisfazer as necessidades primordiais, biológicas e psicológicas de sua população”. (CURY, 2000, p. 54)

As considerações apresentadas nesta carta não possuem a intenção de diretamente regulamentar a prática da conservação, mas de apresentar o que seriam interesses dos cidadãos levando em conta aspectos relativos as cidades que possibilitem condições adequadas para atender necessidades urbanas.

Outro documento denominado de carta, com expressivo interesse na conservação de monumentos é a Carta de Veneza, documento internacional sobre conservação e restauração de monumentos e sítios, produzido no II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos dos Monumentos Históricos, em maio de 1964. (CURY, 2000, p. 91).

A Carta de Veneza apresenta a orientação para uma política que norteia a pesquisa e a valorização dos monumentos e das paisagens em seu ambiente considerando que os princípios orientadores devem ser “elaborados em comum e formulados num plano internacional”. (CURY, 2000, p. 91). A carta apresenta alguns conceitos que passam a ser considerados na prática da conservação, como por exemplo, o conceito de monumento histórico como sendo “a criação isolada, bem como o sítio urbano ou rural que dá testemunho de uma civilização particular, de uma evolução significativa ou de um acontecimento histórico” e o conceito de conservação e restauração como sendo “uma disciplina que reclama a colaboração de todas as ciências e técnicas que possam contribuir para o estudo e a salvaguarda do patrimônio monumental”. (CURY, 2000, p. 92).

A Carta de Veneza apresenta-se como um documento internacional que norteia a prática da conservação de monumentos históricos, sejam monumentos individuais ou áreas urbanas, que contenham esses elementos através da restauração e da conservação de acordo com técnicas científicas que não agredam o que os monumentos possuem de mais valioso, o testemunho de um tempo e de uma história.

De maneira geral, de acordo com Kersten (2000, p. 95), não apresentou inovações na definição do patrimônio “classificando as obras de cada povo como portadoras de mensagem espiritual do passado e testemunho vivo de suas tradições”, no entanto reconheceu os princípios fundamentais estabelecidos pela Carta de Atenas de 1931.

As Normas de Quito foram estabelecidas na Reunião sobre conservação e utilização de monumentos e sítios de interesse histórico e artístico, produzidas pela Organização dos Estados Americanos, em dezembro de 1967. (CURY, 2000, p. 105). Estas normas além das considerações gerais onde a noção de espaço aparece inseparável do monumento e, portanto, dentro de um contexto urbano, apresenta os lugares pitorescos como objeto de defesa e proteção considerando que “todo monumento nacional está implicitamente destinado a cumprir uma função social”. (CURY, 2000, p. 106-107).

O item VI das Normas de Quito trata da valorização do patrimônio cultural com texto que procura orientar o entendimento do que é valorizar assim como procura estabelecer parâmetros de análise das condições de valorização de um patrimônio monumental. O item VII apresenta os monumentos em função do turismo dando o entendimento de que “os valores propriamente culturais não se desnaturalizam nem se comprometem ao vincular-se aos interesses turísticos”. (CURY, 2000, p. 112).

Ao contrário disso, as Normas de Quito sugerem que quanto maior o fluxo de visitantes a um monumento mais se afirma a consciência de sua importância e significado e no entendimento de Kersten (2000, p. 96), “o uso adequado dos bens culturais atuaria como ação reflexa na área circundante a esses bens”.

As Normas de Quito ainda sugerem recomendações específicas a serem consideradas pelos países em nível nacional e em nível interamericano recomendando medidas legais e técnicas inclusive definindo diferenças entre níveis de proteção:

Zona de proteção rigorosa, que corresponderá a de maior densidade monumental ou de ambientes;
Zona de proteção ou respeito, com maior tolerância;
Zona de proteção de paisagem urbana, a fim de procurar integrá-la com a natureza circulante. (CURY, 2000, p. 120).

Outras orientações como incentivo fiscal de estímulo a iniciativa privada ou de formas de compensação são sugeridas pelas normas e continuam ao longo das décadas a orientar as políticas de conservação e preservação de monumentos.

Em 1968, a Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) em sua 15ª sessão, que aconteceu entre 15 de outubro e 20 de novembro, redigiu significativas recomendações sobre a

conservação dos bens culturais ameaçados pela execução de obras públicas ou privadas. (CURY, 2000, p. 123).

Dentre as recomendações, destacam-se as medidas de conservação e salvamento orientando cada Estado a atender as medidas de: legislação, financiamento, medidas administrativas, métodos de preservação e salvamento dos bens culturais, sanções, reparações, recompensas, assessoramento e programas educativos. (CURY, 2000, p. 128).

Estas medidas procuram orientar a conservação de bens culturais, apresentando-se de forma genérica. Porém existem outras orientações com algumas minúcias como, por exemplo, as medidas relativas a programas educativos que sugerem estímulo ao interesse e ao respeito pelo patrimônio. E ainda, a divulgação de publicações especializadas que divulguem exemplos de casos bem sucedidos em termos de preservação eficaz. Além das sugestões de desenvolvimento de programas educativos ou de exposições em museus ou em instituições educacionais que enfoquem quanto ao perigo da realização de obras sem os devidos cuidados sugeridos nas medidas expressas nessa ocasião pela UNESCO. (CURY, 2000, p. 136).

A Carta do Restauro divulgada pelo governo da Itália em abril de 1972, foi redigida pelos diretores e chefes de institutos autônomos com o objetivo de orientar as intervenções de restauração com a intenção de obrigar que todas as intervenções em obras de arte sigam as normas e as instruções por esta carta estabelecidas, (CURY, 2000, p. 147). Esta carta, além dos seus doze artigos apresenta alguns anexos que orientam quanto a exigências relativas a salvaguarda do subsolo arqueológico e sobre a restauração dos achados durante prospecções terrestres e subaquáticas. As instruções contidas no anexo B que trata dos critérios das restaurações arquitetônica baseiam-se na “necessidade de considerar todas as obras de restauração sob um substancial perfil de conservação, respeitando os elementos acrescidos e evitando até mesmo intervenções de renovação ou restituição”. (CURY, 2000, p. 157).

O anexo D desta mesma carta apresenta instruções para tutela dos centros históricos orientando que para identificar um centro histórico leve-se em conta:

[...] não apenas os antigos centros urbanos, assim tradicionalmente entendidos, como também, de um modo geral, todos os assentamentos humanos cujas estruturas, unitárias ou fragmentárias, ainda que se tenham

transformado ao longo do tempo, se hajam constituído no passado ou, entre muitos, os que eventualmente tenham adquirido um valor especial como testemunho histórico ou por características urbanísticas ou arquitetônicas particulares. (CURY, 2000, p. 166).

A partir do que se considera um centro histórico, a Carta do Restauro orienta quanto aos tipos de intervenção que podem ocorrer nos centros históricos como: reestruturação urbanística que tem como princípio excluir daquele espaço toda e qualquer atividade funcional ou tecnológica que provoque efeito caótico ou degradante; revisão dos equipamentos urbanos no que está relacionado ao saneamento estático e higiênico dos edifícios ou a renovação funcional dos elementos internos através de instrumentos operacionais como planos de desenvolvimento geral, parcial ou ainda de execução setorial, que relacionem o centro histórico e a cidade em seu conjunto. (CURY, 2000, p. 168-169).

Em novembro de 1972, durante a 17ª sessão da Conferência Geral da UNESCO, em Paris, aconteceu a Convenção sobre a salvaguarda do patrimônio mundial, cultural e natural. (CURY, 2000, p. 177).

Considerando que as convenções, recomendações e resoluções internacionais que se referem a conservação de bens culturais e naturais, o que demonstra a preocupação das organizações de âmbito mundial possuem com relação ao patrimônio, e ainda considerando que alguns bens são detentores de excepcional valor ou interesse e ainda que é indispensável “adotar novas disposições convencionais que estabeleçam um sistema eficaz de proteção coletiva do patrimônio cultural e natural de valor universal excepcional, organizado de modo permanente e segundo métodos científicos e modernos”. (CURY, 2000, p. 178).

Durante a referida Convenção, foram estabelecidos alguns conceitos que orientam a prática da conservação, como o conceito de patrimônio cultural e patrimônio natural.

Por patrimônio cultural entendeu-se que poderia ser dividido em três grandes grupos:

Monumentos: obras arquitetônicas, de escultura ou de pintura monumentais, elementos ou estruturas de natureza arqueológica, inscrições, cavernas e grupos de elementos que tenham um valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência;
Conjuntos: grupos de construções isoladas ou reunidas que, em virtude de sua arquitetura, unidade ou integração na paisagem, tenham um valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência;

Sítios: obras do homem ou obras conjugadas do homem e da natureza, bem como as áreas que incluam sítios arqueológicos, de valor universal excepcional do ponto de vista histórico, estético, etnológico ou antropológico. (CURY, 2000, p. 178-179).

Durante esta Convenção ficou também estabelecido o Comitê do Patrimônio Mundial com a responsabilidade de criar os órgãos consultivos para a realização de suas ações. Também ficou estabelecida a criação do fundo para a proteção do patrimônio mundial, cultural e natural denominado de Fundo do Patrimônio Mundial. O qual, de acordo com a Convenção deverá ser constituído como fundo fiduciário em conformidade com o regulamento financeiro da UNESCO. Onde os recursos serão constituídos pelas contribuições obrigatórias e pelas contribuições voluntárias. Estes recursos vêm dos Estados partes na presente Convenção, pelas contribuições e doações. E ainda por outros Estados não presentes na Convenção, pela UNESCO e pelas demais organizações intergovernamentais com recursos autorizados pelo regimento do fundo e destinados aos fins definidos pelo Comitê. (CURY, 2000, p. 186).

A Convenção sobre a salvaguarda do patrimônio mundial não teve como objetivo discutir ou listar os bens culturais ou naturais que merecem serem protegidos pelo Comitê, mas sim, direcionar que os Estados indiquem o que desejam eleger como bem de valor excepcional comprometendo-se a criar e adotar políticas de proteção ao patrimônio e órgãos oficiais de proteção.

Outro documento que orientou as práticas de conservação do patrimônio foi a Declaração de Amsterdã, durante o Congresso do patrimônio arquitetônico europeu que aconteceu em outubro de 1975 o qual dentre outras afirmações considerou que o “patrimônio arquitetônico da Europa é parte integrante do patrimônio cultural do mundo inteiro” (CURY, 2000, p. 199). Durante este Congresso verificou-se a preocupação em estimular novas políticas para a proteção e conservação do patrimônio considerando que o que necessita de proteção são “as cidades históricas, os bairros urbanos antigos e aldeias tradicionais, aí incluídos os parques e jardins históricos” (CURY, 2000, p. 201). Desta forma, apresentando preocupação em estabelecer parâmetros modernos para a definição e orientação de práticas de proteção considerando o patrimônio em seu caráter social vislumbrando a necessidade de assegurar a proteção através do entendimento que a população possuir deste.

Promulgado durante este Congresso em Amsterdã, o Manifesto de Amsterdã estabelece dez princípios para a adoção de medidas de ordem legislativa, administrativa, financeira e educativa, necessários a implementação de políticas de conservação integrada do patrimônio arquitetônico. São eles:

O patrimônio arquitetônico europeu é constituído não somente por nossos monumentos mais importantes, mas também pelos conjuntos que constituem nossas antigas cidades e povoações tradicionais em seu ambiente natural ou construído;

A encarnação do passado no patrimônio arquitetônico constitui um ambiente indispensável ao equilíbrio e ao desenvolvimento do homem;

O patrimônio arquitetônico é um capital espiritual, cultural, econômico e social cujos valores são insubstituíveis;

A estrutura dos conjuntos históricos favorece o equilíbrio harmonioso das sociedades;

O patrimônio arquitetônico tem um valor educativo determinante;

Esse patrimônio está em perigo;

A conservação integrada afasta as ameaças;

A conservação integrada requer a utilização de recursos jurídicos, administrativos, financeiros e técnicos;

É indispensável o concurso de todos para o êxito da conservação integrada;

O patrimônio arquitetônico é o bem comum de nosso continente.

Com a promulgação destes princípios, o Manifesto de Amsterdã considerou que todos os problemas da conservação são comuns a toda a Europa e devem ser tratados de maneira coordenada permitindo a permuta internacional de experiências e de conhecimento.

A Carta de Machu Picchu, elaborada durante o Encontro Internacional de Arquitetos, em dezembro de 1977, quarenta e cinco anos após a Carta de Atenas, é um documento que amplia o enfoque e inclui a análise interdisciplinar nas discussões internacionais sobre o patrimônio. (CURY, 2000, p. 235).

Não se deixando de considerar relevantes o conteúdo que integra a Carta de Atenas de 1933, a Carta de Machu Picchu inicia a discussão internacional em enfoque interdisciplinar envolvendo os institutos de pesquisa, as universidades e os intelectuais nas questões relativas a cidade e sua região, ao crescimento urbano, aos conceitos de setor e de moradia e ao projeto urbanístico e arquitetônico que a “Carta de Atenas não cuidou do projeto arquitetônico. Aqueles que a formularam não a consideraram necessária”. (CURY, 2000, p. 242).

A Carta de Burra, do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios, elaborada em Amsterdã em 1980, traz orientação quanto a definição de diversos termos utilizados nas normativas e nas orientações de caráter internacional.

Entre eles estão as definições dos termos bem e significação cultural, conservação, preservação e restauração, indicando que a conservação poderá ou não incorporar a preservação considerada como proteção contínua e a restauração que é o restabelecimento de um bem em um estado anterior ao conhecido. A Carta de Burra apresenta um marco na definição de conceitos operacionais nem sempre presentes nos documentos que foram elaborados nos anos seguintes.

Durante a década de 1980 vários foram os documentos elaborados, como exemplo, cita-se a Carta de Florença de 1981, A Declaração de Nairobi e a Declaração de Tlaxcala de 1982, a Declaração do México de 1985, a Carta de Washington de 1986, a Carta de Petrópolis de 1987, a Carta de Cabo Frio e a Recomendação sobre a salvaguarda da cultura tradicional e popular da UNESCO de 1989. Estes documentos procuram dar continuidade às orientações e recomendações sobre a salvaguarda dos bens culturais, porém apresentando ampliação nos conceitos como, por exemplo, a inclusão da cultura popular e o entendimento de que a cultura é um meio de aproximação entre os povos. Ainda inclui no âmago das discussões os problemas das grandes cidades e sua diversidade.

Especificamente, a Carta de Washington para a salvaguarda das cidades históricas, redigida em 1986, de acordo com Cury (2000, p. 281):

[...] diz respeito mais precisamente as cidades grandes ou pequenas e aos centros ou bairros históricos com seu entorno natural ou construído, que além de sua condição de documento histórico, exprimem valores próprios das civilizações urbanas tradicionais.

Outro ponto de interesse para esta pesquisa encontra-se no enfoque dado nesta carta ao caráter dinâmico da vida urbana que necessita conviver com as cidades históricas que não apenas necessitam assegurar “a salvaguarda de seu patrimônio, como também para a segurança e o bem estar de seus habitantes”. (CURY, 2000, p. 284).

A década de 1990 foi marcada por outro conjunto de documentos, que a exemplo da década anterior, procurou ampliar o entendimento de bem cultural, incluindo as preocupações com a autenticidade do patrimônio, com o meio ambiente de forma geral e a paisagem. Dentre os vários documentos produzidos durante os anos 1990, quatro chamam a atenção.

O primeiro, a Carta do Rio, produzida durante a Conferência Geral das Nações Unidas sobre o meio ambiente e o desenvolvimento, em junho de 1992, na cidade do Rio de Janeiro.

Esta carta reafirma a Declaração da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano de 1972 mantendo o objetivo de estabelecer alianças e acordos internacionais. (CURY, 2000, p. 311).

Mas avança quando apresenta o homem como integrante do meio ambiente e proclama em seu princípio 4º. que “o objetivo de alcançar o desenvolvimento sustentável, a proteção do meio ambiente deverá constituir parte integrante do processo de desenvolvimento e não poderá ser considerada isoladamente”.

A Declaração de Sofia, produzida durante a XI Assembleia Geral do ICOMOS, em Sofia em 1996, trata do pluralismo cultural e inclui as questões relativas à exploração turística orientando que “as atividades turísticas, não podem pretender utilizar o patrimônio assegurando apenas o respeito ao seu significado e a sua mensagem” porque se faz necessário estudos analíticos que busquem o significado do patrimônio no mundo moderno. (CURY, 2000, p. 356).

O terceiro documento produzido na década de 1990 e que chama atenção é o Documento do Mercosul, denominado Carta de Mar Del Plata de junho de 1997, que teve por objetivo despertar a preocupação com o patrimônio intangível, ou imaterial e a integração da cultura entre os países que compõem o Mercosul.

Em novembro deste mesmo ano, a Carta de Fortaleza que tratou sobre o patrimônio imaterial e as estratégias e formas de proteção, reafirmou a inserção do patrimônio imaterial nas discussões nacionais e internacionais que foram iniciadas de acordo com Fonseca (2009, p. 72) na Conferência da UNESCO ocorrida em Nara, Japão em 1994 motivada pela necessidade de incluir na lista do patrimônio mundial o Templo de Ise que é sistematicamente destruído e reconstruído no mesmo local impossibilitando a proteção física, mesmo porque, a lógica de sua preservação está ancorada na necessidade de assegurar a continuidade do processo e do modo de fazer, o respeito aos valores e aos rituais religiosos.

A Carta de Fortaleza foi produzida em comemoração aos sessenta anos de criação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional com representantes de instituições públicas e privadas além da UNESCO. (CURY, 2000, p. 363), tem por objetivo principal orientar o IPHAN na promoção da reflexão sobre o conceito de bem cultural de natureza imaterial, a inventariação desses bens, a criação de grupos

de trabalho dentro do Ministério da Cultura, a criação de banco de dados e que seja desenvolvido um programa de educação patrimonial.

Quanto à educação, vários outros documentos que antecederam a esse procuravam orientar as ações relativas a programas educacionais, mas dentre os documentos analisados durante esta pesquisa, em ordem cronológica, este foi o primeiro a inserir o termo educação patrimonial.

De maneira geral, estes documentos incorporam os discursos e as práticas mundializadas de valores culturais ocidentais no que se refere a prática social de proteção ao patrimônio, onde a trajetória do arcabouço jurídico mostra a crescente preocupação por parte destes organismos internacionais em orientar as ações preservacionistas.

4.1 A TRAJETÓRIA POLÍTICA DO PATRIMÔNIO

O Brasil, signatário em muitos destes documentos, construiu uma trajetória de proteção ao patrimônio que se articula em torno da criação da Secretaria do Patrimônio Artístico Nacional (SPHAN), criada em 1937, voltada para a salvaguarda do patrimônio edificado como igrejas, museus, arquivos de documentos, cidades históricas e edificações individuais.

Porém, anterior a esta data houve tentativas de criação de órgão nacional de patrimônio, que de acordo com Kersten (2000, p. 68), a primeira tentativa foi em 1923 quando “deputados voltados a problemática apresentaram projeto de lei para criação da Inspeção de Monumentos Históricos” com a finalidade de conservar os imóveis públicos e particulares reconhecidos como de interesse nacional. Um ano depois foi apresentada uma complementação ao projeto de lei visando impedir a saída do Brasil de obras de arte tradicionais, que aconteciam principalmente no estado de Minas Gerais.

Ainda de acordo com Kersten (2000, p. 69), a segunda tentativa foi em 1925, com a apresentação de um projeto para a criação de um órgão nacional de patrimônio que apresentado pelo então governador de Minas Gerais propunha “a guarda e a conservação de bens móveis e imóveis considerados de interesse da coletividade, deveriam ser catalogados, e sobre ele a União ou os Estados deveriam ter direito de preferência na compra”.

Ambos os projetos por estarem em desconformidade com a legislação federal da época e sem respaldo do Código Civil brasileiro, que não previa restrições ao direito de propriedade não foram aprovados.

As discussões em torno dos projetos serviram de subsídios às legislações posteriores lideradas pelo movimento político e intelectual de Mário de Moraes Andrade (1893-1945) que de acordo com Kersten (2000, p. 73), fez com que “Mário superasse o conceito de patrimônio com a inclusão de bens intangíveis” compondo a idéia de que o patrimônio brasileiro não era apenas composto apenas de edifícios ou obras de arte erudita “estando também presente no produto da alma popular [...], pois para Mário arte equivalia a cultura”. (SANTANNA, 2009, p. 54).

O Brasil, influenciado pelas orientações vindas da Carta de Atenas a qual foi redigida no encontro que propagou um movimento internacional de criação de centros de conservação e restauração de bens culturais, de acordo com Kersten (2000, p. 78), “fortaleceu o propósito de criar o primeiro monumento histórico oficial brasileiro, a cidade de Ouro Preto, em 1933”. E que ancorado nesse ato, “Vargas recriou e inventou tradições, sustentadas por uma memória histórica que remetia a momentos de rebeldia e luta pela independência, cristalizada nas edificações e espaços urbanos mineiros, que contavam a história do país”. (KERSTEN, 2000, p. 79).

Nesse contexto, em que a história do Brasil estava sendo escrita pelo nacionalismo imposto ocultando as diferenças e os conflitos, o Ministério da Educação e Saúde Pública, através da Lei n. 378/37 possibilitou a criação do SPHAN com uma modesta estrutura administrativa que fez com que Mário de Andrade reformulasse o seu projeto de criação do serviço do patrimônio “inserindo-se no processo de legalização, institucionalização e sistematização da presença do Estado na vida política e cultural do país”. (KERSTEN, 2000, p. 84).

A respeito da equipe que formulou a criação do SPHAN, Oliveira (2001, p. 145), comenta que a equipe pioneira que “sedimentou as bases do antigo SPHAN” estava associada à “figura carismática de Rodrigo Melo Franco de Andrade”.

A partir da Constituição Federal de 1937 “o direito de propriedade não mais se caracterizou como subjetivo e exclusivo do proprietário [...] passou a sujeitar-se a ingerência do Estado com vistas ao cumprimento de sua função social” tornando possível o processo de tombamento no país (KERSTEN, 2000, p. 84), através da

Inspetoria de Monumentos Nacionais, vinculada ao Museu Histórico Nacional, que teve como primeira ação o tombamento da cidade de Ouro Preto.

Camargo (2002, p. 83), a respeito do tombamento da cidade de Ouro Preto faz o seguinte comentário:

Finalmente, em 12 de julho de 1933, concretiza-se a primeira medida oficial, em forma de Decreto, de reconhecimento do patrimônio cultural e da necessidade de sua preservação, a cidade de Ouro Preto é erigida como Monumento Nacional.

Considerada o principal exemplo de patrimônio histórico nacional, a cidade de Ouro Preto conseguiu “[...] traduzir sinteticamente o ideal nacional brasileiro” (CAMARGO, 2002, p. 84), relacionando a criação da Inspetoria de Monumentos Nacionais a interesses políticos que idealizava naquele momento histórico de salvaguardar “personagens históricos, um lugar onde se realizaram grandes feitos [...] é uma história cujo conceito de epopéia servirá admiravelmente aos propósitos da reorganização do Estado após a Revolução de 1930”. (CAMARGO, 2002, p. 84).

Registra-se que o ideário proposto por Mário de Andrade em torno do amplo entendimento do que deveria se considerar patrimônio não ficou expresso nestes primeiros momentos da história da constituição de políticas nacionais para conservação e preservação dos bens. No entanto, Mário de Andrade, o poeta modernista brasileiro “foi, na prática, um pioneiro do registro dos aspectos imateriais do patrimônio cultural, pois documentou sistematicamente manifestações dessa natureza ao longo de sua vida”. (SANTANNA, 2009, p. 54).

Com o fim do Estado Novo e com a promulgação da Constituição de 1946, que fez referência explícita à proteção de documentos históricos reafirmando a responsabilidade do Estado em dar proteção ao patrimônio, o SPHAN foi transformado em Diretoria (DPHAN). (KERSTEN, 2000, p. 92).

A Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro, criada em 1958, durante o governo de Juscelino Kubitschek, com origem nas discussões em torno da Comissão Nacional do Folclore de 1948, funcionou até o golpe militar de 1964 e se constituía na defesa da cultura popular considerada ainda “não totalmente contaminada pela indústria cultural em expansão”. (KERSTEN, 2000, p. 93).

Avanços na conceituação e nas categorias em que os bens culturais podem se inserir aconteceu com a Constituição Federal de 1967, onde as jazidas e os sítios

arqueológicos foram definidos deixando de figurar genericamente como locais de valor histórico. (KERSTEN, 2000, p. 97).

Apesar de todas as forças políticas, em muitos momentos da história do Brasil, contrárias a preservação do patrimônio cultural, como por exemplo, durante o período da ditadura militar onde “os mais diversos tipos e gêneros de obras artístico-culturais sofreram mutilações afetando a vida de seus criadores” (KERSTEN, 2000, p. 97), em 1969 aconteceu a transformação da então DPHAN em instituto, com maior autonomia administrativa, financeira e técnica passando a denominar-se Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN, 2009), autarquia federal vinculada ao Ministério da Cultura, foi precedido pelo Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional criado em 1937, sendo que de acordo com Camargo (2002, p. 91), “suas atividades não se limitaram apenas à preservação, mas ao restauro e à reabilitação dos bens, à ampliação e codificação dos conhecimentos relativos à temática arquitetônica e artística da arte tradicional brasileira”. Camargo (2002, p. 91-92), ainda acrescenta que as mudanças adotadas pelo IPHAN a partir da década de 1980 incorporaram “outros elementos, sobretudo os bens de origem popular, os seus fazeres e, bem mais recentemente, o patrimônio imaterial, como as festas, as danças, as procissões e a gastronomia etc.”. A evolução do que se considera oficialmente patrimônio no Brasil, portanto, esteve voltada ao tradicional “pedra e cal” a uma compreensão mais abrangente do que se considera patrimônio nacional incluindo os bens imateriais. Estas concepções, por mais que tenham avançado não deixam de expressar a necessidade de manter a integridade física de monumentos e obras de arte que certamente necessitam desta proteção, no entanto também deixam de contribuir para a necessária prática da conservação voltada para o dinamismo da mudança e da transformação por que passam as sociedades modernas “centrando a atenção mais no objeto e menos nos sentidos que lhe são atribuídos ao longo do tempo”. (FONSECA, 2009, p. 66).

Na atualidade o IPHAN obedece a princípios normativos contemplados pelo artigo 216 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e define o patrimônio cultural a partir de:

[...] suas formas de expressão; de seus modos de criar, fazer e viver, das criações científicas, artísticas e tecnológicas; das obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações

artístico-culturais; e dos conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. (IPHAN, 2009).

A partir desta classificação os bens são inscritos nos chamados Livros do Tombo que são quatro: Livros do Tombo Arqueológico, Paisagístico e Etnográfico; Livro do Tombo Histórico; Livro do Tombo das Belas Artes e Livro do Tombo das Artes Aplicadas.

Este Instituto apresenta em sua estrutura organizacional 27 Superintendências e 25 Escritórios Técnicos, sendo que a administração central está em Brasília e no Rio de Janeiro onde se encontra o Arquivo Central responsável pela abertura, guarda e acesso aos processos de tombamento, de retorno e de saída de obras de artes do país, bem como pela emissão de certidão para comprovar a inscrição nos Livros do Tombo e nos Livros de Registro do Patrimônio Imaterial. (IPHAN, 2010).

Compete às Superintendências Regionais “executar as ações de identificação, inventário, proteção, conservação e promoção do patrimônio cultural, no âmbito da respectiva jurisdição”. (IPHAN, 2009).

O Estado do Paraná está vinculado à 10ª. Superintendência Regional que surgiu a partir dos trabalhos realizados pelo Escritório Técnico do Paraná em 1984. (IPHAN, 2009). Sendo que as primeiras iniciativas de proteção ao patrimônio cultural do Paraná em âmbito nacional ocorreram em 1938, com o tombamento da Igreja de São Francisco das Chagas em Paranaguá, a Fortaleza da Ilha do Mel, a Matriz de Guaratuba e a Casa Lacerda na Lapa. (PARANÁ. SEEC, 2009).

De acordo com Kersten (2000, p. 141), estes bens “são exemplares que remontam ao início da ocupação portuguesa e à memória das populações indígenas” sendo que de maneira geral as edificações religiosas são mais facilmente identificadas pela suntuosidade de seus espaços identificando-se mais facilmente “à idéia de monumentalidade que acompanha a definição tradicional de patrimônio”. (KERSTEN, 2000, p. 141).

Em âmbito estadual, a Secretaria de Estado da Cultura criada em 1979 (PARANÁ. SEEC, 2009), ficou encarregada dos assuntos relativos à preservação e conservação, restauração e divulgação dos bens patrimoniais arqueológico, histórico, artístico e natural do Paraná através dos princípios da Lei Estadual n. 1.211/53 (PARANÁ. SEEC, 2005). Em 1953 quando a lei foi criada o órgão

responsável pelos bens denominava-se Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico e era ligado à Diretoria de Assuntos Culturais da Secretaria de Educação e Cultura.

A partir da criação da Secretaria de Estado de Cultura em 1979, surgiu a Coordenadoria do Patrimônio Cultural em substituição à Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico e Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico que passou a ser responsável pelo cumprimento da Lei n. 1.211. (PARANÁ. SEEC, 2009).

Como exemplo dos trabalhos realizados pela Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico do Paraná, tem-se o tombamento da Ilha do Mel em 1975 e da Paisagem Urbana da Rua XV de Novembro em Curitiba em 1974. (PARANÁ. SEEC, 2009).

De acordo com esta Secretaria, através da Coordenadoria do Patrimônio Cultural do Paraná, os bens patrimoniais dividem-se em: Patrimônio Natural, Patrimônio Arqueológico, Patrimônio Documental, Patrimônio Histórico e Patrimônio Imaterial e são inscritos em um dos três livros do tomo: Livro do Tombo n. 1 – arqueológico, etnográfico e paisagístico; Livro do Tombo n. 2 – histórico ou Livro do Tombo n. 3 – artes aplicadas.

Os primeiros atos de tombamento em âmbito estadual ocorreram sobre os mesmos bens tombados pelo Patrimônio Nacional já apresentados neste texto anteriormente.

Nota-se que as orientações e normativas emitidas pelas organizações internacionais, como Cartas e Convenções que influenciam as políticas dos Estados Nacionais e conseqüentemente, no caso do Brasil, as unidades federativas, no caso do Estado do Paraná inclusive, orientaram a “abordagem conceitual e a definição dos bens inscritos” principalmente durante a década de 1970 e 1980 onde um número expressivo de bens foi salvaguardado. (KERSTEN, 2000, p. 144).

A noção de patrimônio inseriu-se desta forma no amplo projeto de construção da identidade nacional onde os bens patrimoniais enquanto símbolos e reflexos culturais imprimidos no espaço como marcas do tempo, revelaram as relações simbólicas e culturais da construção da identidade cultural brasileira e paranaense, onde os bens patrimoniais “são de modo permanente, expostos às afrontas do tempo vivido. O esquecimento, o desapego, a falta de uso faz com que sejam deixados de lado e abandonados”. (CHOAY, 2001, p. 26).

No caso do Brasil e do Estado do Paraná por consequência, a trajetória de construção do escopo jurídico em torno da conservação e preservação do patrimônio, esteve relacionada ao idealismo de alguns atores diretamente

relacionados a criação de leis e de organizações públicas e a vontades políticas dos que se encontravam no poder na época de criação das leis e dos decretos.

Lynch ao comentar sobre as ações dos, segundo o autor, “encarregados do desenvolvimento” apresenta a seguinte observação:

Desastre, conservação, renovação, crescimento, revolução, cada uma destas transformações características traz problemas diferentes [...], porém há algo comum entre elas: a percepção da mudança, que implica não somente na percepção daquelas alterações objetivas no estado das coisas existentes, como também em nosso modo de entender e de conectar com nossas esperanças, nossas recordações e nossos sentidos do passar do tempo. (LYNCH, 1975, p. 33, tradução nossa)⁴².

As ações que envolvem as políticas de conservação e de preservação devem buscar em sua essência valorização destes sentimentos para que seja possível despertar o sentimento de pertencimento.

Conforme Girão (2001, p. 115), apresenta como preocupação o fato de que “os caminhos da preservação convergem, sempre, para o tema da identidade cultural”, pois “a inquietação com o futuro dessas identidades encontra um denominador comum em países de todo o mundo na massificação cultural que se vem propagando, sobretudo após a Segunda Guerra Mundial”.

Os bens patrimoniais estão ligados à identidade que está historicamente associada à noção de cidadania, onde o ato de se identificar e de sentir o pertencer a uma realidade é uma condição indispensável para que o homem acredite na necessidade de preservar sua história. Pois somente identificando-se, reconhecendo-se nesta história é que ele assume compromissos e responsabilidades na sociedade na qual se torna capaz de participar enquanto cidadão e exercer sua cidadania. Nesse sentido, o conjunto de bens que se elegerá como representativo deve expressar a diversidade social e cultural fazendo com que diferentes grupos se reconheçam tendo em vista a dinâmica dos valores atribuídos ao que se está conservando ou preservando.

Desta forma, a relação turismo, espaço e patrimônio ocorre na medida em que as relações sociais que se estabelecem na sociedade moderna e globalizada trazem

⁴² “Desastre, conservación, renovación, crecimiento, revolución, cada una de estas transformaciones características plantea problemas diferentes [...] pero hay algo común a todas ellas: La percepción del cambio, que implica no solo la percepción de aquellas alteraciones objetivas en el estado de cosas existentes, sino también la de nuestro modo de entenderla y de conectarla con nuestras esperanzas, nuestros recuerdos y nuestro sentido del paso del tiempo”. (LYNCH, 1975, p. 33).

um novo desafio para as políticas públicas no sentido de melhorar a qualidade de vida da população através do desenvolvimento e crescimento econômico. Em especial no espaço urbano onde a cultura ocidental aprofunda sua tomada de consciência sobre seus atos através da reflexão sobre suas próprias ações, este espaço tende a tornar-se, por excelência, um lugar privilegiado para dar vazão e expressão ao modo como se olha o mundo e o modo como o próprio homem interpreta seu lugar na natureza. Estas políticas deverão estar comprometidas com um olhar para a natureza humana que se expressa no espaço público urbano, com o objetivo de mudança no sentido de diminuir a pobreza, o desemprego, a exclusão social e a violência que se reflete em todas as formas de relação humana.

Neste contexto, percebe-se que os deslocamentos humanos, por quaisquer que sejam suas motivações como, por exemplo, por imigração, por movimento de trabalhadores, refugiados ou turistas, atinge volumes consideráveis.

Neste cenário, a atividade turística enquanto propulsora de desenvolvimento necessitar ser pensada considerando a cultura local, que entendida como produção humana, reflete seus valores e princípios.

O espaço, portanto, assume esses valores a partir das construções que são realizadas e que representam a forma com que essa sociedade pensa e sente o espaço no qual vive. Desta forma, os bens patrimoniais históricos que são a representação material de um tempo, estando, como no caso do município da Lapa, inseridos em um espaço público urbano, refletem, através de variadas representações, como essa comunidade se relaciona com estes bens. Nesta reflexão deixa-se transparecer o entendimento que a população possui sobre essas construções históricas, tornando aparente o grau de cidadania, aquela entendida como social e política que essa população possui.

Vale lembrar, que é a partir da educação, do conhecimento e da capacidade de abstrair que um indivíduo torna-se capaz de exercer seu direito social de ser cidadão especialmente quando o desenvolvimento seja almejado considerando o crescimento econômico e social com valorização cultural, porque “a formação de padrões determinados de consumo e comportamento cultural parece ser o aspecto merecedor de maior atenção, pois revela tendências ainda suscetíveis de serem avaliadas e reveladas”. (GIRÃO, 2001, p. 115).

Deste modo, em que as relações acontecem em um espaço que é também um espaço de representação, a compreensão do fenômeno turístico e da decorrente

atividade econômica que utiliza os bens patrimoniais como recursos turísticos necessita ser acompanhada de embasamento teórico e empírico que possibilitem intervenções através de formas de planejamento e novos modelos de gestão.

Porém, os critérios que balizam estas ações não devem priorizar os aspectos técnicos ou essencialmente políticos, onde as formas de planejamento e de gestão deverão considerar as relações entre o turismo, o espaço e os bens patrimoniais uma possibilidade de desenvolvimento que priorize os valores humanos e sociais, sem degradação dos recursos históricos e culturais. Estes devem ser geridos a partir das novas demandas advindas do modelo de relacionamento entre Estado e sociedade considerando as características da sociedade moderna e do mundo globalizado. Onde o global, o regional e o local possuem relações independentes de escalas crescentes ou decrescentes. Independente disso, os bens patrimoniais deverão continuar a ter a capacidade de estimular a memória historicamente vinculada a um grupo social para a partir disso contribuir para a garantia de sua identidade cultural. Nesse sentido, necessita-se avaliar o município da Lapa em seus aspectos geográficos, históricos, culturais e turísticos, na busca da compreensão das relações entre turismo, espaço e bens patrimoniais, conforme se apresenta a seguir.

5 MUNICÍPIO DA LAPA EM SEUS ASPECTOS GEOGRÁFICOS, HISTÓRICOS, CULTURAIS E TURÍSTICOS

O município da Lapa está localizado ao sul do Estado do Paraná, há aproximadamente 70 km da cidade de Curitiba, capital do Estado, na região sul do Brasil, no Planalto Meridional, apresentando como limite a leste Contenda e Quitandinha, a oeste Antonio Olinto e São João do Triunfo, ao sul Campo do Tenente e Rio Negro e ao norte Porto Amazonas e Balsa Nova. (LAPA, 2007, p. 13).

Está sujeito a um clima subtropical/mesotérmico brando e está a 908m de altitude acima do nível do mar em uma área de 2.093,59 quilômetros quadrados, que ocupa a quinta posição em área territorial do Estado do Paraná, fazendo parte da Região Metropolitana de Curitiba (RMC)⁴³ desde 2002 através da Lei Estadual n. 13.512/2002 que alterou a conformação da RMC incluindo o município.

A imagem da figura a seguir mostra a localização do município da Lapa na atual configuração da RMC com os demais vinte e seis municípios.

⁴³ A configuração inicial da RMC, quando da sua criação pela Lei Complementar Federal 14/73 compreendia 14 municípios. Essa configuração se manteve até a alteração pelas Leis Estaduais 11.027/94, 11.096/95, 12.125/98 e 13.512/02, que expandindo os contornos da RMC com o desmembramento de alguns municípios e a inserção de novos como o caso da Lapa. Da área total ocupada pela RMC apenas 4,42% são consideradas urbanas concentrando 91,17% da população de 2.768.394 habitantes. (COMEC, 2010).

REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - 2009



Fonte: COMEC - 2009

IMAGEM 01- LOCALIZAÇÃO DA LAPA NA REGIÃO METROPOLITANA
FONTE: COMEC, 2009

De acordo com os primeiros resultados do Censo 2010 do Instituto Brasileiro de Pesquisa (IBGE, 2010) possui população de 44.936 habitantes contando com 32.475 eleitores.

Quanto à renda da população, de acordo com dados do IBGE (2009), apresenta-se de acordo com o quadro a seguir:

RENDA	NÚMERO DE HABITANES
Até 1 salário mínimo	7.317
De 1 a 2 salários mínimos	5.765
De 2 a 3 salários mínimos	2.285
De 5 a 10 salários mínimos	1.512
De 10 a 20 salários mínimos	577
Mais de 20 salários mínimos	299

QUADRO 01- QUADRO COMPARATIVO DE RENDA DOS HABITANTES DA LAPA
FONTE: IBGE, RESULTADO DA AMOSTRA DO CENSO DEMOGRÁFICO 2000.

Quanto à estrutura urbana, de acordo com o Cadastro Central de Empresas do IBGE de 2008, possui 1.454 empresas que ocupam 9.048 pessoas, porém, sua principal atividade econômica é a agricultura. (IBGE, 2010).

Conta com 6 agências de instituições financeiras, 3 jornais, 2 emissoras de rádio, 3 hospitais e 7 clubes recreativos. (LAPA, 2010c).

Quanto à rede de ensino, possui 5 creches municipais, 23 escolas municipais de zona rural e 10 de zona urbana, 10 escolas estaduais, 2 particulares e 1 faculdade. (LAPA, 2010c).

Fundado em 13 de junho de 1769, o município da Lapa teve suas origens em um povoado às margens da antiga Estrada da Mata (WACHOWICZ, 1977, p. 71) ⁴⁴, em uma parte do histórico caminho que ligava Viamão no Rio Grande do Sul a Sorocaba em São Paulo, "pois era o único que fazia a ligação do Rio Grande com São Paulo, pelo interior". (WACHOWICZ, 1977, p. 71).

⁴⁴ Estrada da Mata: "A comunicação dos campos gerais paranaenses com São Paulo é bastante antiga, porém, somente no século XVIII, é que vai definir-se a denominada Estrada da Mata. Era na realidade um caminho, ou simplesmente uma picada, que comunicava os campos do Rio Grande do Sul desde Viamão até a tradicional feira paulista de Sorocaba [...] O território paranaense ficava no trajeto do caminho utilizado para o transporte de gado, desde Viamão até Sorocaba. Recebeu o Paraná os seus benefícios, no início de sua formação histórica. [...] ao longo do caminho surgiram povoações. Cada cidade está separada da outra por uma distância que corresponde a um dia de viagem do tropeiro. Hoje esses antigos pousos são cidades. Tal é a origem do Rio Negro, Lapa, Palmeira, Ponta Grossa, Castro, Piraí do Sul, Jaguariaíva etc". (WACHOWICZ, 1977, p. 71).

Pelas características topográficas e fitológicas essa região passou a ser ponto de repouso das tropas de gado procedentes do sul do Brasil, fazendo surgir ao longo do caminho pontos de parada⁴⁵ e pouso para tropeiros⁴⁶, e comerciantes. Estes locais de parada, como no caso da Lapa, assinalavam o final de uma etapa ou um dia de viagem para aqueles que deixavam as margens do rio Negro a caminho do rio de Registro⁴⁷. Quando a capitania de São Paulo criou um registro para cobrança na passagem do gado às margens do Rio Iguaçu, a Lapa ficou conhecida como Registro, embora sua denominação oficial à época fosse Capão Alto. (WESTPHALEN, 1995, p. 26). De acordo com Westphalen (1995, p. 26), “desde a abertura do caminho das tropas, fora estabelecida a cobrança de direitos sobre a passagem de animais” o que propiciou a instalação do Registro de Curitiba à margem ocidental do rio Iguaçu.

Estes pontos de parada ou invernada de gado desenvolveram-se e transformaram-se em sesmarias que de acordo com Westphalen (1995, p. 25), foram concedidas a “Inácio da Costa e a Leandro da Costa, em 1740, a Manoel da Luz, em 1751, e a Antonio dos Reis, em 1767.”

Formada a povoação em torno dos pontos de parada de modo que ultrapassassem a 50 vizinhos, poderiam requerer ao Rei, a confirmação da carta de sesmaria. Cujas efetivação se deu em 15 de julho de 1769 sendo instituído o primeiro

⁴⁵ Esses lugares de “pouso” passaram a atrair pessoas com habilidades e profissões diversas. No decorrer dos anos, alguns desses lugares vieram a se transformar em povoado, ao longo do caminho de Viamão. Viviam em função das fazendas de gado bovino, cavalos e muar procedentes do sul, com destino a São Paulo [...] alguns desses povoados, como o de Capela do Rio Negro, Capão Alto, Capão da Palmeira [...], no decorrer do tempo se transformaram nas cidades de Rio Negro, Lapa, Palmeira, Ponta Grossa, Castro, Piraí do Sul, Jaguariaíva e Imbituva, desempenhando relevantes papéis no desenvolvimento político, administrativo, econômico e cultural, não só da região, como de todo o Estado do Paraná. (CAMARGO, 2004, p. 107).

⁴⁶ Tropeirismo: movimento que aconteceu entre os séculos XVII e XIX com homens, mulheres, animais, mercadorias, hábitos e costumes e constituiu um linguajar próprio, que marcou não só a região da Lapa, como também boa parte do território nacional, particularmente nos estados do sul. Este movimento aproximou os atuais estados sulinos com São Paulo e Minas Gerais fortalecendo laços econômicos e culturais. [...] Sem muita precisão histórica e de época, o imaginário lapeano vê no tropeiro um homem livre, negociante, que coordenava o transporte e venda de animais de cargas, seus e de terceiros. Comercializava ainda alimentos ou qualquer outra mercadoria. [...] Atualmente o termo (tropeiro) refere-se a todo homem que tenha de algum modo, trabalhado com tropas, apesar de haver uma gradação de valor e de autenticidade entre os que de fato transportavam animais, os que comercializavam e os que apenas ofereciam pouso para a tropeada. (KERSTEN, 2006, p. 49).

⁴⁷ As vilas, comunidades e cidades paranaenses dessa região, de Jaguariaíva até Lapa e Rio Negro, surgiram no século XVIII como pousos de tropeiros, à margem do Caminho das Tropas [...] sesmarias amplas, campos de pecuária e pouca densidade demográfica, foi a atividade tropeira que imprimiu a essas comunidades um maior dinamismo, acentuando-se com a cafeicultura. (LOPEZ, 2005, p. 182).

Padre João da Silva Reis tomando posse do patrimônio de Santo Antonio da Lapa em substituição ao nome Santo Antonio de Lisboa em virtude da grande pedra que ali se encontrava. (WESTPHALEN, 1995, p. 27).

A freguesia de Santo Antonio da Lapa, no início do século XIX era a última povoação que os tropeiros encontravam a caminho do Rio Grande do Sul. Conforme relata Westphalen (1995, p. 26), “o movimento da paragem de Santo Antonio da Lapa está ligado, sem dúvida ao trânsito de tropas muares, vindas do Rio Grande do Sul, com destino às feiras de Sorocaba, a partir da abertura por Cristovão Pereira de Abreu, da estrada do Viamão, em 1731”. Surgidos ao longo do caminho os locais de “paragem”, adequados ao repouso das tropas o que atraiu moradores que desejavam comercializar produtos de interesse dos viajantes tropeiros e desta forma, desenvolvendo não apenas o comércio, mas também o aumento da população e o número de casas.

No início do ano de 1806, a Freguesia que contava com 2.235 habitantes solicitou a elevação à categoria de Vila com criação de pelourinho e a eleição das justiças conforme requerimento datado de 26 de fevereiro de 1806 com limites no rio do Registro com a vila de Curitiba e para o sertão com o rio da Estiva, alegando que a distância entre a freguesia e a vila de Curitiba dificultava a aplicação das justiças. (WESTPHALEN, 1995, p. 28).

Em 1872 a Vila Nova do Príncipe passou à categoria de cidade, pela Lei Estadual n. 293, passando à denominação de cidade da Lapa, como era conhecida desde os primórdios de sua povoação, mas que não era adotado oficialmente, com economia ligada ao tropeirismo e à produção de erva-mate contando com 8.711 habitantes, 191 casas edificadas, estabelecendo-se as colônias Mariental, Virmond, Johannesburg, Antonio Olinto e São Carlos. (WESTPHALEN, 1995, p. 30).

Para Kersten (2006), o movimento tropeiro como atividade econômica foi lucrativo para os donos das terras por onde as tropas passavam e influenciou a abertura da Estrada da Mata. Este movimento está atrelado à história da formação do espaço da cidade Lapa como ponto de pouso e engorda das tropas de gado procedentes do sul do Brasil, e à identidade da população com amplo campo documental que justifica a influência no linguajar, na alimentação, no vestuário e nas diferentes técnicas de trabalho e lazer, constituindo-se em contexto sociocultural com códigos e rituais.

O advento da Revolução Federalista⁴⁸, que consolidou o nascimento da República Federativa do Brasil em 1894, foi um fato histórico que também influenciou a formação do espaço e da identidade dos moradores da cidade da Lapa.

No início de 1894 o município foi invadido pelos exércitos revolucionários dos federalistas conhecidos como “maragatos” comandados por Gumercindo Saraiva que encontraram resistência dos legalistas conhecidos como “pica-paus” comandados pelo Coronel Gomes Carneiro, partidário do Marechal Floriano Peixoto que havia assumido a presidência da República após a renúncia do Marechal Deodoro da Fonseca. (WACHOWICZ, 1977, p. 127).

De acordo com Wachowicz (1977, p. 126), Gomes Carneiro cercado na Lapa, solicitou ajuda, mas não recebeu o que fez com que resistisse, pois a Lapa seria a barreira que os revolucionários necessitavam encontrar para impedir a invasão de São Paulo. Esse episódio ficou conhecido como Cerco da Lapa.

O episódio do Cerco da Lapa, considerado por historiadores de forma geral como o mais sangrento dos eventos da história do Brasil, onde se confrontaram republicanos e federalistas contrários ao sistema presidencialista de governo, durou vinte e seis dias e após a morte do General Gomes Carneiro, o Coronel Lacerda negociou a capitulação da cidade e assinou o ato de rendição em sua residência que fora transformada em quartel general. (KERSTEN, 2000, p. 227).

Para Kersten (2006, p. 50), há um “certo pesar pelo fato de o episódio do Cerco ter ultrapassado em importância, em algum momento de sua história, o movimento tropeiro”. De qualquer forma, ambos, o movimento tropeiro e o episódio do Cerco, contribuíram para a formação do espaço e da identidade do lapeano.

Como exemplos, pode-se citar a gastronomia típica tropeira⁴⁹ e o traçado urbano da cidade tendo como eixo central uma rua alargada com certa estruturação

⁴⁸ Revolução Federalista: A Revolução Federalista de 1893 a 1895 que atingiu o Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Santa Catarina e o Paraná, foi não há dúvida a mais negra página de nossa história. A série de depoimentos e memórias de um e outro lado, que compulsamos, lemos e examinamos, as notícias de jornais da época, o vasto documentário inédito que consultamos [...] provam assas o ódio intenso que movia os republicanos pica-paus contra os rebeldes federalistas maragatos. (WACHOWICZ, 1977, p. 133).

⁴⁹ “A comida tropeira era preparada com ingredientes de fácil conservação, tais como o feijão, a farinha de milho, o arroz, o charque, o toucinho, o café adoçado com açúcar mascavo ou cristal ou rapadura”. (KERSTEN, 2006, p.74)

alongada e outras ruas paralelas dando um aspecto retilíneo, típico das cidades com origem tropeira⁵⁰.

No entanto, não apenas o movimento tropeiro, mas também o episódio do Cerco deixou suas marcas não apenas nas edificações históricas que foram palco de acontecimentos ligados à Revolução Federalista, mas também na maneira de ser do lapeano, em sua identidade e na sua memória das lutas e das resistências que marcaram o Cerco da Lapa.

Os fatos históricos, econômicos e sociais que formaram o espaço da cidade da Lapa, fizeram surgir uma série de bens patrimoniais que caracterizam a cidade e despertam o interesse da atividade turística. Mais do que os aspectos arquitetônicos e históricos desses bens, as representações sociais a eles associados são relevantes na compreensão desse espaço. As mudanças trazidas pela chegada do século XX e o consequente declínio do tropeirismo e do extrativismo exigiram adequações no modo de vida dessa sociedade. No entanto, no caso da cidade da Lapa, essas mudanças aconteceram de forma lenta, não prejudicando as construções históricas ali existentes.

O município da Lapa possui 5% do total de imóveis existentes no perímetro urbano tombados pelo Patrimônio Histórico e Artístico do Estado do Paraná e pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Cultural (IPHAN). (IPHAN, 2010).

De acordo com Paraná, Secretaria de Estado da Cultura (1993), as primeiras ações de tombamento, que ocorreram em âmbito federal, iniciaram-se em 1938 com o tombamento da Casa do Coronel Lacerda, casa do General Gomes Carneiro e Igreja Matriz de Santo Antonio.

Em 1989, o conjunto de bens que compõem o Setor Histórico do município foi registrado pela Coordenadoria do Patrimônio Cultural inscrito no Livro do Tombo Histórico, inscrição 94 II, processo número 01/89, de 26 de junho de 1989, dando proteção a uma área de 14 quarteirões com mais de 230 edificações, na área central do município e manteve os usos originais dos espaços o que fortalece as referências culturais e a identidade da cidade. O tombamento em âmbito federal do conjunto paisagístico e arquitetônico da cidade da Lapa aconteceu em 14 de agosto de 1998,

⁵⁰ “A Rua das Tropas, por exemplo, induziu a conformação urbanística linear da Lapa com seu traçado largo e reto, preserva antigos casarões do período áureo do tropeirismo e orienta quem chega à cidade”. (KERSTEN, 2006, p.48)

pelo IPHAN, em três Livros do Tombo, Belas Artes, Histórico e Arquitetônico, Etnográfico e Paisagístico. (IPHAN, 2010).

De acordo com a Lei n. 940, o Setor Histórico, ficou assim delimitado:

Tem início na Alameda David Carneiro (antiga Alameda Sabóia Cortes) na esquina com a rua Nossa Senhora do Rocio, desce pela referida alameda e pela rua Coronel Francisco Cunha até encontrar a rua Westphalen; daí segue por esta até a rua XV de Novembro; segue por esta até a praça General Carneiro e Castelo Branco, segue contornando-as e depois continua pela rua Coronel Francisco da Cunha e pela Alameda David Carneiro até onde iniciou, estendo-se até os fundos dos lotes com testada para as citadas vias públicas e praças. (PARANÁ. SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA, 1993, p. 115).

A delimitação desta área constituída por 23,41 hectares ficou assim distribuída: 20% destinados à circulação de veículos e pessoas, 2% a espaços públicos abertos e 78% a edificações.

De acordo com Paraná, Secretaria de Estado da Cultura (1993, p. 158) através de relatório elaborado com dados da época do tombamento (1989) consta predominantemente ocupação de uso residencial com um total de 175 imóveis, seguido pelo número de imóveis ocupados por atividade comercial que são 58, prestação de serviços com 36 imóveis, serviços administrativos, de saúde e educação com 20 imóveis, atividades de lazer ou cultura com 9 e 6 de uso religioso.

Para Machado (2007, p. 107):

[...] as unidades tombadas preservam dois marcos: a história da formação da cidade e o Cerco da Lapa durante a Revolução Federalista. As ações de preservação elegeram esses edifícios como suportes do patrimônio federal e estadual, o critério histórico foi considerado o melhor para definir as práticas de defesa e tombamento. A história narrada cristalizou-se nos bens preservados.

O Setor Histórico definido pelo Plano Diretor da cidade da Lapa, que foi elaborado no final da década de 1970, como resultado de um acordo entre a Prefeitura Municipal da Lapa, a Universidade Federal do Paraná e a Fundação de Assistência aos Municípios do Paraná, institucionalizou esse espaço como Centro Histórico (CH)⁵¹ estabelecendo parâmetros de construção. As orientações contidas

⁵¹ Vale esclarecer que esta pesquisa vem adotando ao longo do texto o termo Setor Histórico ao invés de Centro Histórico utilizado em alguns documentos e publicações, por ser o termo oficial que consta no Livro do Tombo e no Processo de Tombamento 01/89.

no Plano Diretor foram transformadas na Lei Municipal n. 734, em dezembro de 1980 a qual foi alterada em seu Capítulo II, no artigo 5º do Capítulo III e nos artigos 17 e 18 do Capítulo V, pela Lei Municipal n. 940. (PARANÁ. SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA, 1993, p. 114-118).

A Secretaria de Estado da Cultura, através da Curadoria do Patrimônio Histórico e Artístico, considerando o tombamento do Setor Histórico da Lapa e a necessidade de disciplinar as intervenções na área em questão e de conformidade com os artigos 14 e 15 da Lei Estadual n. 1.211, de 16 de setembro de 1953 (PARANÁ. SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA, 1993, p. 83) estabeleceu as Normas para aprovação de projetos de intervenções na área tombada divididas em infraestrutura urbana, mobiliário urbano, paisagismo, sistema viário e de circulação, uso do solo e publicidade ao ar livre.

A Lei Municipal n. 734, em sua tabela I, de acordo com a Secretaria de Estado da Cultura (1993, p. 95) apresenta as normas de uso e ocupação do Setor Histórico dividido em usos permitidos, permissíveis e proibidos, conforme a seguir:

Permitido: Habitações unifamiliares, comércio varejista, estabelecimentos de ensino, escritório de profissionais liberais, escritório de prestação de serviços, salão de beleza, oficinas de eletrodomésticos e atividades profissionais não incômodas exercidas na própria residência, hotéis, pousadas, restaurantes, instituições financeiras, hospitais, oficinas de arte e artesanato, instituições culturais.

Permissíveis: Estabelecimento de culto, desde que possuam pátio de estacionamento adequado.

Proibidos: Postos de abastecimento, lavagem, borracharia, oficinas mecânicas, supermercados, albergues, circos, motéis, depósito de inflamáveis, parques de diversões, boates, comércio de agrotóxico, depósito de ferro velho.

Quanto às edificações que compõem o Setor Histórico, foram cadastradas e classificadas de acordo com a localização, características de construção, época e valor intrínseco em relação ao conjunto de bens tombados. (PARANÁ. SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA, 1993, p. 157).

Este conjunto de bens que foi tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Paraná faz parte do contexto histórico que envolveu os acontecimentos ocorridos durante o Cerco da Lapa, um dos eventos mais significativos para a história do Brasil e do Estado do Paraná. Como exemplo pode-se citar a Casa Gomes Carneiro que abriga o Museu Histórico, que foi onde faleceu o General

Gomes Carneiro. (LAPA, 2007, p. 43). O conjunto de bens está classificado de acordo com o grau de proteção de I ao IV, sendo:

Grau de Proteção I (GP1) - Grau de proteção rigorosa, diz respeito aos edifícios com importância histórica e/ou arquitetônicas relevantes para o conjunto urbano. Deverão ser mantidos integralmente os aspectos originais de sua concepção, admitindo-se, porém, intervenções internas.

Grau de Proteção II (GP2) – Grau de proteção rigoroso, diz respeito aos edifícios com importância histórica e/ou arquitetônica relevantes para o conjunto urbano, os quais, porém, sofreram, no decorrer do tempo, alterações que os desfiguraram sendo possíveis de restauração originais de sua concepção, admitindo-se, porém, intervenções internas.

Grau de Proteção III (GP3) – Unidade de acompanhamento, são os edifícios que se caracterizam como unidade de acompanhamento, devendo manter a volumetria, podendo receber intervenções interna ou externamente, de modo a harmonizá-los ao conjunto urbano.

Grau de Proteção IV (GP4) – Unidades que poderão ser substituídas integralmente, obedecendo, para as novas edificações, as normas aqui estabelecidas. (Secretaria de Estado da Cultura, 1993, p. 88)

O quadro a seguir mostra a relação dos imóveis tombados com Grau de proteção 1 (GP1):

QUADRA	PROPRIETÁRIO	ENDEREÇO	Qt.
3G	Osmário D. dos Santos	Av. Manoel Pedro, 2078	01
4C	Rivadavia Xavier Silveira	Av. Manoel Pedro, 2014	02
6A	Espólio de Lyzandro S Lima	Av. Manoel Pedro, 1918	03
7D	Dolores Weiss e outros	Rua Sete de Setembro s./n.	04
8D	Casa do Artesanato (Prefeitura Municipal)	Rua Barão do Rio Branco, 1820	05
10B	Sergio Augusto Leone	Rua Hypólito de Araújo, 181	06
12D	Constantino Ferça	Rua Francisco Braga, 280	07
12E	Elza Kaled Zarur	Prç. General Carneiro, 326	08
12F	Hospital Hypólito e Amélia Alves de Araújo	Rua Hypólito de Araújo, 312	09
12G	Isabel Rauth Aracheski	Rua Francisco Braga, 380	10
12J	José Lacerda Junior	Rua Francisco Braga, 360	11
12L	Julia Cavalin Vidal	Rua Francisco Braga, 268	12
14A	Espólio de Jorge Sera	Rua Cel. Dulcídio, 250	13
16C	Fundação Nacional Pró Memória Lauro Bortoleto	Rua XV de Novembro, 67	14
17A	Lauro Bortoleto	Rua XV de Novembro, 125	15
18D	Pedro Mendes de Carvalho	Rua Westphalen, 416	16
18E	Prefeitura Municipal da Lapa	Rua Westphalen, 117	17
19A	Amaury Magalhães e outros	Al. David Carneiro, 307	18
22A	Leocádio Cardoso Moreira	Rua Nossa Senhora do Rocio, 531	19
22C	Antonio Carlos Sera	Rua Barão do Rio Branco, 1930	20
23F	Harry Schulz	Rua Manoel Pedro, 2213	21
23N	Pedro Cordeiro Martins	Rua Eufásio Cortes, 151	22
24E	Arthur Oscar Vidal Moreira	Rua Barão do Rio Branco s/n	23
24M	Espólio de Guilherme J M Carneiro	Rua Barão do Rio Branco, 1706	24
25A	Antonio José Horning Siqueira	Av. Manoel Pedro, 2037	25
25E	Fórum Dr. Marcelino J Nogueira	Rua Westphalen, 2011	26

26C	Eudorico Sampaio Prestes	Al. Saboia Cortes, 390	27
27F	Casa de Cadeia e Câmara Municipal	Al. Saboia Cortes, 390	28
28A	Afonso Hammerschmidt	Al. David Carneiro, 312	29
28G	Hamilton Lacerda Suplicy	Al. David Carneiro, 254	30
28L	Museu das Armas (Prefeitura Municipal)	Rua Barão do Rio Branco, 1671	31
29E	Espólio de Teófilo Ramalho	Rua Francisco Cunha, 156	32
29M	Renato Tavile Zarur	Rua Francisco Cunha, 174	33
29N	Sophia Soares Mariano	Rua Francisco Cunha, 142	34
30E	José Sebastião W. Rychwa	Rua Barão do Rio Branco, 1576	35
31E	Henrique Manoel Magalhães	Rua Francisco Cunha, 14	36
31H	Teatro São João (Prefeitura Municipal)	Pç. General Carneiro, s/n	37
33C	Eleny Bara Araújo	Rua Francisco Cunha, 83	38
33G	Panteon dos Heróis (Prefeitura Municipal)	Rua XV de Novembro, s/n	39
33H	Trajano S. de Siqueira Herds	Rua Francisco Cunha, 73	40
36A	Matriz de Santo Antonio da Lapa	Rua XV de Novembro, s/s	41

QUADRO 2 - RELAÇÃO DOS IMÓVEIS LOCALIZADOS NO SETOR HISTÓRICO COM GRAU DE PROTEÇÃO I

FONTE: O autor (2011) com base nos dados do Paraná, Secretaria de Estado da Cultura. (1993, p. 68-73).

O escopo jurídico e o arcabouço político que definiu a proteção através do tombamento deste espaço social tornaram viável para o Estado em nome da sociedade, a gestão deste espaço, deixando visíveis os valores que se quis transmitir ao preservar este determinado conjunto de bens.

Os bens patrimoniais históricos tombados que se encontram no Setor Histórico, para esta pesquisa dividem-se em propriedades privadas e bens públicos. Estão sendo considerados como bens públicos todos aqueles que são mantidos pelo poder público como Prefeitura Municipal ou aqueles que pelo seu caráter excepcional arquitetônico e/ou histórico se constituem de possibilidade de visitação pública.

O quadro a seguir mostra a relação dos bens tombados localizados no Setor Histórico da cidade da Lapa, que nesta pesquisa, estão sendo considerados como bens públicos, o qual foi produzido a partir de informações coletadas nas publicações da Secretaria de Estado da Cultura, da Prefeitura Municipal da Lapa, dos registros nos Livros do Tombo que se encontram arquivados na Coordenadoria do Patrimônio Cultural em Curitiba e de dissertações que constam nas referências deste trabalho:

BEM PATRIMONIAL	DATA DA CONSTRUÇÃO	DATA TOMBAMENTO
Igreja Matriz de Santo Antonio	1784	1938 (Federal) 1972 (Estadual)
Casa Lacerda Casa que abriga o Museu Regional Casa de Joaquim Lacerda	Década de 1840 em estilo luso brasileiro	1938 (Federal) 1972 (Estadual)
Casa Gomes Carneiro Casa que abriga o acervo do Museu Histórico	Arquitetura luso-brasileira do final do Século XIX	1938 (Federal) 1971 (Estadual)
Casa de Câmara e Cadeia Casa que abriga o Museu de Armas e a Câmara de Vereadores	Construída em 1829 com pedras areníticas da região e estuque	1940 (Federal) 1971 (Estadual)
Teatro São João	1876	1969 (Federal) 1969 (Estadual)
Casa Vermelha Casa que abriga o Centro de Artesanato Aloísio Magalhães e o Museu do Tropeiro	Residência mais antiga que se estima ter sido construída por volta de 1868 pela técnica de pau-a-pique	1981 (Estadual)
Casa Alonso Carrera Avelino que abriga a Casa de Música Maestro João Francisco Mariano	1889	1989 (Federal)
Casa dos Cavalinhos Casa que abriga a Casa da Memória	1888	1989 (Federal)
Pantheon dos Heróis	1944	1989 (Federal)
Prédio da Prefeitura Municipal	1890	1989 (Federal)

QUADRO 3 – RELAÇÃO DE BENS TOMBADOS
FONTE: O autor (2011)

Desta forma, a cidade da Lapa que se estruturou ao longo do caminho das tropas, gerando uma conformação urbanística linear com casas térreas, construídas no alinhamento predial, cujo conjunto arquitetônico representa local de importantes episódios relacionados à formação da República do Brasil, estabelece as normas de ocupação do solo urbano, definindo regras e normas pela necessidade de disciplinar as intervenções na área tombada.

Para melhorar o entendimento da população, em especial proprietários e usuários do Setor Histórico, quanto às normas e regras elaboradas pela legislação municipal, a Secretaria de Estado da Cultura editou um manual que propõe apresentar de forma simplificada, as regras gerais para a proteção dos bens arquitetônicos assim como as regras para possíveis inserções de novas edificações na área tombada.

O manual, composto de cinco itens, trata da descrição do Setor Histórico incluindo breve relato histórico; apresenta as normas de ocupação, conservação e construção; esclarece os graus de proteção; sugere como localizar e preservar um imóvel no Setor Histórico; indica as regras para as novas construções; regula a

publicidade ao ar livre, e quanto aos incentivos e benefícios da Lei n. 734; orienta as solicitações de licença de obras e pedidos de alvarás. (PARANÁ. SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA, 1993, p. 155-173).

Apesar do processo de tombamento ter sido iniciado sob a justificativa urbanística referentes ao uso e ocupação do solo, percebe-se que as ações de preservação desse espaço foram permeadas de conflitos políticos.

A maior parte dos conflitos políticos se deu pela divergência de entendimento sobre a forma do tombamento. Havia grupos que pleiteavam o tombamento individual dos bens, de acordo com suas características particulares e outro grupo, o tombamento do conjunto arquitetônico por entenderem que só assim se estaria preservando a história ligada ao Cerco durante a Revolução Federalista. (PARANÁ. SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA, 1993, p. 35).

Em alguns casos o aspecto arquitetônico é superado pelo imaginário de luta e resistência atribuída aos combates que se realizaram na cidade da Lapa.

De acordo com a Secretaria de Estado da Cultura (1993, p. 35) em abril de 1989 quando houve o início do processo de tombamento da área central da cidade com a publicação do Edital de Tombamento, os grupos contrários ao tombamento do conjunto arquitetônico deram entrada a vinte e três pedidos de impugnação os quais reclamavam ao Estado que produzisse provas testemunhais e periciais contra o caráter genérico das ações de tombamento, ao entender dos que solicitaram a impugnação, ao considerar o conjunto de bens que compõem o Setor Histórico.

Em junho de 1989 o relator do processo conselheiro Celso Gomes Carneiro apresentou seu parecer sobre os pedidos de impugnação concluindo “que não precedem as razões aventadas pela parte interessada para solicitar a impugnação, devendo o Tombamento do Setor Histórico da Lapa ser inscrito no Livro do Tombo”. (PARANÁ. SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA, 1993, p. 35).

As normas de uso e ocupação do Setor Histórico estão baseadas nos princípios estabelecidos no Plano Diretor de 1979, porém, alguns avanços ocorreram como, por exemplo, quanto à flexibilização dos diferentes graus de proteção “na defesa do conceito de paisagem urbana, estabelecendo critérios também para o conjunto que, identificado e classificado individualmente, passa a obedecer a parâmetros coletivos, isto é, definidores de toda a paisagem”. (PARANÁ. SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA, 1993, p. 35).

O Plano Diretor elaborado em julho 2003 está apoiado nas determinações legais da Lei Federal n. 10.257/01, no Estatuto das Cidades e nos Artigos 21 e 26 da Constituição Estadual em decorrência da inclusão da Lapa na Região Metropolitana de Curitiba. (LAPA, 2003, p. 26). Este Plano Diretor também considera como referenciais para futuros planos e projetos o Plano Diretor de 1979 e o Tombamento do Setor Histórico de 1989, (LAPA, 2003, p. 54).

Apresentando o município como de alto potencial turístico histórico e cultural o Plano apresenta como objetivos para a área que compõe o Setor Histórico:

Manter o padrão da urbanização atual e promover a revitalização das áreas deterioradas;
Promover a valorização e a preservação da arquitetura histórica;
Controlar as construções e as reformas das edificações, de maneira a preservar a integridade do conjunto urbanístico para inserção de novas edificações e reforma das já existentes;
Promover atividades de comércio e serviços voltadas ao turismo, mediante parceira com a iniciativa privada. (LAPA, 2003, p. 188).

Vale lembrar que desde a Constituição de 1988 compete aos municípios promover a proteção do patrimônio histórico-cultural observando a legislação e a ação fiscalizadora federal e estadual, o que significa que na prática, os municípios devem zelar pelo patrimônio, porém não possuem plena e ampla autonomia legislativa, pois devem observar as normas federais, estaduais e as legislações específicas das coordenadorias, conselhos ou quaisquer outras instituições que mediam as ações voltadas para a conservação do patrimônio.

O município da Lapa tem ampliado as ações de proteção ao patrimônio tombado pela esfera pública federal e estadual se considerado as ações realizadas pela prefeitura municipal, por organizações não governamentais como institutos e associações e mesmo por iniciativas privadas as quais acontecem em parceria com o IPHAN e com algumas instituições de ensino, entre elas, a Universidade Federal do Paraná.

A 10ª. Superintendência Regional do IPHAN no Estado do Paraná mantém sob sua competência um dos dezoito museus regionais brasileiro, o Museu Regional Casa de Joaquim Lacerda, conhecido como Casa Lacerda, na cidade da Lapa, com uma funcionária responsável pela organização e conservação do museu e mais três colaboradores em regime de trabalho terceirizado. (IPHAN, 2010).

Uma das mais recentes ações voltadas para a conservação e preservação do patrimônio cultural da Lapa encontra-se ancorada no Plano Diretor do Patrimônio Cultural Edificado que de forma pioneira, apresentará mecanismos a favor da conservação dos bens, como parâmetro de desenvolvimento do município. De acordo com a Secretaria de Planejamento, Controle e Suprimentos do Município da Lapa, o IPHAN contratou através de licitação a Ambiens Sociedade Cooperativa que em parceria com a administração Municipal e a comunidade da Lapa e sob a supervisão do IPHAN, elaboraram o Plano através da realização de audiências públicas. O Plano está em fase final de aprovação pelo IPHAN, o qual será encaminhado à Câmara Municipal para se garantir através do estatuto jurídico a sua validade como Lei Municipal. (LAPA, 2010a).

Dentre as ações que o Plano prevê, destaca-se a elaboração e implementação do Projeto de Requalificação Urbanística; modernização dos equipamentos culturais da Lapa e a elaboração e implementação do Plano de Desenvolvimento Turístico Participativo. (LAPA, 2010a, p. 4).

Com a realização de audiências públicas o Estado pretendeu garantir a participação da população nas discussões em torno dos objetivos e compromissos do Plano, sendo que desde o Plano Diretor de 2003, há a indicação de se assegurar à “população economicamente desfavorecida transporte coletivo gratuito” para participação na gestão municipal em conferências e audiências divulgadas em rádios, jornais e internet, (LAPA, 2003, p. 173), buscando aparente legitimização do caráter democrático da ação com a possibilidade de participação direta da população na construção de um caminho à redemocratização da sociedade.

Enquanto instrumento de gestão, as audiências públicas nas quais foi submetido o Plano Diretor do Patrimônio Cultural Edificado têm colocado a possibilidade de participação da população neste processo de reorganização socioespacial. Entendo-se desta forma que um plano com esta dimensão necessitar ter função urbana, e subsidiar a criação ou solidificação de espaços mais democráticos no cumprimento das funções da conservação ou da preservação.

Além do Plano Diretor do Patrimônio Cultural Edificado o município da Lapa almeja através do Plano de Aceleração de Crescimento para Cidades Históricas (PAC), proposto pelo Governo Federal, realizar algumas ações voltadas para o planejamento e gestão do patrimônio cultural. (LAPA, 2010b).

A primeira ação proposta ao PAC foi a elaboração do plano e do projeto executivo para a Requalificação Urbanística do Centro Histórico, indicado no Plano do Patrimônio Cultural Edificado, o qual inclui a realização de diagnóstico, proposta de intervenção e projeto executivo em torno do desenho urbano, iluminação pública, instalação de mobiliário, pintura e recuperação de fachadas. Este plano que foi inserido no portal da Comissão Gestora do Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse (SICONV) em 2010, está em fase de aprovação e posterior liberação de recursos. (LAPA, 2010b).

Outro projeto que envolve ações de conservação do patrimônio da Lapa, aprovado também através do sistema SICONV, porém com recursos assegurados do Ministério da Justiça através do Conselho Federal Gestor do Fundo de Defesa de Direitos Difusos, é o projeto Patrimônio Cultural e Cidadania uma prática de formação interativa entre a escola e a comunidade, o qual terá como objetivo a realização de um programa educativo interdisciplinar de valorização do patrimônio voltado para a qualificação de professores da rede municipal e estadual de ensino e membros da comunidade a ser desenvolvido durante o ano de 2011. (LAPA, 2011).

O desafio do presente é incorporar às antigas formas de gestão do patrimônio local um caráter mais democrático que contemple o espaço enquanto espaço social com adoção de novos paradigmas que favoreçam a efetiva participação da população nesse processo. E neste sentido, identifica-se o turismo como possibilidade e mecanismo que poderá auxiliar ações públicas que se efetivem em espaços mais democráticos do ponto de vista da função urbana que devem cumprir.

Faz-se necessário, portanto, desejar que as políticas de gestão local, como o Plano Diretor do Patrimônio Cultural Edificado e demais projetos que o município almeja realizar objetivem oferecer mecanismos que contemplem novas formas de acesso ou usufruto ao patrimônio, por exemplo, que efetivem a concreta democratização do espaço urbano onde os bens patrimoniais estão inseridos.

Quanto aos aspectos turísticos, a Lapa, integra junto com outros 28 municípios a Região Turística Rota do Pinhão Curitiba e Região Metropolitana, que é uma forma de organização e de planejamento integrado, da política Estadual de Turismo 2003-2007, através do Plano de Desenvolvimento turístico do Paraná 2008-2011. (PARANÁ. SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO, 2009).

De acordo com Paraná, Secretaria de Estado do Turismo (2009) as regiões turísticas foram estabelecidas a partir de critérios como grau de atratividade de

recursos, existência de demanda real, destinos comercializados por agências de turismo, equipamentos e serviços turísticos, existência de estrutura de gastos turísticos, sensibilidade política coletiva para o turismo entre outros a partir de orientações do Ministério do Turismo e da Câmara de Regionalização.

A imagem a seguir mostra o mapa do Estado do Paraná com as 10 Regiões Turísticas: Cenário do Tempo, Cataratas do Iguaçu e Caminhos ao Lago de Itaipu, Corredores das Águas, Estradas e Caminhos, Litoral do Paraná, Norte do Paraná, Riquezas do Oeste, Terra dos Pinheirais, Vales do Iguaçu e Rota do Pinhão Curitiba e Região Metropolitana na qual está inserido o município da Lapa.

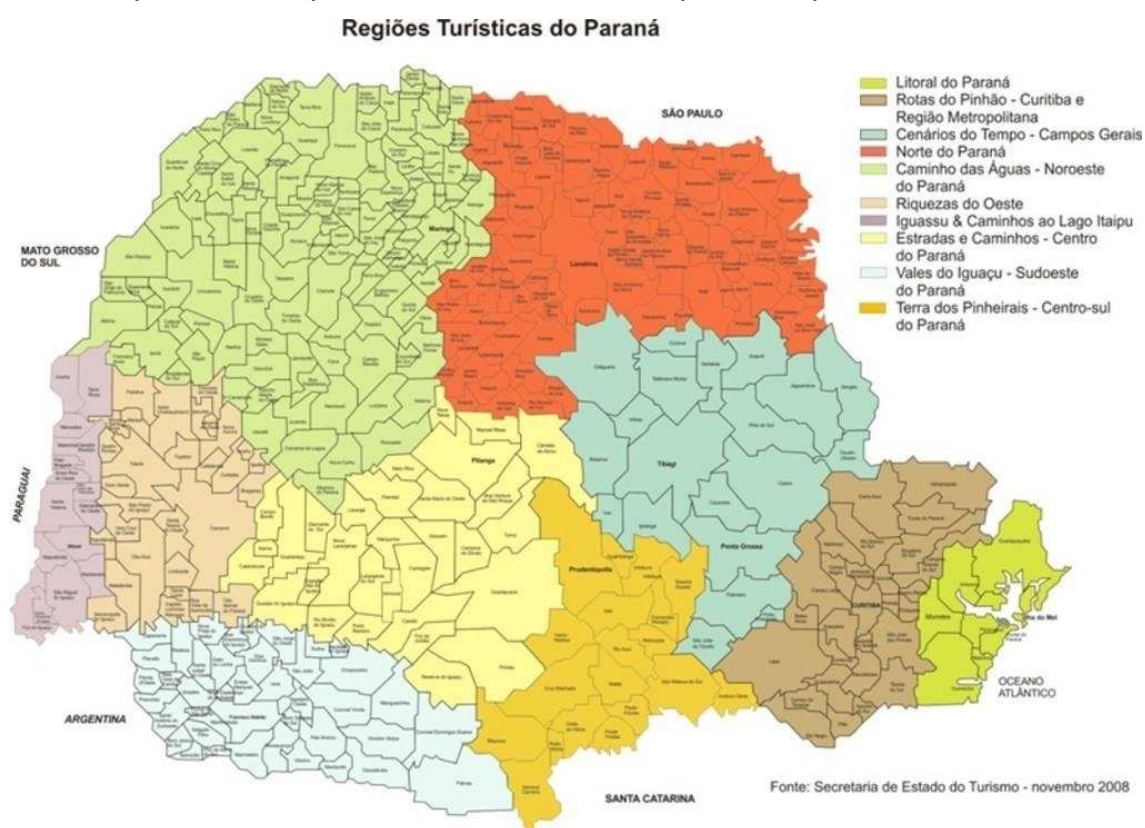


IMAGEM 2 - REGIÕES TURÍSTICAS DO PARANÁ
FONTE: PARANÁ, SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO (2009)

O município da Lapa também está inserido na Rota dos Tropeiros, roteiro turístico implementado no Paraná, tendo como suporte rodovias federais, caminhos rurais que passam por fazendas, *canions*, montanhas e rios envolvendo além da Lapa outros 15 municípios (Rio Negro, Campo do Tenente, Porto Amazonas, Balsa Nova, Campo Largo, Palmeira, Ponta Grossa, Carambeí, Castro, Tibagi, Telêmaco Borba, Piraí do Sul, Arapoti, Jaguariaíva e Sengés). Este roteiro começou a ser articulado a partir de maio de 2003, numa parceria entre a Secretaria de Estado do Turismo, Paraná Turismo, Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas

Empresas (SEBRAE-PR) e a Associação dos Municípios dos Campos Gerais (AMCG). (ROTA DOS TROPEIROS, 2010).

A partir disso, consolidando em 2007 a formação da Agência de Desenvolvimento Turístico e Cultural da Rota dos Tropeiros (ADRT), uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) que tem por objetivo integrar os 16 municípios que possuem em sua história a influência do tropeirismo. (ROTA DOS TROPEIROS, 2010). Tem como missão estimular a demanda por produtos turísticos que gerem recursos para o desenvolvimento sustentável dos municípios.

De acordo com Paraná, Paraná Turismo (2010) dos 93 roteiros turísticos das diferentes regiões do Estado do Paraná divulgados a partir das agências de turismo cadastradas como operadoras de turismo no Ministério do Turismo, 3 roteiros incluem a Lapa como destino turístico, são eles: Musa das Flores e Pinheirais do Paraná, Rota dos Tropeiros e Horizontes paranaenses.

Quanto à estrutura turística, de acordo com Lapa, Prefeitura Municipal (2010d), a cidade conta com 4 bares, 4 confeitarias e panificadoras, 3 restaurantes e 5 pizzarias. Também possui com 2 *campins*, 3 hotéis fazenda e 7 pousadas (hotéis).

Quanto à organização municipal do turismo na cidade da Lapa, alguns percalços têm ocorrido acarretando constantes mudanças advindas não somente quando da troca de dirigentes municipais de quatro em quatro anos.

Atualmente, no ano de 2011, o Departamento de Turismo está sob a competência da Secretaria de Cultura e conta com 2 funcionários em regime de cargo em comissão que respondem pelas informações gerais e pedidos de envio de material de divulgação, assim como realizam agendamento de visitas ao setor histórico e atendimento a turistas no horário comercial. Nos finais de semana o atendimento a turistas é realizado por um estagiário de nível médio. (LAPA, 2011).

Alguns projetos que vislumbram o incremento da atividade turística estão sendo propostos como, por exemplo, a instalação do Museu dos Transportes anexo à Estação Ferroviária⁵², a criação do Parque Linear que terá aproximadamente

⁵² Construída em 1891 em madeira foi reformada em alvenaria em 1952. Tombada pela Coordenadoria do Patrimônio Cultural do Paraná em 13 de novembro de 2001, está inscrita no Livro do Tombo Histórico e pertence à Rede Ferroviária Federal S. A. O imóvel em processo de deteriorização está sendo ocupado pela Prefeitura Municipal. (PARANÁ. SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA, 2010).

60.000 metros quadrados, com lago, chafariz, quadras poliesportivas, área de lazer, estacionamento, banheiros e ciclovia por toda sua extensão. (LAPA, 2010d).

O conceito de “parque linear” está ancorado na recuperação de córregos e fundos de vale o que permitirá o ajardinamento e a arborização de faixa mínima com preservação de recursos hídricos. (LAPA, 2010d).

Além destes, também se encontra em andamento a revitalização do Parque do Monge criado pela Lei n. 4170, de 1960 e pelo decreto 8575, de 1962, com uma área de 371,6 hectares de mata atlântica sendo considerada uma reserva de Patrimônio Natural, estando, no entanto fechado ao público desde 2009. (LAPA, 2010d).

A cidade da Lapa, enquanto expressão da cultura de um povo que carrega em suas origens o movimento tropeiro e as marcas da história de conflitos de guerra organiza seu espaço e elege a forma de tratar e aproveitar os recursos de que dispõem.

Assim a sociedade deixa suas marcas e define sua cultura, pois é no espaço social e urbano, com o desenho das ruas, na formação das praças, nas leis de uso do solo, na arquitetura das edificações que a cultura se revela não apenas na escolha dos materiais e das técnicas embora este aspecto seja determinante para caracterizar uma época ou uma influência étnica. É, portanto onde a cultura se expressa, transformando o espaço com a forma de organizar a cidade. Essa transformação é dinâmica, pois surgem influências, conflitos e mediações que modificam os hábitos, mas no caso da Lapa, permanece a história.

6 A VISÃO DA LAPA POR SEUS MORADORES E TURISTAS: UMA PESQUISA EMPÍRICA

Neste capítulo constam os procedimentos metodológicos utilizados na elaboração desta pesquisa, compreendendo que estes procuraram se adequar ao problema levantado e com as hipóteses que se almejou confirmar ou refutar.

Desta forma, estas escolhas dependeram de inúmeros fatores externos à pesquisadora e principalmente, do modo com que se compreendeu o mundo, se analisou a realidade e procedeu a sua sistematização.

Inicialmente, colocam-se algumas considerações sobre a caracterização do estudo e suas limitações. Aborda-se a técnica de pesquisa utilizada e a organização do processo de coleta de dados com a definição dos sujeitos pesquisados. A seguir apresenta-se a construção dos instrumentos de coleta de dados, a caracterização dos sujeitos de pesquisa e a análise dos resultados.

6.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS QUE LEVARAM À COMPREENSÃO DO QUE REPRESENTAM OS BENS PATRIMONIAIS

Segundo critérios e características de pesquisas elaboradas por alguns autores e expressos em Marconi e Lakatos (1996), esta pesquisa caracteriza-se por ser uma pesquisa aplicada a uma realidade pela possibilidade de que seus resultados possam ser aplicados a essa realidade concreta. Também pode ser considerada descritiva, pois, aborda os quatro aspectos propostos por Marconi e Lakatos (1996), a descrição de um fenômeno, o registro das informações, a análise e a interpretação dos dados coletados.

Quanto às limitações metodológicas, este trabalho encontrou limitações quanto ao objeto e ao campo de investigação.

As limitações quanto ao objeto se deram por considerar as variáveis de análise e o campo de investigação que ficou limitado ao Setor Histórico do município da Lapa, área urbana da cidade onde se encontram os bens patrimoniais históricos.

Quanto às técnicas de pesquisa entendeu-se ser necessário no pólo prático, ou seja, na pesquisa de campo, a utilização de entrevistas, questionários e depoimentos de forma combinada e articulada com a sistemática observação.

Quanto às entrevistas que Marconi e Lakatos definem como sendo “um encontro entre duas pessoas, a fim de que uma delas obtenha informações a respeito de determinado assunto, mediante uma conversação de natureza profissional” (1996, p. 84), foi realizada a do tipo estruturada que “é aquela em que o entrevistador segue um roteiro previamente estabelecido” (MARCONI; LAKATOS, 1996, p. 85), a fim de que se possa, a partir das entrevistas, obter comparações entre os grupos a serem investigados. Esta técnica encontrou limitações quanto à disposição de alguns entrevistados em fornecer informações ou ainda alguma dificuldade de expressão e comunicação que por mais que se tenha buscado prevenir através da preparação da entrevista com diretrizes apropriadas quanto ao contato inicial com os sujeitos da pesquisa, formulação de perguntas padronizadas e o adequado registro das respostas, mesmo assim acabaram surgindo algumas limitações.

Quanto ao questionário como técnica de pesquisa que otimiza tempo e recursos e que possibilita uniformidade na avaliação das respostas, foi um instrumento que se adequou aos turistas em visita ao setor histórico pela necessidade de rápida abordagem a um maior número de sujeitos.

Decidiu-se coletar também alguns depoimentos, além das entrevistas e dos questionários, como forma de permitir aos sujeitos da pesquisa revelar sua experiência vivida dando subsídios para compreensão mais ampla do objeto de estudo, buscando pessoas com maior envolvimento em atividades ligadas ao patrimônio na esfera educacional, liberal ou gerencial pública.

Um Roteiro de Entrevista Preliminar, sem distinção de grupos, foi testado em 26 entrevistados em 30 de maio de 2009. A partir deste teste de instrumento de coleta de dados realizaram-se algumas adequações visando possíveis classificações, buscando possibilitar cruzamento de dados ampliando as possibilidades de análise quanto ao desenvolvimento do turismo na cidade da Lapa.

A partir deste conjunto de instrumentos operacionais os dados foram tratados de duas formas diferentes, mas complementares, uma de forma quantitativa e outra qualitativa. Portanto foi utilizada uma metodologia de forma combinada, na qual a amostragem foi “a mais representativa possível do todo e, a partir dos resultados obtidos, relativos a essa parte, poder inferir, o mais legitimamente possível”. (MARCONI; LAKATOS, 1996, p. 37) na realidade do espaço urbano, procurando abolir esquemas rígidos, fixos e prontos que não exige mais do que encaixar dados

de pesquisa, procurando-se fazer, exatamente o contrário, empreendendo-se o esforço de ver, ouvir e pensar o que se pode encontrar para além das aparências da cidade da Lapa, desta forma, cuidando-se de sobrepor-se a ótica qualitativa.

Quanto ao número de sujeitos pesquisados, que será exposto a seguir, de acordo com alguns autores, essa definição depende da qualidade das informações coletadas, entendendo essa qualidade como relativa à profundidade das informações, ao grau de recorrência ou divergência das informações coletadas em campo e a qualidade das informações.

Julga-se pertinente esclarecer que neste tipo de abordagem metodológica as definições dos sujeitos assim como os critérios para essa definição foram um aspecto que teve que ser imediatamente delimitado. Selecionaram-se os sujeitos da pesquisa de forma de amostra não probabilística, destituída de qualquer rigor estatístico, por adesão ou acessibilidade, onde a composição desse universo de investigação interferiu diretamente na ampla compreensão do problema delineado por esta pesquisa. Pois a qualidade das informações coletadas em campo dependeu diretamente da capacidade representativa dos sujeitos que delinearão cada grupo de entrevistados. Diante desta consciência, os grupos foram assim divididos:

Grupo 1 - Profissionais com atuação na área do turismo, incluindo guias de turismo, condutores, empregados em restaurantes, pousadas e hotéis com residência no município da Lapa (PT);

Grupo 2 - Proprietários de bens patrimoniais tombados localizados no Setor Histórico da Lapa (PB);

Grupo 3 - Representantes de órgãos públicos ligados diretamente ou indiretamente com a atividade turística do município (RP);

Grupo 4 - Moradores da cidade (MC);

Grupo 5 – Turistas (ou visitantes) em visita ao Setor Histórico (TU).

O quadro a seguir apresenta a amostra consultada através do roteiro de entrevistas e do formulário de questionário.

GRUPOS OBSERVADOS	AMOSTRA	CRITÉRIO AMOSTRAL
Grupo 1: Profissionais da área do turismo (PT)	10	Acessibilidade
Grupo 2: Proprietários de bens tombados (PB)	10	Acessibilidade
Grupo 3: Representantes de órgãos públicos (RP)	10	Acessibilidade
Grupo 4: Moradores da cidade (MC)	30	Amostra por adesão
Grupo 5: Turistas em visita ao Setor Histórico (TU)	30	Amostra por adesão

QUADRO 4 – DISTRIBUIÇÃO DA AMOSTRA CONSULTADA
 FONTE: O autor (2011)

Entendeu-se que a amostragem através de grupos permitiria atingir aos objetivos específicos estabelecidos por esta pesquisa destinada a identificar as relações entre turismo, espaço e os bens patrimoniais, através da análise comparativa entre o pensamento dos profissionais do turismo, proprietários de imóveis tombados, representantes de órgãos públicos, moradores da cidade e turistas, procurando entender como percebiam o espaço, bem como os bens patrimoniais históricos tombados objetos de suas representações no sentido de evidenciar os conteúdos comuns e diferentes, contraditórios ou não, das falas dos sujeitos sobre cada uma das interrogações.

No entanto, como a pesquisa foi realizada por grupos, foi tomado o cuidado para que um mesmo indivíduo não pertencesse a mais de um grupo. Apesar da consciência que há a indicação por parte de variados autores que os grupos tenham equilibradamente um número semelhante de indivíduos, e considerando que este número não foi definido *a priori*, no caso desta pesquisa, pelas características do município da Lapa em número de profissionais da área do turismo, número de proprietários de bens tombados e do número de representantes de órgãos públicos que se enquadraram nos critérios de corte e seleção estabelecidos, estes três grupos tiveram um número menor de sujeitos do que os outros dois grupos, moradores da cidade e turistas.

As entrevistas em profundidade com roteiro estruturado foram aplicadas aos quatro primeiros grupos, de forma a permitir, à luz de parâmetros como idade, sexo e escolaridade, uma análise quantitativa e qualitativa dos conteúdos das falas dos sujeitos. Esta análise qualitativa não permitiu um número elevado de participantes, porém, buscou-se através da diversificação dos grupos de entrevistados, uma forma de avaliar e cruzar as informações, buscando compreender o que representava o espaço em que estavam inseridos os bens patrimoniais históricos do Setor Histórico

da Lapa e o que esses bens representavam para cada grupo assim como avaliavam o turismo na cidade.

Ao quinto grupo, turistas em visita ao Setor Histórico, foi aplicado um questionário, com perguntas fechadas e abertas. Optou-se por esta técnica por entender que o questionário permitiria buscar um maior número de participantes com cruzamento de dados e visualização através de gráficos, tabelas ou quadros dos resultados obtidos. Esse instrumento de coleta de dados teve como objetivo, além de cruzar as informações sobre as representações sociais quanto aos bens patrimoniais, perceber como o turista avaliava a cidade em seus aspectos turísticos.

Após as análises de cada um dos cinco grupos, buscou-se o cruzamento de dados, no sentido de verificar a partir de quais representações se formava a imagem da cidade enquanto destino turístico capaz de atrair visitantes e promover o desenvolvimento local.

Somada a estas duas técnicas de pesquisa complementares, entrevista e questionário, optou-se por buscar depoimentos de moradores da Lapa que ao longo da pesquisa pode-se identificar como sendo pessoas mais inteiradas e articuladas com questões políticas culturais ou turísticas que pudessem contribuir de forma especial.

6.2 CONSTRUÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS

O roteiro de Entrevista, o modelo de Questionário e o roteiro de Depoimento enquanto instrumentos de coleta de dados que se encontram no apêndice deste trabalho, que foram aplicados aos sujeitos de pesquisa foram estruturados com o objetivo de responder aos questionamentos que cercam o objeto de estudo desta pesquisa. Como os sujeitos da pesquisa percebem, sentem e expressam ou representam os bens patrimoniais históricos da Lapa? Que tipo de confronto se pode fazer entre as diversas representações, do ponto de vista mais objetivo ou subjetivo? Como fazer a síntese das diversas abordagens de pesquisa?

No roteiro de Entrevistas, as análises que foram realizadas foram elaboradas compreendendo a divisão em três principais partes conforme se explicita a seguir.

A primeira parte tratou dos dados individuais que caracterizaram os grupos através da idade, sexo e escolaridade.

A segunda parte buscou com quatro perguntas abertas e fechadas compreender quais as relações de identidade e de sentimento que o entrevistado expressava e que reforçavam a identidade local.

Na terceira parte que continha outras quatro perguntas, buscou-se avaliar a percepção do entrevistado quanto a atividade turística, identificando qual o grau de aceitabilidade dessa atividade na cidade da Lapa.

Quanto ao Questionário que foi aplicado aos turistas em visita ao Setor Histórico, também está dividido em partes.

A primeira parte pretendeu caracterizar os sujeitos da pesquisa quanto a idade, sexo e escolaridade.

A segunda parte com quatro perguntas pretendeu investigar quais sentimentos expressavam quanto ao espaço do Setor Histórico.

A terceira parte com três perguntas teve como objetivo compreender como percebiam a cidade e o turismo.

A quarta parte buscou abranger dados quanto a sua visita à cidade como: quantas vezes havia visitado, qual a razão de sua visita e o porquê estava visitando o Setor Histórico.

Quanto ao roteiro de Depoimento, que também se encontra em apêndice deste trabalho, enquanto instrumento de coleta de dados, foi organizado em cinco questões relativas às políticas públicas da área da cultura e do turismo e à conservação e preservação dos bens patrimoniais relacionado com a memória do lapeano.

A todos os sujeitos da pesquisa foi garantido o sigilo quanto à identidade, o que se entendeu ser relevante para a qualidade das informações prestadas pelos sujeitos, possibilitando maior liberdade de expressão.

6.3 ANÁLISES E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS DAS ENTREVISTAS E DOS QUESTIONÁRIOS

A análise a seguir foi realizada a partir dos dados obtidos considerando cada uma das partes do roteiro de entrevista e do questionário, que foram aplicados durante o ano de 2009 e 2010 totalizando 90 participantes da pesquisa.

Quanto ao procedimento metodológico que possibilitou a análise dos instrumentos de pesquisa, foi realizado a partir da organização do material e

digitação das respostas à medida que os dados foram sendo colhidos, relativizando-os ao objeto de investigação em estudo. Neste caso, os bens patrimoniais do Setor Histórico da Lapa.

A organização do material coletado em campo foi orientada pela identificação de padrões simbólicos e práticas culturais, sentimentos, identificação de valores, buscando identificar algum nível de generalização ou de contradição no que diz respeito aos bens patrimoniais, objeto de análise nesta pesquisa, buscando em outras dimensões da realidade humana que não são alcançadas somente pela lógica e pelas análises quantitativas, que são as relações sociais e culturais que envolvem o objeto e os sujeitos desta pesquisa e que na “exposição o objeto revela-se gradativamente segundo as peculiaridades próprias”. (GADOTTI, 1990, p. 31).

Isso porque, o conhecimento dos saberes, expressos nas falas dos sujeitos da pesquisa, moradores da cidade e turistas, como expressão da realidade de uma sociedade não é um saber absoluto “essa verdade é, na essência, relativa, pois superável por um conhecimento superior mais elevado” (MORAES; COSTA, 1984, p. 17), que se tentou alcançar através da articulação com as teorias que balizaram esta pesquisa.

Buscando-se a totalidade do conhecimento científico o que exigiu ir do empírico ao teórico, captando-o e interpretando-o no sentido de poder ter uma visão completa, ou seja, em sua totalidade na busca do específico, do singular e do particular e na transformação dos problemas e dos fatos sociais, porque todo movimento é “causado por elementos contraditórios coexistindo numa totalidade estruturada” (GADOTTI, 1990, p. 27), pois os bens patrimoniais devem ser analisados em todas as suas implicações históricas e na sua relação com o tempo e com o espaço urbano da cidade onde se encontram.

A partir disso, foi possível analisar com maior clareza os conteúdos expressos nas respostas dos sujeitos os quais foram agrupados e classificados com a intenção de se estabelecer, a partir do agrupamento desse conteúdo, categorias que possibilitassem reunir respostas comuns e diferentes buscando a compreensão do objeto em sua totalidade e contradições relevando o que este conteúdo representou.

Pois, a necessidade de adentrar na realidade do cotidiano daqueles que se relacionam no espaço urbano da Lapa, onde estão inseridos os bens patrimoniais, cria a necessidade de compreender a realidade a partir das representações que se

constroem dos objetos, das coisas e dos fatos que naquele espaço aconteceram e acontecem.

Dessa maneira, após criteriosa análise dos conteúdos das respostas obtidas relacionando-os e emparelhando-os ao referencial teórico da pesquisa, foram estabelecidas as categorias de análise: história, cultura, beleza, poder e emoção, para as perguntas 1, 3 e 4 do roteiro de entrevistas que correspondem às perguntas 4, 6 e 7 do questionário. Para a pergunta 5 do roteiro de entrevista que foi aplicado a todos os grupos exceto ao grupo de turistas, foram estabelecidas outras duas categorias: geração de emprego e renda e preservação da história, que foram depreendidas do resultado das próprias falas dos sujeitos.

Após a análise preliminar dos dados que caracterizam os sujeitos de pesquisa será apresentada a discussão a que os resultados apontaram buscando emparelhar estes dados com os princípios teóricos estudados e que justificam a escolha do tema na busca das contradições que lhe são inerentes.

Portanto, a análise dos dados dos respondentes da pesquisa que se encontrava na primeira parte dos questionários, possibilitou a seguinte caracterização.

Quanto ao gênero, identificou-se que mais de 60% do total dos grupos foi de mulheres. Apesar de se ter utilizado duas formas de critério amostral, acessibilidade para os grupos 1, 2 e 3 e amostra por adesão para os grupos 4 e 5.

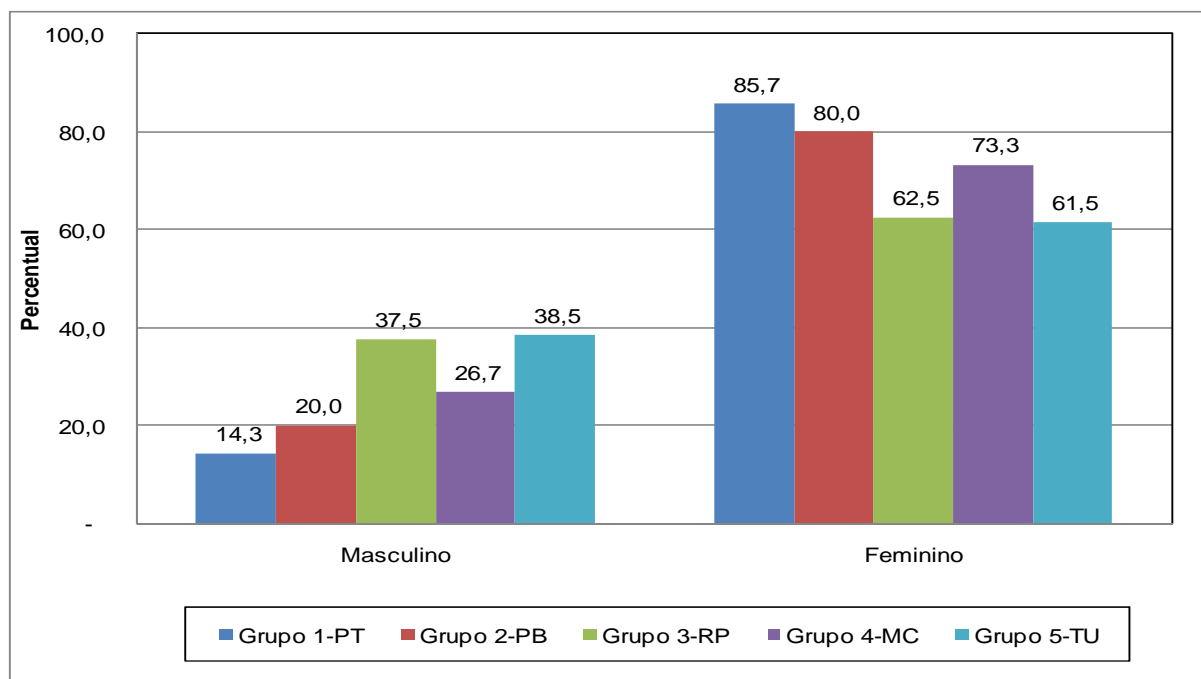


GRÁFICO 1 - GÊNERO DOS RESPONDENTES
 FONTE: O autor (2011)

Quanto à idade, identificou-se que se encontravam entre 21 e 50 anos de idade. No entanto, percebeu-se que houve variação entre os cinco grupos.

No grupo 1, profissionais da área do turismo: a maioria encontrava-se entre 21 e 50 anos, portanto em idade ativa economicamente. No grupo 2, proprietários de bens tombados: visualizou-se 50% entre 21 e 50 anos e outros 50% com mais de 50 anos. No grupo 3, representantes de órgãos públicos: a maioria estava entre 21 e 50 anos, seguido em termos percentuais de jovens de até 20 anos. No grupo 4, moradores da cidade: foi composto em sua maioria de jovens de até 20 anos seguidos pela faixa etária entre 21 e 50 anos. No grupo 5, turistas em visita ao setor histórico: a maioria foi de jovens de até 20 anos.

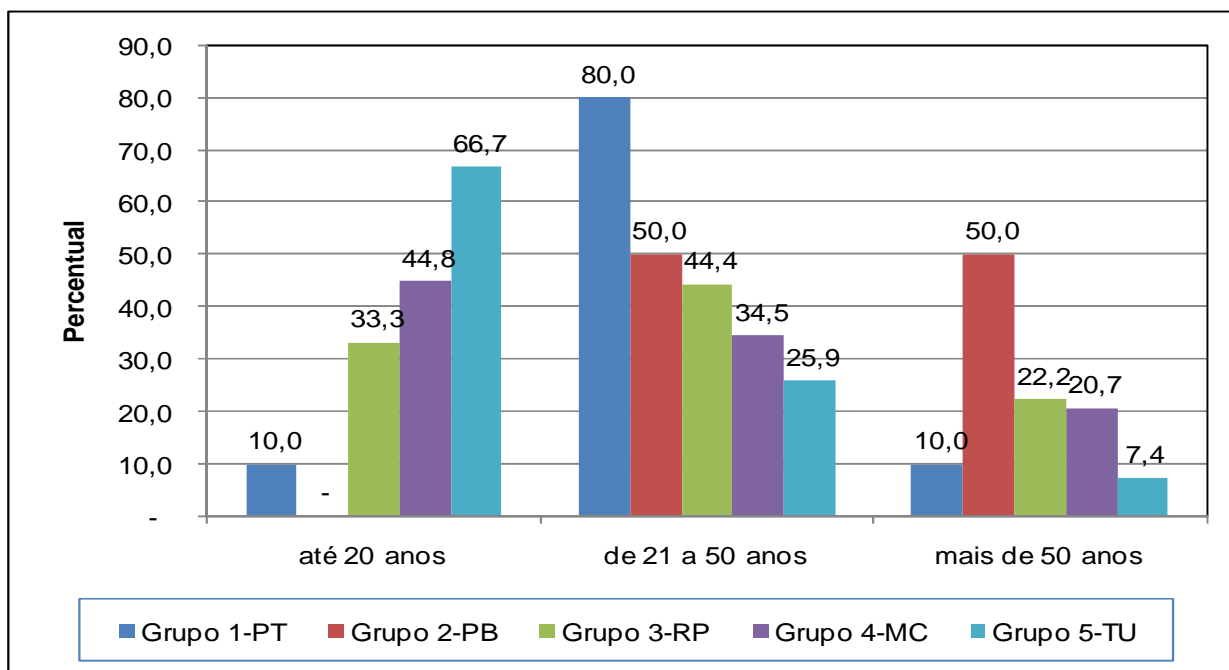


GRÁFICO 2 - FAIXA ETÁRIA DOS RESPONDENTES

FONTE: O autor (2011)

E quanto ao nível de escolaridade, identificou-se o nível escolar médio em todos os 5 grupos o que condiz com a caracterização anterior de faixa etária em sua maioria entre 21 e 50 anos.

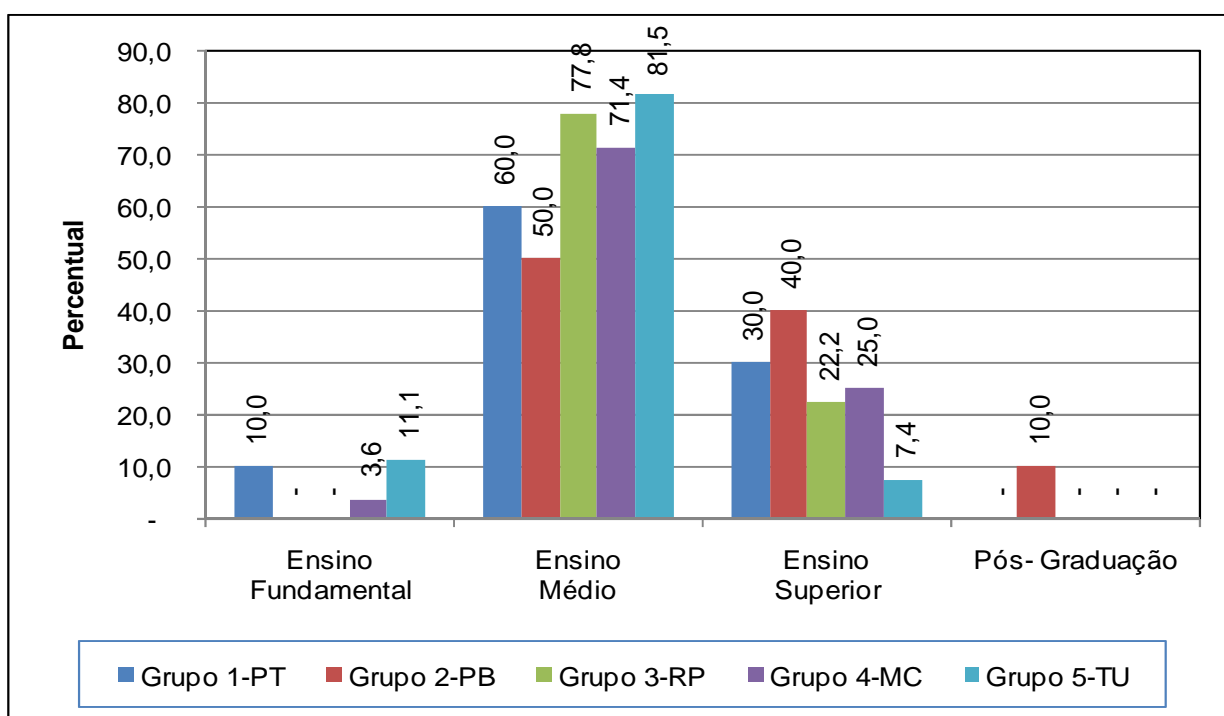


GRÁFICO 3 – ESCOLARIDADE DOS RESPONDENTES

FONTE: O autor (2011)

Após esta caracterização inicial possibilitada pela análise da primeira parte do roteiro de entrevista e do questionário, a seguir será apresentada a análise dos demais dados obtidos com o roteiro de entrevista e com o questionário.

6.3.1 O que revelou a fala dos sujeitos nas entrevistas e nos questionários

Conforme explicitado anteriormente, o roteiro de entrevistas aplicado aos grupos 1, 2, 3 e 4 foi estruturado em três partes: a primeira com dados que possibilitaram a caracterização dos sujeitos de pesquisa, que foi apresentado no item anterior deste trabalho, a segunda parte relativa às relações de identidade e de sentimento que o respondente expressou e que reforçam a identidade local e a terceira parte relativa aos aspectos turísticos identificando qual o grau de aceitabilidade dessa atividade na cidade da Lapa.

Quanto ao questionário, aplicado ao grupo 5, turistas em visita ao setor histórico, foi incluída uma quarta parte relativa aos dados sobre sua visita.

A seguir serão apresentados os demais dados do roteiro de entrevistas e questionário, que buscaram identificar as relações de identidade e de sentimentos que expressaram e que reforçam a identidade local, assim como os relativos à percepção que o respondente teve quanto à atividade turística, identificando qual o grau de aceitabilidade dessa atividade na cidade da Lapa e como os turistas a percebem.

Conforme já explicitado, a análise a seguir foi realizada sob o parâmetro das categorias: história, cultura, beleza, poder e emoção, as quais foram definidas a partir da classificação do conteúdo das próprias falas dos sujeitos da pesquisa, considerando de forma geral o seguinte agrupamento, pelos dados que incidiam em maior número ou relevância, confrontados com os fundamentos da pesquisa.

CATEGORIAS	EXPRESSÕES QUE FORAM AGRUPADAS
História	Memória
Cultura	Patrimônio, patrimônio cultural, símbolo, identidade, artes, conservação
Beleza	Riqueza, arquitetura, turismo
Poder	Orgulho, luta, heróis
Emoção	Nostalgia, alegria, tristeza, paz, religião ou religiosidade

QUADRO 5 – CATEGORIAS DE ANÁLISE
FONTE: O autor (2011)

Desta maneira, quando indagados sobre quais sentimentos vinham à tona quando olhavam para um bem patrimonial do setor histórico da Lapa, o grupo 1, profissionais da área do turismo (PT), em sua maioria apresentou como resposta expressões que foram classificadas na categoria cultura. O grupo 2, proprietários de bens patrimoniais tombados (PB) em sua maioria apresentou como resposta expressões que foram classificadas na categoria emoção. O grupo 3, representantes de órgãos públicos (RP), em sua maioria apresentou como resposta expressões que foram classificadas na categoria história. O grupo 4, moradores da cidade (MC), em sua maioria apresentou como resposta expressões que foram classificadas na categoria emoção. O grupo 5, turistas em visita ao setor histórico (TU), em sua maioria apresentou como resposta expressões que foram classificadas na categoria emoção.

Conforme se visualiza no gráfico 4 a seguir, considerando a análise dos cinco grupos, em sua maioria, o conteúdo das respostas foi classificado como sentimento de emoção. No entanto a categoria com menor expressividade foi a da beleza e do poder.

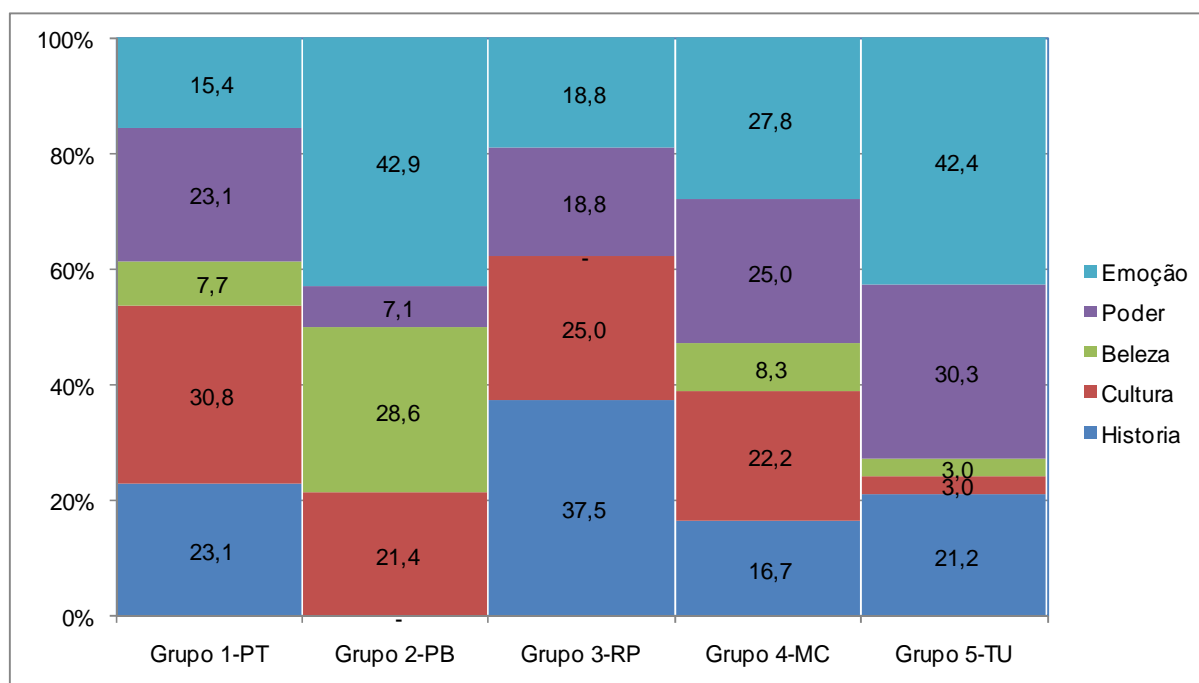


GRÁFICO 4 – SENTIMENTOS QUANDO OLHARAM PARA UM BEM PATRIMONIAL
FONTE: O autor (2011)

Quando indagados sobre qual patrimônio elegeriam como símbolo da cidade, responderam: Casa Lacerda, Igreja Matriz, Museu das Armas, Pantheon dos Heróis e Teatro São João.

Porém, todos os grupos, em termos percentuais, conforme mostra o gráfico 5, elegeram um bem diferente, exceto o grupo 1 (PT) e o grupo 5 (TU) que elegeram o mesmo bem. Sendo que o grupos 1 e 5 elegeram a Casa Lacerda com 33,3% e 28% respectivamente. O grupo 2 (PB) elegeu a Igreja Matriz com 54,5%. O grupo 3 (RP) elegeu o Teatro São João com 50% da preferência. O grupo 4 (MC) elegeu o Pantheon dos Heróis com 26,7%. No grupo 5 (TU) houve empate entre dois bens, Casa Lacerda e Igreja Matriz com 28% cada na preferência dos sujeitos pesquisados.

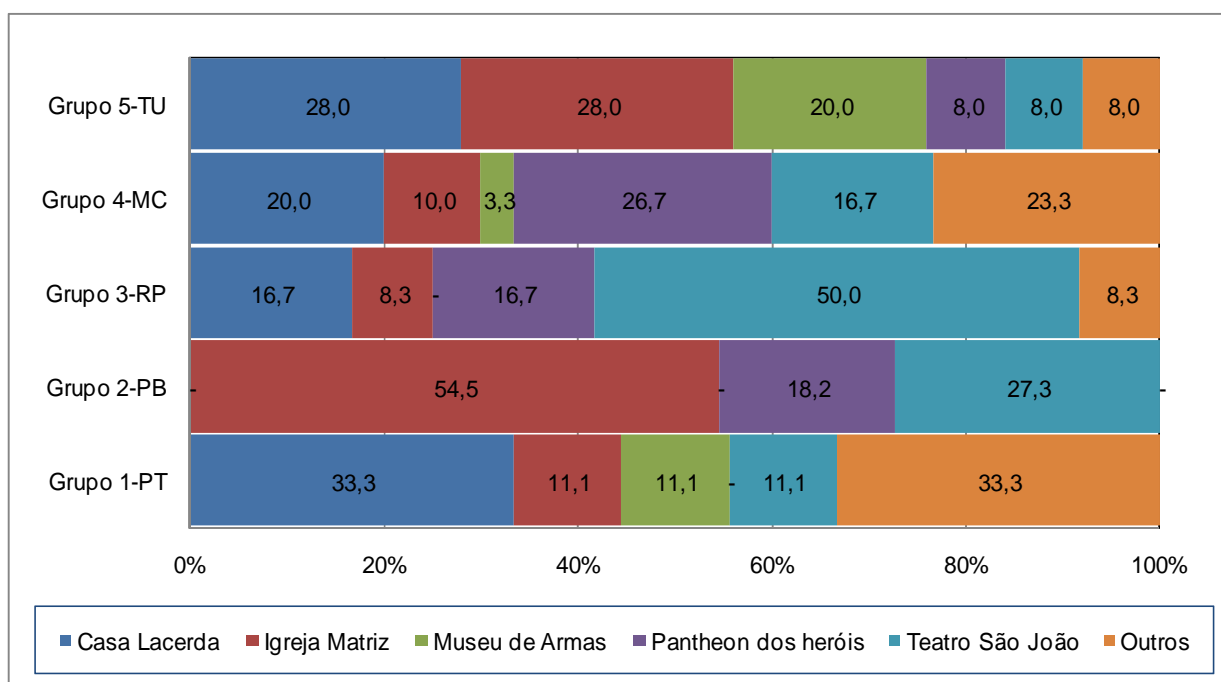


GRÁFICO 5 – O QUE ELEGERAM PARA REPRESENTAR A LAPA

FONTE: O autor (2011)

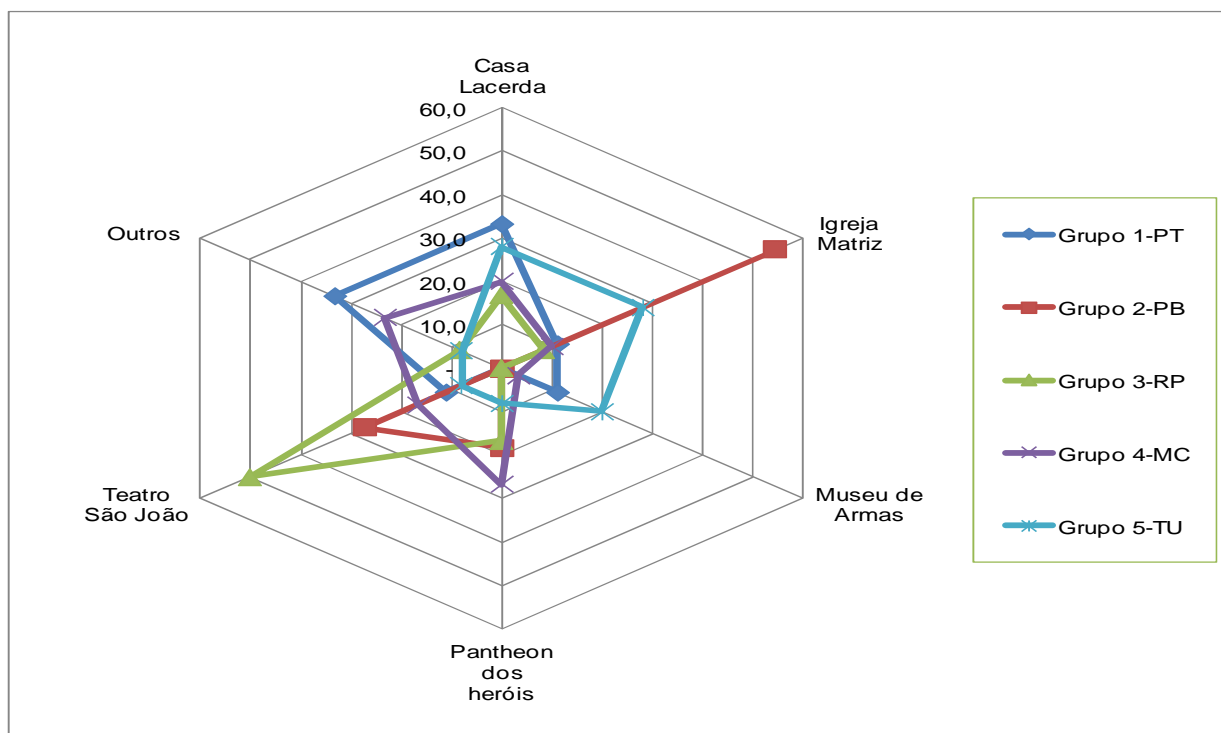


GRÁFICO 6 - PATRIMÔNIO QUE ELEGERERAM PARA REPRESENTAR A LAPA
 FONTE: O autor (2011)

Considerando a análise dos gráficos 5 e 6 apresentados e fazendo uma análise comparativa entre os cinco grupos, pode-se aferir que esta pesquisa aponta como resultado que o Teatro São João simboliza a cidade. Porém o símbolo da cidade também está expresso na Igreja Matriz, apresentando em pontos percentuais uma diferença de apenas 1,19% a menos.

Quando indagados sobre o que representava aquele patrimônio que elegeram como símbolo da cidade, os grupos apresentaram diferentes reações conforme segue:

O grupo 1 (PT) que elegeu em sua maioria como símbolo a Casa Lacerda, revelou que sua opção estava relacionada com as expressões de cultura que este bem para eles representava.

O grupo 2 (PB) que elegeu a Igreja Matriz, revelou que sua opção estava relacionada com as expressões de história que este bem para eles representava.

O grupo 3 (RP) que elegeu o Teatro São João, revelou que sua opção estava relacionada com a beleza que este bem representava.

O grupo 4 (MC) que elegeu o Pantheon dos Heróis, revelou que sua opção estava relacionada com as expressões de cultura que esse bem representava.

O grupo 5 (TU) que em sua maioria considerou que a Casa Lacerda e a Igreja Matriz representavam símbolos da cidade, revelou que estes bens estavam relacionados com a história que representavam, conforme pode ser visualizado no gráfico 7 a seguir.

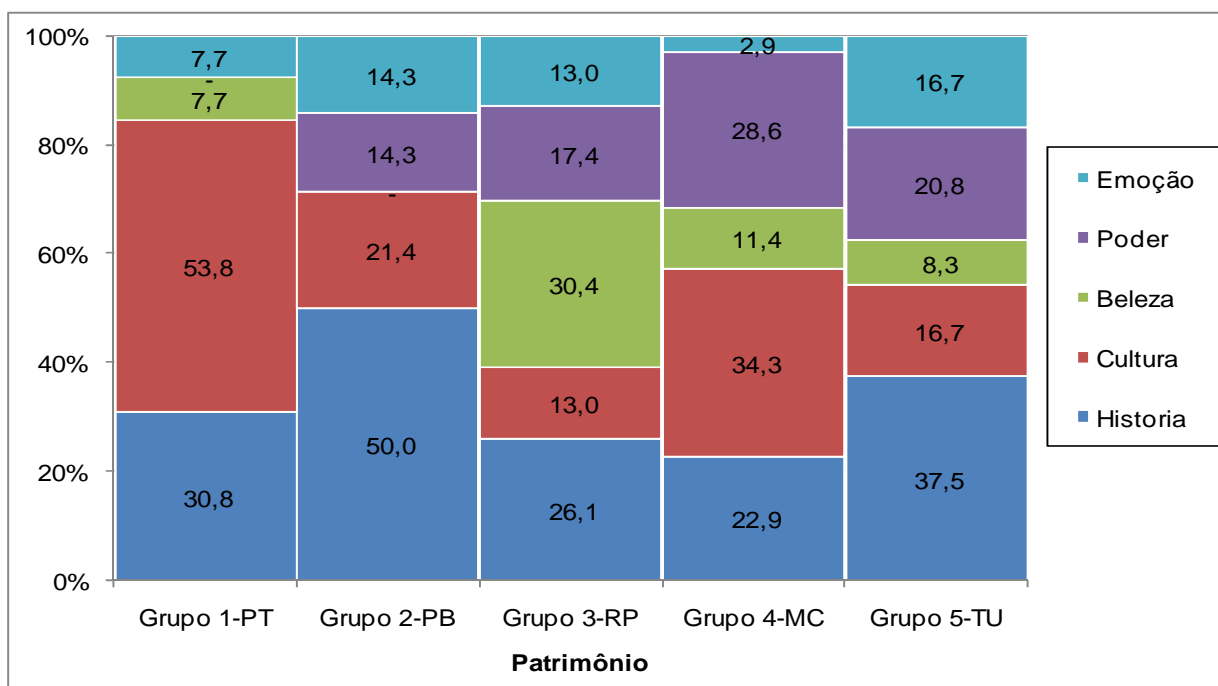


GRÁFICO 7 – O QUE O PATRIMONIO REPRESENTA PARA OS RESPONDENTES
FONTE: O autor (2011)

Observando o gráfico 7, percebe-se que o resultado desta pesquisa aponta que os sujeitos da pesquisa ao elegerem um símbolo para a cidade da Lapa, justificaram sua opção pela história que o bem patrimonial representava.

Quando indagados se concordariam com a demolição do setor histórico para modernização da cidade com a possibilidade de construção de casas e ou edifícios, em sua maioria os respondentes declararam serem contrários. No entanto, conforme quadro 6, dos cinco grupos apenas o grupo 3 (RP), representantes de órgãos públicos todos declararam serem contrários à demolição.

Entrevistados	Opinião (%)	
	Sim	Não
Grupo 1: Profissionais da área do turismo (PT)	10,0 - É bom conhecer as coisas novas, aprender e também passar para outras pessoas como é o turismo.	90,0
Grupo 2: Proprietário de bem patrimonial tombado (PB)	10,0 - Falta de modernidade e coerência no pensamento dos representantes do IPHAN em relação ao mundo moderno.	90,0
Grupo 3: Representantes de órgãos públicos (RP)	-	100,0
Grupo 4: Moradores da cidade (MC)	10,0 - Porque não tem emprego nessa cidade, evolução, se fosse para o bem da cidade, e com perspectiva de aumentar os empregos, votaria sim, pois a Lapa é fraca em relação à empregos.	90,0
Grupo 5: Turista (TU)	3,8 - Acho inútil deixar coisas velhas em pé.	96,2

QUADRO 6 – OPINIÃO SOBRE A DEMOLIÇÃO DO SETOR HISTÓRICO
 FONTE: O autor (2011)

Os gráficos 8 e 9 mostram de forma combinada as indagações quanto ao sentimento que expressaram quando olharam para um bem patrimonial que foi analisada no gráfico 4, a indagação de qual patrimônio elegeram como símbolo da cidade que foi analisada nos gráficos 5 e 6 e a indagação de quando contrários à demolição, qual justificativa apresentaram. Estas justificativas também foram analisadas sob o mesmo parâmetro das categorias história, cultura, beleza, poder e emoção o que possibilitou a representação destas três indagações de forma combinada conforme mostram os gráficos 8 e 9 a seguir.

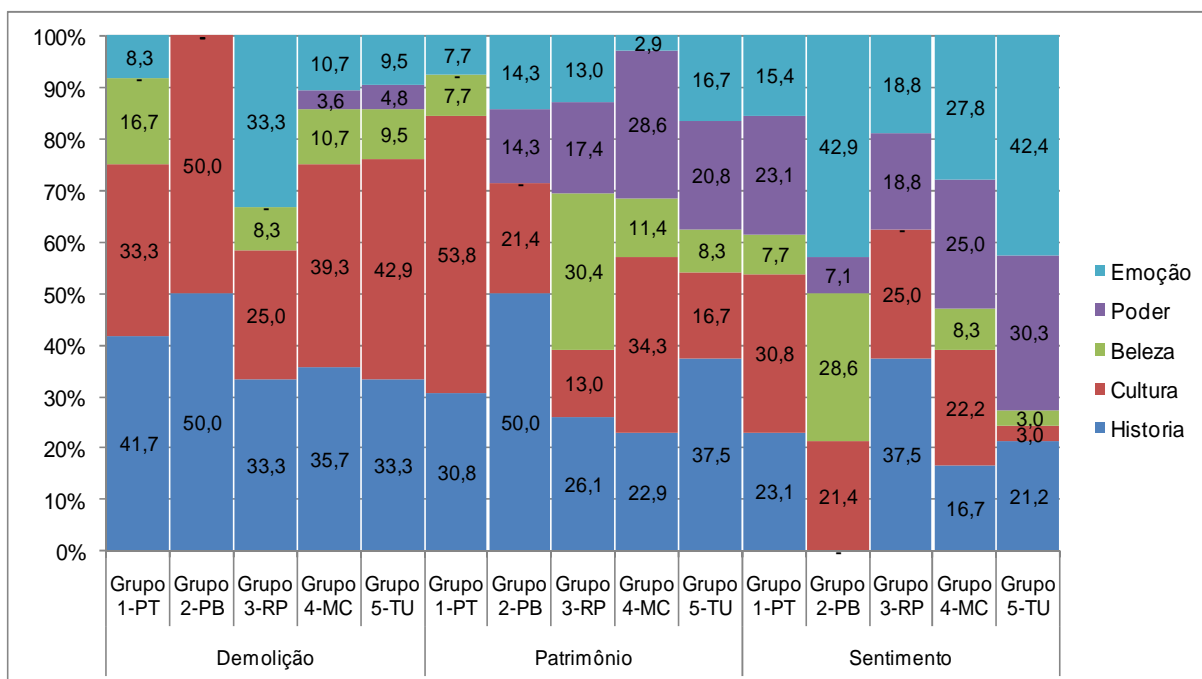


GRÁFICO 8 – INDAGAÇÕES COMBINADAS 1
FONTE: O autor (2011)

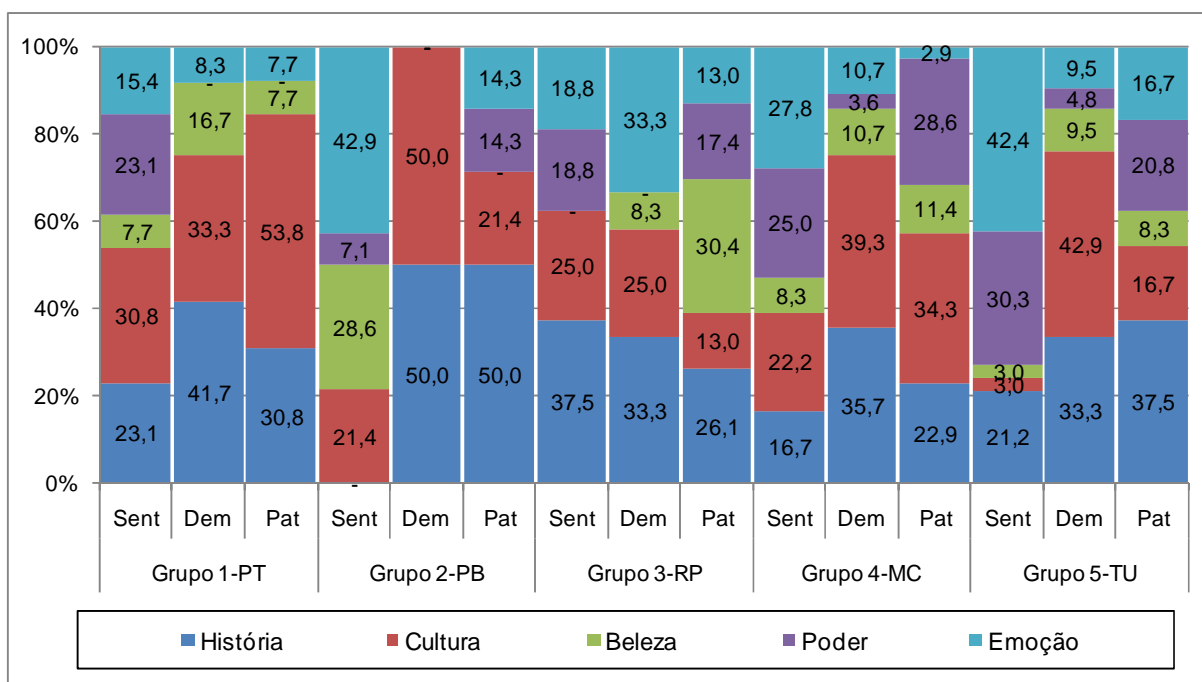


GRÁFICO 9 – INDAGAÇÕES COMBINADAS 2
FONTE: O autor (2011)

No gráfico 9 acima, considera-se as seguintes abreviações: sent, para sentimentos; dem, para demolição; pat, para patrimônio. Nesse sentido, buscando a combinação das respostas percebeu-se que o grupo 1 (PT), profissionais da área do turismo que elegeram a Casa Lacerda como símbolo da cidade, justificaram sua

opção pelas relações com a cultura, manifestaram-se contrários à demolição do Setor Histórico, estando a justificativa relacionada com a história que esse espaço para eles representava.

O grupo 2 (PB), proprietários de bem patrimonial tombado do Setor Histórico da Lapa que elegeram como símbolo da cidade a Igreja Matriz, justificaram sua opção pelas relações com a história, sendo contrários à demolição do Setor Histórico, estando a justificativa relacionada com a história e com a cultura que esse espaço para eles representava.

O grupo 3 (RP), representantes de órgãos públicos da cidade da Lapa que elegeram o Teatro São João como símbolo da cidade, justificaram sua opção pelas relações de beleza, também contrários à demolição, estando a justificativa relacionada com a história e com a emoção que esse espaço para eles representava.

O grupo 4 (MC), moradores da cidade da Lapa que elegeram como símbolo da cidade o Pantheon dos Heróis, justificaram sua opção pelas relações com a cultura, contrários à demolição do Setor Histórico da Lapa estando a justificativa relacionada com a cultura que esse espaço para eles representava.

O grupo 5 (TU), turistas em visita ao Setor Histórico da Lapa que elegeram como símbolo da cidade a Casa Lacerda e a Igreja Matriz, justificando sua opção pela história, também foram contrários à demolição estando a justificativa relacionada a cultura que este espaço para eles representava.

A seguir serão apresentados os dados relativos à terceira parte do roteiro de entrevista e do questionário, ou seja, a relativa à percepção que o respondente teve quanto a atividade turística, identificando qual o grau de aceitabilidade dessa atividade na cidade da Lapa e como os turistas a percebiam.

Nesta parte dos instrumentos de pesquisa, para o grupos 1 (PT), grupo 2 (PB), grupo 3 (RP) e grupo 4 (MC) a primeira pergunta que se colocou foi se eram a favor do crescimento do turismo na cidade e porque. Cabe esclarecer que dos 90 respondentes do roteiro de entrevistas e dos questionários, apenas um declarou ser contrário ao crescimento do turismo na cidade não justificando sua resposta. A partir da análise dos conteúdos expressos nessa indagação, após a tabulação das respostas, obtiveram-se duas categorias principais: geração de emprego e renda e preservação da história.

Nesse sentido o grupo 1 (PT), expressou ser a favor do crescimento do turismo na cidade estando a justificativa relacionada em mais de 60% com a geração de emprego e renda. O grupo 2 (PB) e o grupo 4 (MC) apresentaram justificativa relacionada com a geração de emprego e renda em mais de 80%. O grupo 3 apresentou justificativa em mais de 40% relacionada à geração de emprego e renda.

Entrevistado	Justificativa		
	Geração de emprego e renda	Preservação da história	Outros
Grupo 1: Profissionais da área do turismo (PT)	7	2	1
Grupo 2: Proprietário de bem patrimonial tombado (PB)	9	1	-
Grupo 3: Representantes de órgãos públicos (RP)	5	2	3
Grupo 4: Moradores da cidade (MC)	26	2	2

QUADRO 7 – JUSTIFICATIVA SOBRE O CRESCIMENTO DO TURISMO NA CIDADE
FONTE: O autor (2011)

Outra pergunta que se realizou para todos os cinco grupos foi relativa à percepção que possuíam quanto ao número de visitantes que a cidade recebe mensalmente. Esta pergunta foi estabelecida com o objetivo de confrontar a percepção que possuíam quanto aos atrativos turísticos e o que motivava a visita à cidade.

Percebeu-se durante a aplicação dos instrumentos certa preocupação por parte dos mesmos, em buscar dados reais indagando-se uns aos outros, para buscar um número aceitável do ponto de vista da realidade da cidade. No entanto, todas as vezes que foi possível interferir nesta situação, orientou-se que revelassem um número que fosse fruto apenas de sua percepção em forma de estimativa numérica.

Nesse sentido, para 25% do grupo 1 (PT), profissionais da área do turismo, a cidade da Lapa recebia entre 2.001 a 4.001 turistas e para outros 25% a cidade recebia mais de 4.001 turistas por mês. Para o grupo 2 (PB), proprietários de bem tombado a cidade da Lapa recebia de 301 a 600 turistas mês. A maioria dos representantes dos órgãos públicos, grupo 3 mencionaram acreditar que a cidade recebia entre 601 a 1.000 turistas por mês. No entanto para 50% dos moradores da

cidade a cidade recebia acima de 4.001 turistas mês. Para 50% dos turistas, grupo 5 (TU), a cidade recebia entre 50 e 300 turistas mês.

Pode-se inferir que os resultados desta pesquisa apontam para o entendimento que os moradores da cidade são os únicos, dentro destes 5 grupos que mencionaram acreditar que a cidade recebia mais de 4.001 turistas mês. No entanto, o grupo que indicou a representação, em termos numéricos, mais próxima da realidade da cidade, conforme dados levantados junto aos livros de registro de visitantes da Casa Lacerda e Museu das Armas foram os profissionais da área do turismo.

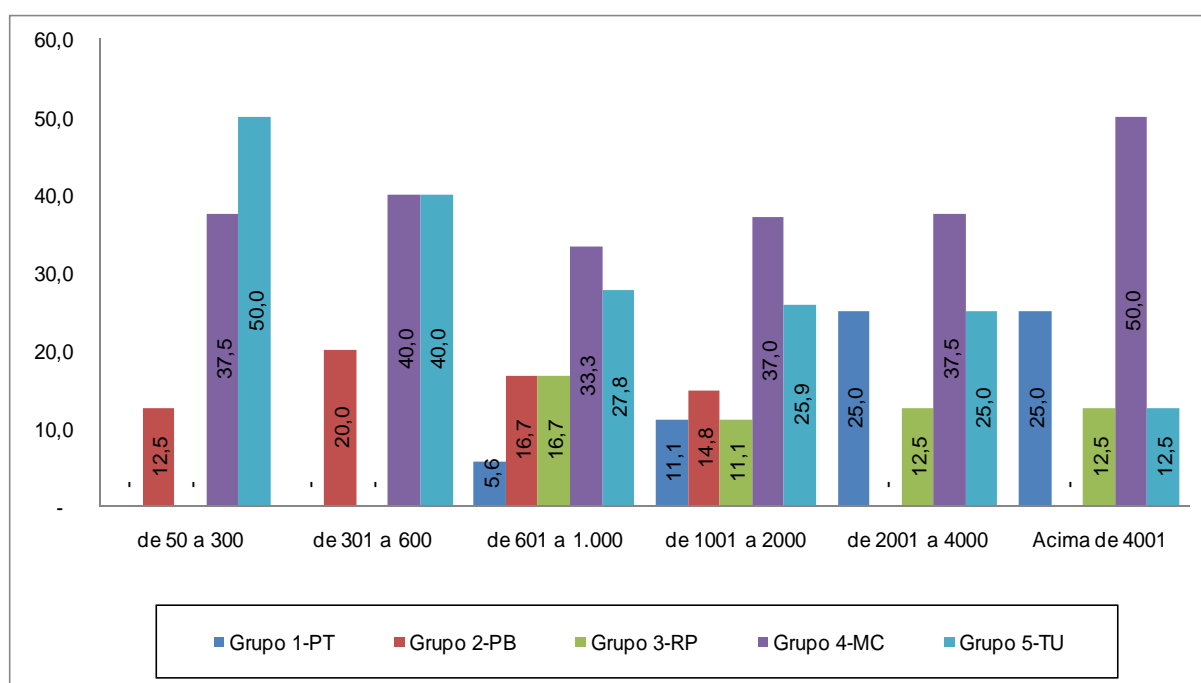


GRÁFICO 10 - OPINIÃO SOBRE O FLUXO DE TURISTAS NA LAPA
FONTE: O autor (2011)

Quando indagados sobre o que consideravam que motivava um turista a visitar a cidade, entre as três opções ofertadas, gastronomia, patrimônio histórico e hotéis e pousadas os cinco grupos em sua maioria responderam ser: o patrimônio histórico, seguida da gastronomia e dos hotéis e pousadas, conforme pode ser visualizado no gráfico 11 a seguir.

Considerando a resposta da maioria dos respondentes, para todos os grupos o que motivava um turista a visitar a cidade era o patrimônio histórico.

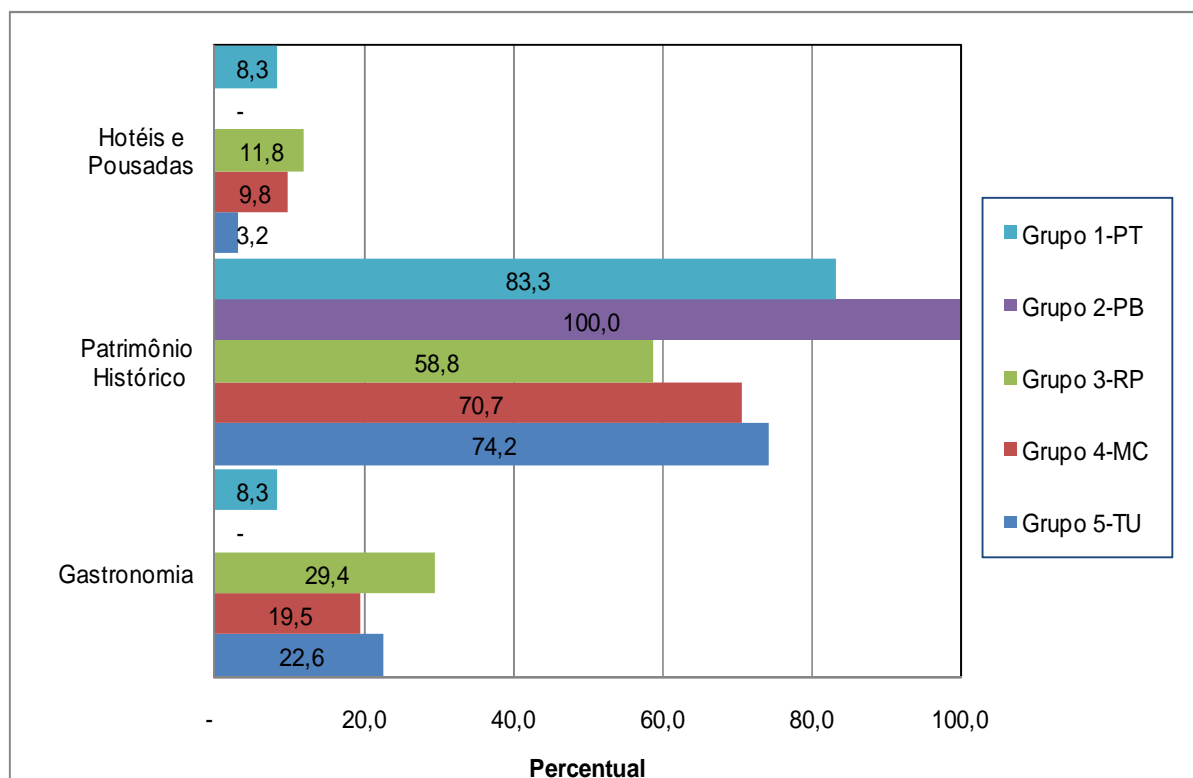


GRÁFICO 11 – O QUE MOTIVA VISITAR A LAPA
 FONTE: O autor (2011)

Quando indagados sobre a capacidade atrativa, das três opções ofertadas, para a maioria dos respondentes nos grupos 1, 3, 4 e 5 a cidade da Lapa oferecia muitos atrativos. Para o grupo 2 (PB) a cidade oferecia alguns atrativos. Pode-se inferir que de forma geral os resultados apontam para o entendimento de que a cidade da Lapa é uma cidade que oferece muitos atrativos turísticos, exceto na opinião dos proprietários de bem patrimonial tombado que expressaram em sua maioria que a cidade oferecia apenas alguns atrativos.

Porém não se pode deixar de considerar significativo o fato de em dois grupos ter havido sujeitos que responderam que a cidade não oferecia atrativos. Isso aconteceu no grupo 1 (PT), profissional da área do turismo e o grupo 2 (PB), proprietário de bem tombado.

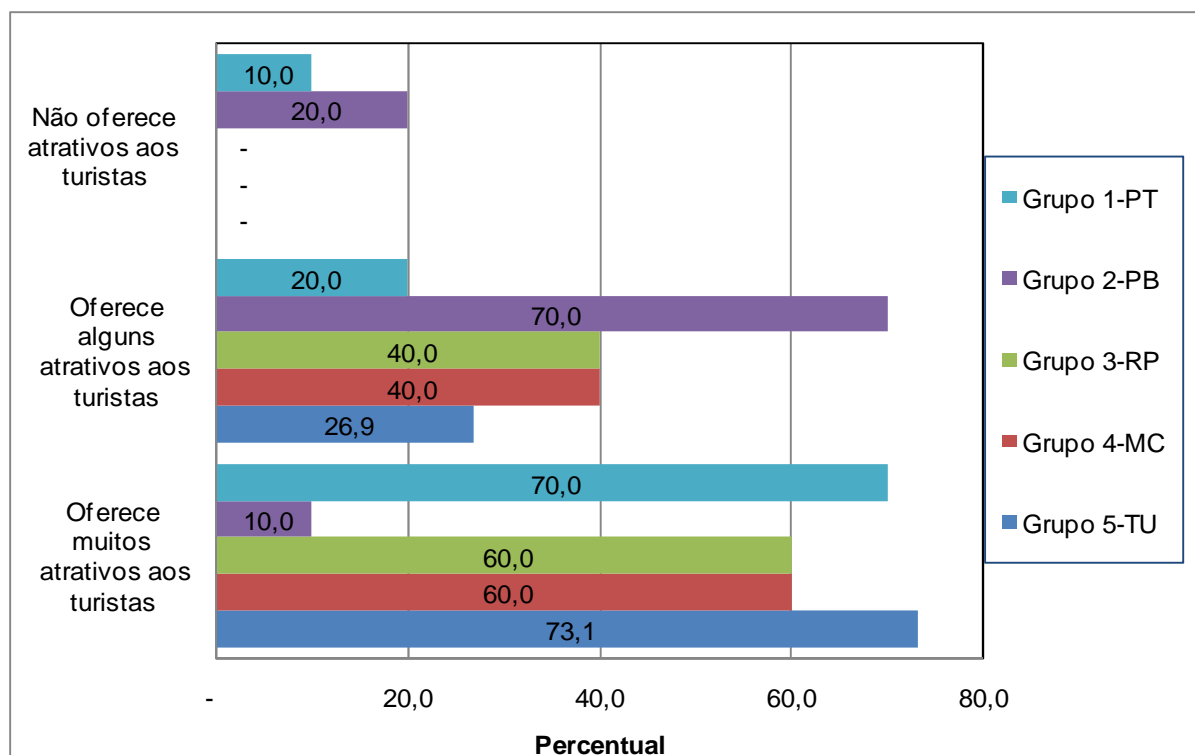


GRÁFICO 12 - O QUE A CIDADE DA LAPA OFERECE AOS MORADORES E VISITANTES
 FONTE: O autor (2011)

Fazendo-se uma análise comparativa entre os gráficos 11 e 12, confrontando os cinco grupos, pode-se concluir que para os sujeitos da pesquisa a cidade da Lapa oferecia muitos atrativos relacionados ao patrimônio histórico.

No questionário aplicado ao grupo 5 (TU), turistas em visita ao setor histórico foi incluída uma quarta parte adicional, com perguntas relativas à sua visita a cidade que será apresentada a seguir.

Quando indagados com qual frequência visitavam a cidade, a maioria dos respondentes, representando 52% do total estavam visitando pela primeira vez. Outros 23% declararam estarem visitando a Lapa pela segunda vez. No entanto chama a atenção o fato de que 26% do total dos sujeitos pesquisados declararam já ter visitado a Lapa por mais de três vezes, conforme mostra o gráfico 13.

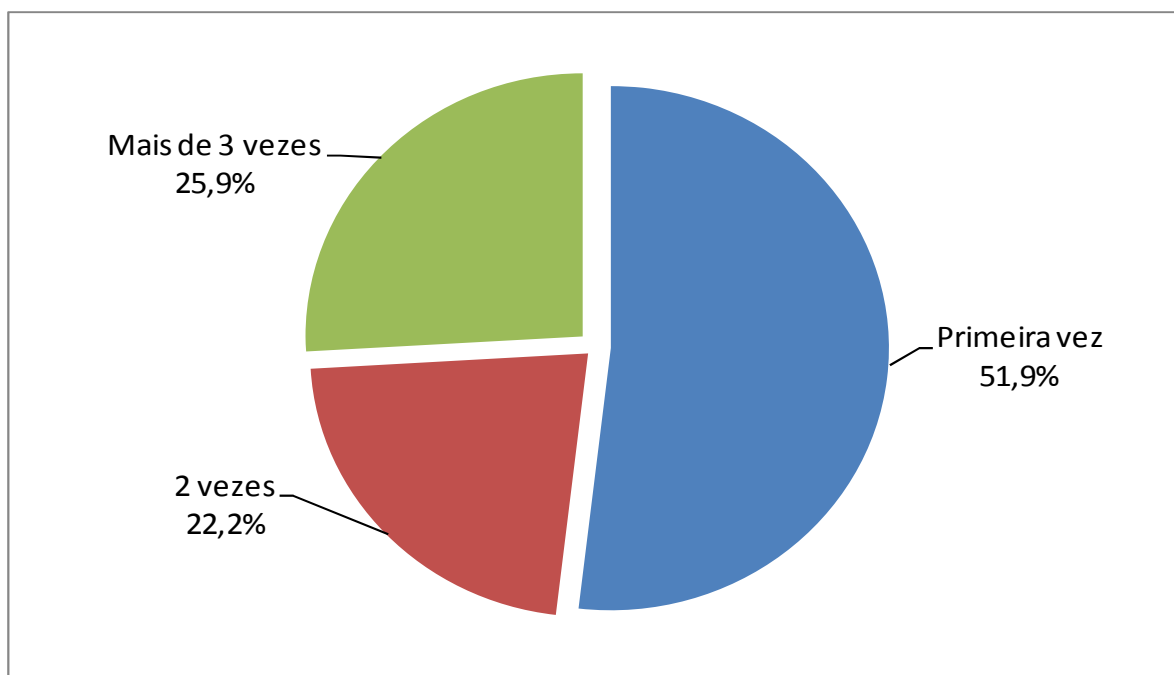


GRÁFICO 13 - FREQUÊNCIA COM QUE O RESPONDENTE VISITA A LAPA
FONTE: O autor (2011)

Considerando a análise do gráfico 13, pode-se inferir que a cidade da Lapa consegue de certa forma a fidelidade dos visitantes como escolha de destino o que faz concluir que a cidade possui boa capacidade em atrair visitantes.

Quando indagados qual era o motivo da visita à cidade, a maioria com 50% declarou ser por motivo de viagem de estudo. O que se justifica, pois a maioria dos questionários foi aplicado às sextas-feiras e sábados, dias que tradicionalmente, de acordo com dados dos livros de registro da Casa Lacerda e do Museu das Armas, são os dias em que a cidade recebe estudantes do ensino médio e estudantes universitários respectivamente, na maioria das vezes acompanhados por professores ou monitores, tendo o apoio de um condutor local previamente agendado através do Departamento de Turismo. Através da observação *in loco* foi possível constatar que essas visitas são motivadas ou estão relacionadas à disciplina de história ou à importância da conservação e preservação dos patrimônios para os alunos do ensino médio e relacionadas à cultura de forma geral em variadas disciplinas no ensino superior.

No entanto não deixa de ser expressiva a percentagem de 19,2% dos turistas que declararam como motivo o trabalho, chamando a atenção para o fato do questionário ter sido aplicado exclusivamente quando o sujeito de pesquisa estava visitando o setor histórico e não no local de hospedagem ou onde realizava

refeições, por exemplo, o que poderia não ser expressivo em termos de análise do motivo da visita. Outros 7,7% revelaram que o motivo foi a visita a parentes ou amigos que lá se encontravam, também estavam visitando o setor histórico, mesmo não sendo o turismo o principal motivo de sua viagem. O que faz compreender, que a cidade da Lapa, é capaz de motivar visita ao setor histórico mesmo quando o motivo principal da viagem não seja o de turismo.

Outros 23,1% apresentaram motivos variados da visita que se considerou não serem relevantes. Estes dados podem ser visualizados no gráfico 14 a seguir.

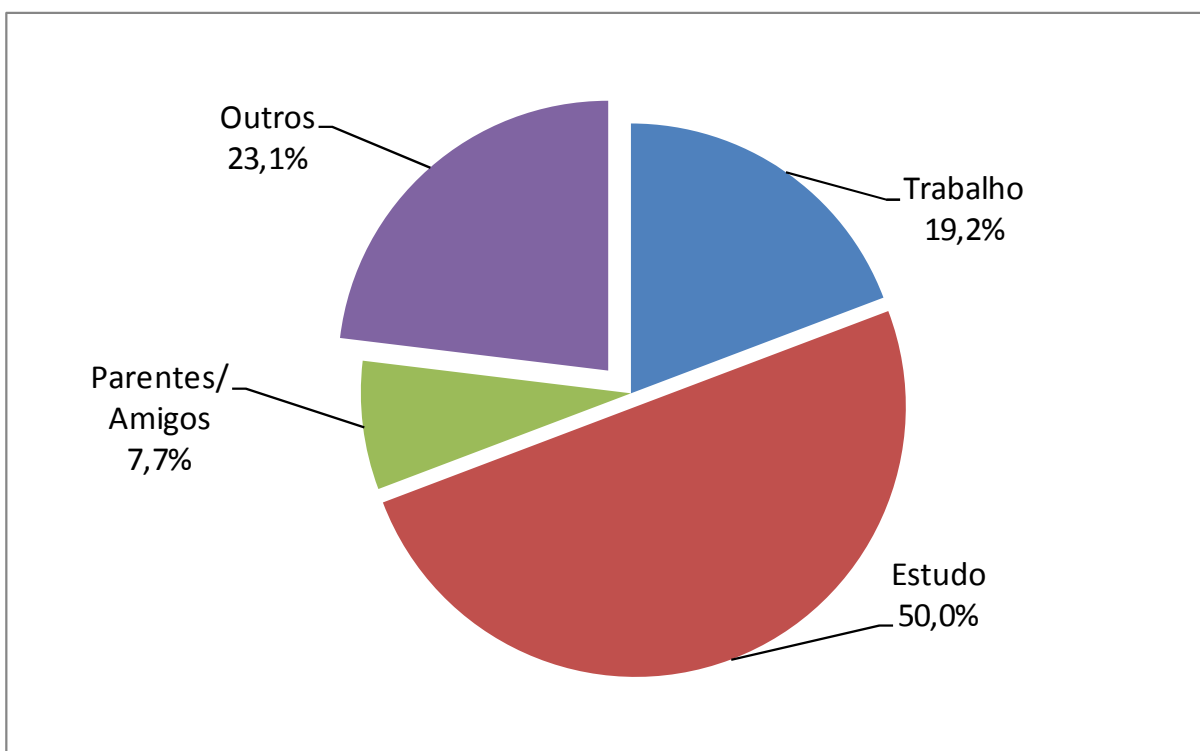


GRÁFICO 14 – MOTIVO QUE LEVA O VISITANTE À LAPA
FONTE: O autor (2011)

Com a análise do questionário aplicado aos turistas em visita ao setor histórico, pode-se concluir que esta pesquisa aponta que a maioria dos turistas é motivada por algum assunto relacionado aos seus estudos, sempre inclui a visita ao setor histórico. A maioria dos turistas estava visitando a cidade pela primeira vez. Elegeram em sua maioria a Casa Lacerda e a Igreja Matriz como símbolo da cidade justificando sua resposta em algum sentimento relacionado a emoções.

Os respondentes demonstraram possuir em sua maioria uma percepção de que a cidade recebia poucos turistas, entre 50 a 300 por mês, apesar da quantidade de atrativos relacionados com o patrimônio histórico.

Tendo como ponto de partida as análises apresentadas de cada um dos cinco grupos que compuseram a amostra consultada, elaborou-se em quadro sintético com as repostas que representa em termos percentuais, a expressão da maioria dos entrevistados.

O quadro a seguir mostra o resumo das respostas dos respondentes da pesquisa.

Questões	Grupos				
	Grupo 1: Profissionais da área do turismo	Grupo 2: Proprietários de bem tombado	Grupo 3: Representantes de órgãos públicos	Grupo 4: Moradores da cidade	Grupo 5: Turistas
Sentimentos que expressam quanto aos bens patrimoniais.	Cultura	Emoção	História	Emoção	Emoção
Qual bem elegeram como símbolo da cidade.	Casa Lacerda	Igreja Matriz	Teatro São João	Pantheon dos Heróis	Casa Lacerda e Igreja Matriz
O que esse bem representava.	Cultura	História	Beleza	Cultura	História
Por que não demolir o Setor Histórico.	História	História e Cultura	História e Emoção	Cultura	Cultura
O que motiva um turista visitar a cidade.	Patrimônio Histórico	Patrimônio Histórico	Patrimônio Histórico	Patrimônio Histórico	Patrimônio Histórico
Quanto aos atrativos turísticos.	Oferece muitos atrativos	Oferece muitos atrativos	Oferece muitos atrativos	Oferece muitos atrativos	Oferece muitos atrativos

QUADRO 8 – QUADRO RESUMO DAS RESPOSTAS DOS RESPONDENTES
FONTE: O autor (2011)

A partir desta síntese apresentada, realizada com a análise dos dados do roteiro de entrevistas e do questionário, numa abordagem quantitativa, parte-se para uma compreensão mais ampliada com a discussão dos resultados que a pesquisa aponta.

Esta pesquisa que partiu da tese que no município da Lapa a comunidade local, em geral, necessita ser estimulada ao exercício de cidadania, sendo que isto se dá com a participação nas decisões políticas, especialmente nas áreas social e cultural. Pois o fortalecimento da consciência quanto à conservação dos bens

patrimoniais históricos, depende da forma como percebem, sentem e representam estes bens.

Considerando que para se avaliar o turismo enquanto fenômeno social faz-se necessário compreender as relações entre os profissionais da área do turismo, os proprietários de bens tombados, os representantes de órgãos públicos, os moradores da cidade e os turistas com a produção do espaço.

Confirmam-se as hipóteses de pesquisa de que, ao se considerar o espaço enquanto social, os processos econômicos, políticos e culturais imprimem características singulares que são reveladas nas ações cotidianas dos sujeitos que nele se relacionam. Tornando-as cada vez mais complexas à medida que se acrescenta à análise do espaço novos atores, como por exemplo, os proprietários de bens tombados, que em outros tradicionais estudos não seriam considerados.

Outra hipótese confirmada foi a de que apesar dos atrativos turísticos relacionados aos bens patrimoniais que a cidade possui e conserva o fenômeno turístico vem se desenvolvendo de forma pouco expressiva em relação ao potencial em termos de oferta de atrativos históricos que a cidade possui. O que foi confirmado não apenas através dos números de visitantes registrados em alguns atrativos, visto que a cidade ainda não possui estudo de demanda, mas também através da sistemática observação que se realizou durante todo o tempo em que esta pesquisa esteve em desenvolvimento.

E ainda, as variadas representações que os profissionais da área do turismo, os proprietários de bens tombados, os representantes de órgãos públicos, os moradores da cidade e os turistas possuem dos bens patrimoniais dificultam o estabelecimento e o fortalecimento da imagem do município enquanto um destino turístico.

Nesta pesquisa, esteve-se, portanto, considerando a teoria das representações sociais como aquela capaz de desvelar os fenômenos coletivos, expressos em símbolos construídos em espaços públicos ou em falas individuais.

Que apesar de ser a expressão de um indivíduo, reflete através de sua linguagem as representações do grupo social do qual faz parte. Pois o objeto de estudo muitas vezes se anuncia e se mostra, e em movimento dialético, também se constrói como verdade sempre inacabada.

E neste sentido, considerou-se os bens patrimoniais como sendo expressão de uma realidade ao mesmo tempo em que criam a realidade, com o objetivo de

buscar: em primeiro lugar relacionar elementos da teoria com o conteúdo extraído das entrevistas; como os indivíduos percebiam sua relação com a sociedade, com os fenômenos, em especial com o fenômeno turístico; como se sentiam frente à essa realidade; quais sentimentos possuíam sobre a realidade e qual o conhecimento construíam e expressavam dessa realidade e como percebiam o turismo na cidade da Lapa, onde o processo histórico de constituição dessas representações necessitou ser entendido, buscando o possível para desvelar e entender como elas se criaram e se transformaram ao revelar o objeto de estudo.

Onde os sujeitos ao serem indagados com um conjunto de questões que buscavam revelar e compreender quais as representações que possuíam dos bens patrimoniais assim como percebiam o turismo na cidade foram considerados como sendo atores sociais que se relacionam em um espaço que é seu espaço de vivência, mas que também é o espaço onde acontece o turismo. Este fenômeno social que ao se apropriar de alguns elementos do espaço, consumindo este espaço, produz um novo espaço a partir das transformações que ocorrem em decorrência da necessidade de mobilidade imposta pelo turismo, por exemplo, entre outras necessidades que estão relacionadas a características particulares de produção de elementos fixos para atender necessidades de turistas.

Esta complexa relação que parte do princípio de que o homem enquanto ser social produz o espaço de acordo com suas necessidades, e ao realizar esta produção, apropriação ou mesmo a transformação do espaço está produzindo sua própria história, que no caso da Lapa, está identificada através de elementos fixos que simbolizam valores, poder, emoção assim como sintetizam a cultura dos que viveram e vivem no espaço urbano onde estão os bens patrimoniais. Bens esses que são a materialidade concreta das representações de valor, poder e emoção, mas que em seu conjunto, conseguem extrapolar em representação o que essa materialidade expõe. Ou seja, além dos aspectos materiais a eles atribuídos e percebidos, existe outro aspecto tão ou mais importante que são as representações imateriais expressas nos sentimentos ou mesmo nas angústias que estes sujeitos possuem e que esta pesquisa buscou captar e compreender.

O espaço urbano da Lapa em que suas singularidades não definem apenas o que está construído como representação simbólica, mas também pelo que está construído para possibilitar as práticas cotidianas da vida moderna. Como por exemplo, as normas de trânsito, com placas de sinalização, as normas e os horários

de visita aos atrativos, os serviços de alimentação e hospedagem assim como os espaços de gestão pública, prefeitura e secretarias municipais, portanto é um espaço vivido socialmente entrelaçado às práticas cotidianas. Os usos e conteúdos presentes na vida social local fazem com que este espaço seja singular, onde as imposições da vida moderna com dinâmica acelerada não conseguiram impor à cotidianidade daqueles que se relacionam nesse espaço profundas transformações. A comunidade de um modo geral convive com os turistas, ainda em número não muito expressivo de forma harmônica e tranquila.

Os moradores da cidade ao contemplar ou ao se referir aos bens patrimoniais expressaram sentimentos de emoção conforme se confirma com a fala de um morador “amor”, ou ainda outro morador “alegria” ou “simplicidade”.

Estes sentimentos relacionados a alguma emoção também são expressos por outros dois grupos, os donos de imóveis tombados que em sua maioria são moradores da cidade, conforme se confirma com as seguintes falas: “Nostalgia, boas lembranças do passado”, ou ainda “alegria, saudosismo”.

E pelos turistas, que apesar de não possuírem o contato cotidiano com este espaço, nem mesmo relações de família com heróis da guerra e por serem dentre os cinco grupos o que mais se diferenciava culturalmente, também expressaram sentimentos relacionados a alguma emoção quando olhavam para um bem patrimonial do setor histórico, conforme se confirma na fala de um turista “é um pouco triste, mas é legal”, ou ainda “nostalgia, paz” e “esperança”. Expressões como paz, nostalgia, esperança, entre outras foram agrupadas na categoria “emoção”.

O patrimônio da Lapa, ao evocar o passado, a sociedade da época e a vida que lá se desenvolveu e que nestas construções registra-se um passado de glórias, também consegue despertar nos turistas sentimentos que puderam ser classificados como emoções. Isso pode ocorrer pelas informações que os turistas recebem dos condutores locais e dos funcionários dos museus que narram os fatos históricos enaltecendo o passado e seus heróis, e ao realizar essas narrativas também expressam sentimentos, que são compartilhados por aqueles que ouvem as histórias e são levados a se transportar no tempo e no espaço através de fotos, vídeos e materiais de exposição como livros, armas, vestimentas e outros acessórios da vida cotidiana da época passada.

As expressões relativas à paz e esperança podem ser relacionadas ao ambiente tranqüilo e harmônico que se encontra neste espaço onde estão os bens

patrimoniais e que envolvem os que ali se encontram. Não se pretende aqui prontamente definir quais os sentimentos que os variados grupos expressaram quanto aos bens patrimoniais, mas buscar compreender em conjunto com a resposta de outras questões, como as que serão discutidas na sequência deste texto, em quais representações se apóia a imagem que a Lapa possui.

Os moradores da cidade ao elegerem o Pantheon dos Heróis como símbolo da cidade, diferentemente de outros grupos que elegeram a Igreja Matriz, a Casa Lacerda e o Teatro São João, apoiaram suas decisões na emoção que sentiam em relação à história que se passou em seu espaço de vivência, trabalho e lazer, que é o espaço urbano, onde estão os serviços públicos, os bancos, as lojas... Ao que o resultado dessa análise aponta, o Pantheon dos Heróis materializa um sentimento de nostalgia e um passado de glórias ao mesmo tempo em que pelas características da construção de 1944 simboliza o poder instituído pelo Estado.

Porque os saberes dos sujeitos da pesquisa, moradores e turistas estão relacionados com o fato ou com o fenômeno social e sua representação a partir das dimensões que estes assumem nos indivíduos e nos grupos a que esses indivíduos pertencem. Considerando que para compreender a realidade dos fatos e dos fenômenos que ocorrem no espaço urbano da Lapa, faz-se necessário partir da concepção crítica dessa realidade, buscando as contradições inerentes às relações que esses variados atores estabelecem nesse espaço onde a cultura não está estática, acompanha o dinamismo da história desses sujeitos.

As políticas públicas de conservação do patrimônio histórico e cultural que ao longo da história da constituição dessas políticas buscou salvaguardar o patrimônio material, e que realizou ações concretas com o tombamento do Setor Histórico da Lapa em 1989, necessita ser repensada. Isso, pois a produção do patrimônio histórico da Lapa que se consubstancializa pelas edificações sob a proteção do Estado, necessita ser compreendida pelas narrativas que aqueles que convivem com esses bens revelam e que permite de certa forma mapear conteúdos que revelem os símbolos em que se apóiam a construção da identidade de uma sociedade, neste caso a Lapa. Assim cabe a seguinte indagação: as políticas públicas de conservação do patrimônio estão cumprindo essa função, mesmo com a extensão das formas de proteção legal aos bens imateriais ou considerados intangíveis? Em uma sociedade que se diz democrática, faz-se necessário ir além dos aspectos técnicos e operacionais da conservação realizando mudanças nos

procedimentos capazes de favorecer a participação da sociedade no processo de apropriação de seus bens. Trata-se, portanto de refletir sobre a função da preservação e das ações de tombamento e de verificar se estas estão centradas simplesmente em objetos ou em edificações ou numa relação da sociedade com sua cultura e com todos os elementos que a caracterizam e formam sua identidade.

Os caminhos percorridos pelas políticas de conservação e preservação convergem para a identidade cultural, mas será que consideram as especificidades locais e regionais e conseguem abarcar as inquietações que os moradores da cidade possuem quanto ao futuro dessas construções? Será que essas inquietações, quando existem, estão permeadas pelas imposições de padrões de consumo no caminho da massificação cultural?

Quando indagados o que para eles significava aquele conjunto de construções históricas, um morador da cidade responde: “o símbolo da guerra que aconteceu na nossa cidade”, ou ainda para outro morador “a história dos heróis da nossa cidade”; “cultura lapeana”; “a beleza”. Percebe-se nestes exemplos que o patrimônio da Lapa simboliza para um morador da cidade a representação dos fatos históricos e da cultura a ela relacionada como as vestimentas e os hábitos alimentares de seus antepassados que ouvem falar nas esquinas, nos bancos da praça ou mesmo nas conversas em família. A cultura do morador está imbricada na cultura de enaltecer os heróis da guerra, atribuindo beleza aos espaços onde os fatos ocorreram.

No entanto os turistas, ao representar o que simboliza o conjunto de bens de um modo geral fizeram menção a algum fato histórico, ou simplesmente revelaram que o conjunto de bens representava a história conforme se verifica na fala de um turista “as construções significam a história super resumida”.

Chamou a atenção o fato que quando esta pergunta foi realizada aos proprietários de bens tombados, nenhuma resposta correspondeu a expressões de beleza. Mas as respostas estiveram relacionadas, também para este grupo nas expressões da história. Conforme se comprova na fala de um entrevistado “a história passada pelo povo lapeano”, ou ainda “representa o passado da cidade da Lapa, a história dos nossos antepassados”.

O espaço público da Lapa onde estão inseridos os bens patrimoniais, que é um espaço urbano, possui representações simbólicas que revelam as relações sociais vividas em tempo passado, e que de certo modo também ofusca episódios

históricos e sociais. É um espaço vivido socialmente entrelaçado pelas relações cotidianas de uma pequena cidade, onde é possível realizar quase todas as atividades cotidianas de ir ao trabalho, à escola, fazer e pagar contas sem o auxílio de um automóvel ou outra forma de transporte. Onde seus moradores alimentam o hábito de se cumprimentar ao cruzar as ruas e de parar nas esquinas para longas ou rápidas conversas. Trata-se de um espaço singular onde o passado se faz muito presente e está imbricado às práticas cotidianas modernas presentes na reprodução da vida social local em permanente intercâmbio e atrito. Este espaço possui componentes materiais, mas também outros componentes de ordem diferente, onde na esfera das relações sociais incluem-se as representações.

De acordo com Lefebvre (2006, p. 89), estas representações envolvem dois aspectos, um espiritual e discursivo e outro material e espacial. Os primeiros são as imagens e os segundos os lugares, os quais poder-se-ia dizer que são quase um cenário, onde alguns atores sociais convivem e outros por ele simplesmente passam, como por exemplo, os turistas ou visitantes.

Este espaço que é percebido pelos moradores e por profissionais da área do turismo pelas relações com a cultura local, pelos proprietários de bens e pelos turistas pelas suas relações com a história e pelos representantes de órgãos públicos pela beleza é um espaço concebido pelas representações do espaço de poder e riqueza e que engendra as determinações políticas locais e globais (mundiais) quanto a forma como são protegidos, ou seja, como constroem a política de conservação e preservação dos bens tombados.

Outra indagação realizada foi a relativa a justificativa que dariam quando contrários à demolição do setor histórico para construções de edifícios e casas.

Nesta questão chamou a atenção o fato de que os grupos de forma geral revelaram que o motivo para serem contrários à demolição estava relacionado à cultura ou a história da cidade e apenas o grupo 3, representantes de órgãos públicos relacionaram suas respostas em termos significativos com a categoria emoção o que não aconteceu com o grupo 2, proprietários de bens tombados.

Nesse sentido, os resultados desta pesquisa apontam para a interpretação de que existe uma forte relação da história e da cultura que motiva a conservação dos bens e impulsiona a elaboração de projetos culturais e educacionais que relacionem a história e a memória do lapeano com a necessidade da preservação dos bens que retratam essa história. E que ao retratar também revelam o valor que lhe atribuem.

Quanto ao conjunto de indagações que buscavam revelar a percepção que os entrevistados tiveram quanto à atividade turística, identificando qual o grau de aceitabilidade dessa atividade na Lapa e como os turistas percebiam a cidade, a primeira pergunta realizada aos grupos, exceto aos turistas indagando se eram a favor do crescimento do turismo na cidade, revelou que a maioria quase absoluta dos entrevistados justificou ser a favor do turismo devido a possibilidade de geração de emprego e renda, conforme se confirma com a seguinte fala de um morador da cidade: “Promover o incentivo da melhoria do comércio, bens e serviços. Oportunizando ofertas de empregos”. Ou ainda o que revelou um proprietário de bem tombado: “O turismo não polui e oferece altos rendimentos quando bem administrado”.

De forma geral, os resultados desta pesquisa apontam para o entendimento de que a geração de emprego e renda que está relacionada com a possibilidade que o desenvolvimento do turismo pode trazer para a cidade não está dissociada, na maioria das falas, da preservação da história, conforme pode ser mostrado com o seguinte exemplo da fala de um profissional da área do turismo: “com o turismo trazemos o progresso e mostramos nossa história”.

Quando indagados de qual era sua percepção quanto ao número de turistas que a cidade recebia, chamou a atenção os dados relativos ao grupo 5, turistas em contradição com o grupo 4, moradores da cidade. Os turistas demonstraram possuir uma percepção de que a cidade recebe muito pouco visitantes, o que se pode explicar pelo fato de dificilmente os grupos, em momentos em que há mais de um visitando a cidade se encontram. O planejamento feito pelos condutores locais busca evitar esse encontro, para facilitar a condução dos mesmos e para elevar a qualidade do atendimento feito nos atrativos. No entanto os moradores da cidade, que ao longo dos dias da semana podem perceber que geralmente há visitantes na cidade, o que se intensifica nas sextas-feiras, sábados e domingos manifestaram acreditar que a cidade da Lapa recebia mais de 4.001 turistas mês. O que de acordo com dados dos livros de registro dos atrativos, está um pouco acima do número de visitantes que fica entre 1.400 e 1.940 por mês⁵³. Mesmo considerando-se que nem todas os visitantes, apesar do cuidado dos funcionários dos atrativos em solicitar o

⁵³ Tomou-se como referência os dados extraídos do Livro de Registro do Museu das Armas onde se registraram, 1.535 visitantes em junho, 1.489 em julho e 1.942 visitantes em agosto 2010.

registro, realizam assinatura nos livros, acredita-se que a cidade não chegue a receber 4.000 turistas mês.

Sua percepção exagerada quanto ao número de visitantes pode ser explicada por dois ângulos de análise. Em primeiro lugar há um entendimento de que há possibilidade do turismo poder influenciar na melhoria da oferta de empregos na cidade, especialmente por ser uma pequena cidade, com poucas indústrias e um comércio ainda necessitando ser desenvolvido. Outro dado que corrobora com esse entendimento é o fato de que a pesquisa foi realizada com sujeitos em sua maioria com idade entre 21 e 50 anos de idade, ou seja, na faixa etária economicamente ativa, o que pode levar a preocupação quanto ao desenvolvimento profissional. E por essa experiência vivida pela população ou por parte significativa dela de buscar ocupação profissional, pode ter criado uma percepção a favor do turismo que está muito mais relacionada a um caráter imaginário do que fruto de comprovação empírica.

Por outra forma de analisar, na cidade da Lapa o turismo tem sido assunto corrente na educação formal de crianças e jovens, através de projetos que incluem o tema turismo ou o tema conservação e preservação dos bens patrimoniais o que na cidade da Lapa, por já haver movimento de turistas, leva inevitavelmente ao tema turismo. O turismo também é tema de cursos, como por exemplo, os ofertados por diversos organismos, os quais realizam ampla divulgação nas rádios e jornais locais atraindo jovens em busca do primeiro emprego e adultos buscando novas possibilidades profissionais acreditando ser o turismo uma fonte de emprego.

A capacidade atrativa da cidade que é percebida como sendo a que possui muitos atrativos relacionados ao patrimônio histórico prioritariamente pode ser compreendida ao se analisar de forma ampliada o que se percebeu com os dados até aqui analisados.

Para o morador da cidade, seja ele profissional da área do turismo, proprietário de bem tombado ou representante de órgão público existe sentimento de emoção quando se trata de bens patrimoniais. Estes sentimentos estão relacionados ao orgulho que sentem por viverem em tal espaço onde a história foi escrita em capítulos que se inseriram no imaginário como sendo a história de heróis.

Estes heróis não são apenas os que enfrentaram a guerra do Cerco da Lapa, mas são também aqueles que com a atividade tropeira desbravaram o sul do Brasil e que marcou a origem de cidades como a Lapa. A cultura tropeira e o Cerco da

Lapa estão fortemente presentes nos sentimentos e nas emoções quando são chamados a rememorar a história assim como estão presentes nas expressões da culinária e eventualmente nas singulares vestimentas exibidas com orgulho, vez ou outra por algum lapeano, pelas ruas da cidade.

O conjunto de bens tombados que se encontra no espaço urbano da Lapa não apenas cumpre a função de mostrar a história e a cultura da qual os moradores se orgulham e os turistas admiram, mas também é o espaço que recebe e inscreve vida à própria cidade, onde os relatos individuais que em conjunto revelaram uma mescla simbólica que cruza ideologias. O conjunto de bens, ao representar, contam e fazem com que a história seja rememorada por todos aqueles que ali vivem e visitam.

Também foi possível perceber que nas esquinas das ruas e em muitos outros lugares da cidade se encontram sujeitos com variados pontos de vista, que somados, não como a soma exata da matemática, mas como quem soma em busca da totalidade apesar das contradições existentes, pode revelar o que pensam, como sentem e como desejam a própria cidade.

6.4 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS DOS DEPOIMENTOS

A análise realizada a partir dos conteúdos expressos no roteiro de depoimentos que foram colhidos durante o ano de 2010, totalizando 9 participantes, foi realizada após a organização do material com a digitação das respostas.

O conteúdo expresso nessas falas que foi organizado em forma de quadros para melhor visualização, foi analisado buscando-se respostas comuns e diferentes que pudessem contribuir para as reflexões as quais as perguntas estimularam.

O roteiro que foi organizado em 5 questões buscou a reflexão sobre as políticas públicas da área da cultura e do turismo e à conservação e preservação dos bens patrimoniais relacionado com a memória do lapeano.

A amostra pesquisada, que foi composta de 9 participantes, na forma de critério amostral por acessibilidade, apresentou a seguinte caracterização conforme quadro a seguir:

Sujeitos	Área de Formação	Profissão	Escolaridade	Atuação na Administração Pública
Sujeito 1	Letras	Professora	Mestrado	Não
Sujeito 2	Engenharia	Engenheiro	Superior	Não
Sujeito 3	Administração	Empresário	Superior	Não
Sujeito 4	Fonoaudiologia	Fonoaudióloga	Especialista	Não
Sujeito 5	Letras	Professora	Especialista	Não
Sujeito 6	Administração	Administrador	Superior	Sim
Sujeito 7	Administração	Administrador	Superior	Sim
Sujeito 8	Administração	Administrador	Superior	Sim
Sujeito 9	Letras	Administrador	Superior	Sim

QUADRO 9 - AMOSTRA PESQUISADA ATRAVÉS DE DEPOIMENTOS
 FONTE: O autor (2010)

Nota-se que dos 9 participantes da pesquisa, 5 não estavam atuando na administração pública e 4 estavam. Todos os sujeitos que compuseram a amostra mencionaram possuir no mínimo curso superior, sendo que dois com pós-graduação em nível de especialização e um em nível de mestrado.

6.4.1 O que revelou a fala dos sujeitos nos depoimentos

Quando indagados sobre o que pensavam sobre as ações na área da cultura e do turismo que estavam sendo desenvolvidas na Lapa, os sujeitos da pesquisa revelaram um bom nível de conhecimento e envolvimento com essas ações, demonstrando que estavam atentos ao que aconteceu na cidade conforme se confirma com a fala dos entrevistados: “estão sendo desenvolvidas diversas ações tais como: calendário anual de exposições, teatro, cinema, artes plásticas, música e dança” expressando também o conhecimento de que estas ações estavam sendo desenvolvidas através de parcerias entre a gestão pública e as organizações não governamentais.

Ou ainda conforme expressou outro sujeito: “as ações acontecem com foco nas datas comemorativas”, o que se confirmou com a fala de mais um sujeito: “estamos focando as datas comemorativas, tais como: evento alusivo ao Cerco da Lapa, Carnaval de rua, Dia do Tropeiro [...]”.

Percebeu-se que para a maioria quase absoluta dos entrevistados as ações que estavam sendo desenvolvidas foram consideradas boas e com qualidade conforme a fala de alguns sujeitos: “de boa qualidade, apesar dos problemas financeiros”, ou ainda “parece louvável” ao se referir ao Festival de Cinema que aconteceu em sua quarta edição. Outros sujeitos complementaram: “inúmeras ações

com poucos recursos“ ou ainda “com boa vontade e muita criatividade”. No entanto, chamam a atenção as expressões de crítica à ausência de formulação de políticas que incentivem e proporcionem o desenvolvimento de ações, estrategicamente encadeadas e que sejam a médio e longo prazo. Conforme se confirmou nas seguintes expressões: “as ações são pontuais, desconexas e sem continuidade”, ou ainda “falta absoluta de uma política cultural”, o que se confirmou com outro sujeito “há que se desenvolver ações muito mais efetivas”.

Quando indagados de quais seriam suas sugestões de políticas públicas na área da cultura e do turismo que poderiam ser implementadas na Lapa, apenas 3 dos entrevistados demonstraram não compreender, ou não conseguiram expressar compreensão do que é uma política pública, focando sua resposta em citações de eventos que poderiam ser desenvolvidos na cidade da Lapa, não expressando também qualquer determinação de prazos ou eleição de prioridades nos exemplos de eventos que sugeriram.

No entanto, para a maioria dos entrevistados a pergunta foi compreendida e as respostas sugeriram que possuíam algum nível de entendimento de questões mais amplas que envolvem as áreas da cultura e do turismo, como por exemplo, a preocupação com a infraestrutura de atendimento ao turista em termos de opções de locais para pernoite, alimentação e entretenimento; necessidade de desenvolvimento de outros segmentos de turismo além do turismo cultural; necessidade de avaliação do potencial cultural, artístico e gastronômico da cidade; implementação de política direcionada à qualificação profissional através da interação entre educação, cultura e turismo. A falta de uma política efetiva foi observada por um sujeito entrevistado ao expressar: “há um clima constante de que as coisas quase vão seguir um rumo certo, seguido de frustração e decepção”. Ou ainda o que expressou outro sujeito, há necessidade de: “promoção do turismo através da cultura local e dos atrativos existentes, promovendo calendário de eventos e profissionalizando o setor”.

Outro aspecto que se revelou na fala dos sujeitos com relação a esta indagação foi haver a necessidade de articulação entre a iniciativa privada e a pública para se estabelecer políticas e que estas deveriam ser pensadas em longo prazo.

Quando indagados se acreditavam que as possibilidades socioeconômicas do município suportavam as sugestões de políticas que deram, as respostas variaram

entre “absolutamente sim”, ou simplesmente “sim”, “cremos que sim”, revelando que acreditavam que já existir no município as possibilidades para implementação de políticas na área da cultura e do turismo. Outras respostas ficaram entre “de certa maneira sim” e “com um olhar mais carinhoso sim”, revelando ainda serem necessários aumento de verbas para essa área, tratar o turismo com profissionalismo, visão de longo prazo com estabelecimento de parceira público e privada conforme se comprovou nas seguintes falas: “desde que hajam parcerias entre o poder público e empresas privadas” e desde que “se organize junto com as empresas”. No entanto um sujeito entrevistado avaliou negativamente as possibilidades dando como resposta “ainda não”, porém concluiu: “mas acredito que com o aumento de fluxo dos turistas os empresários locais investirão no setor”, também estabelecendo a necessidade de parceria entre o público e o privado.

Buscou-se nas respostas a estas indagações, possíveis consistências quanto as propostas que realizaram na questão anterior. Nesse sentido o que se pode observar, é que de uma maneira geral, perceberam a necessidade de se pensar as políticas públicas a longo prazo e com o estabelecimento de parcerias, necessitando o aumento de verbas destinadas à Secretaria de Cultura que incorpora também o setor de turismo.

Quando indagados sobre o que consideravam ser necessário para a implementação das políticas nas áreas da cultura e do turismo, as respostas se apresentaram de forma variada, o que possibilitou a classificação dos conteúdos expressos nessas respostas em quantidade de vezes que houve citação nas 4 categorias eleitas para esta análise conforme a seguir.

Foram 2 as respostas classificadas na categoria aumento de verbas; 1 a resposta classificada na categoria vontade política; 4 as respostas classificadas na categoria parcerias e 8 as respostas classificadas na categoria visão estratégica.

Nota-se que a soma total das respostas foi maior que o número de sujeitos pesquisados, porque na análise desta questão foi considerada a resposta completa buscando todas as classificações possíveis.

Percebeu-se nesta questão, que as respostas ao variar entre a necessidade de haver aumento de verbas para a área da cultura e do turismo, também houve o entendimento de que se faz necessário o estabelecimento de parcerias envolvendo a sociedade civil organizada.

Algumas respostas possibilitaram o entendimento de que se deve oportunizar a participação da população através da conscientização, mas para isso se faz necessário pensar a cultura e o turismo a partir de algumas estratégias como: considerar o turismo prioritário entendendo sua capacidade em alavancar empregos, mas, no entanto é necessária a capacitação para o turismo através da profissionalização.

A última questão que induziu a reflexão no âmbito das políticas públicas na área da cultura e do turismo e que encerrou o roteiro de depoimento foi relativa a preservação da memória do lapeano.

Nesse sentido, quando indagados se acreditavam se o que estava sendo preservado na Lapa era representativo para se estabelecer a memória do lapeano, todos os entrevistados declararam que sim.

Quanto às sugestões que dariam, o conteúdo das respostas puderam ser classificados em 4 possibilidades: Melhorar o cuidado com os bens (ações de restauro), melhorar a divulgação, implementar novos museus como atrativos, harmonizar o antigo com o novo.

Nesse sentido, melhorar o cuidado com os bens foi citado por 5 sujeitos; melhorar a divulgação foi citado por 4 sujeitos; necessidade de implementar novos atrativos como a criação de novos museus e outras promoções culturais foi citado por 5 sujeitos e necessidade de harmonizar o antigo com o novo foi citado por 3 sujeitos, no sentido de flexibilizar o uso do espaço do setor histórico possibilitando, conforme exemplo colocado por um sujeito pesquisado, a implementação de novas possibilidade de entretenimento.

Nota-se que também nesta indagação o número de respostas foi superior ao número de sujeitos pesquisados, porque, na análise desta questão foi considerada a resposta completa buscando todas as classificações possíveis.

Além da classificação realizada, os conteúdos das respostas a essa questão ainda possibilitou perceber que acreditavam que a identidade do lapeano estava ancorada em seu patrimônio histórico o qual consideraram uma rica expressão, demonstrando entendimento de que “povo que não guarda seu passado não tem identidade”, ou ainda conforme outro sujeito “casarios históricos e soberanos nos arremete a uma história viva do Brasil colonial”.

Em seu conjunto, as questões incitaram os sujeitos pesquisados a refletir sobre sua cidade, a cidade onde estavam residindo e estabelecendo relações

sociais. Também possibilitaram que refletissem sobre as ações que estavam acontecendo e as que julgavam necessárias acontecer.

Em comparação com os dados extraídos dos outros dois instrumentos de coleta de dados, o roteiro de entrevista aplicado aos quatro grupos: profissionais da área do turismo, proprietários de bens tombados, moradores da cidade e o questionário aplicado aos quinto grupo, os turistas em visita ao setor histórico, foi possível alinhar as seguintes considerações.

Quando os sujeitos da pesquisa foram indagados sobre os sentimentos que lhes vinham à tona quando olhavam para um bem patrimonial do Setor Histórico da Lapa, as expressões encontradas nas respostas puderam ser classificadas como relativas à algum sentimento, sendo que este sentimento estava relacionado às expressões de beleza e poder que aqueles bens para eles suscitavam enquanto expressão de sentimento.

O que pode ser relacionado com alguns conteúdos nas respostas dos depoimentos que foram extraídos de outra categoria de sujeitos, que em termos de caracterização, de idade e escolaridade principalmente, revelam-se totalmente diferenciados.

No entanto, encontra-se no conteúdo destas repostas, algumas similaridades que podem ser comprovadas através da seguinte fala extraída de um dos depoimentos: “riquíssima a história lapaana”, ou ainda “há muita riqueza nesse sentido (patrimônio) em nosso município e muito mais a ser feito”. Outro sujeito ainda se referindo ao patrimônio expressou “verdadeiras preciosidades”, e ainda ao relacionar os bens patrimoniais às relações de poder “casa caiadas de branco, de pessoas abastadas com número expressivo de filhos que tinham a liberdade de serem criados com tranquilidade na pequena cidade na época de sua fundação”.

Outra indagação realizada e que pode ser comparada em termos de conteúdos similares com o conteúdo de depoimentos, foi quanto ao que representava o bem patrimonial que foram incitados a eleger como símbolo da cidade.

As respostas foram justificadas e classificadas dentro de 2 categorias principais: cultura e história, sendo que apenas para o grupo de representantes de órgãos públicos as respostas convergiram para a categoria beleza.

Nesse sentido, encontra-se no conteúdo dos depoimentos na indagação relativa às ações que estavam sendo desenvolvidas na Lapa, exemplos de eventos

alusivos a datas comemorativas que se relacionavam com a história e com a cultura dos moradores da cidade, como por exemplo: Dia do tropeiro, Cerco da Lapa e evento alusivo à Congada.

Portanto, para os sujeitos da pesquisa o patrimônio histórico representava a história e cultura sendo por eles valorizado através de eventos alusivos a essa história.

Outra questão que pode ser comparada em termos de conteúdo que apresenta convergência é a relativa à indagação sobre a demolição do setor histórico, conforme pode ser visualizado na p. 130 deste trabalho, no quadro 6.

O que o quadro mostra são exemplos de respostas que revelaram serem a favor da demolição, apoiando sua justificativa nas seguintes expressões: “é bom conhecer coisas novas”, “falta de modernidade” e ainda “porque não tem emprego nessa cidade”. Estas justificativas, que em primeiro momento de análise pareceram desconectadas e sem propósito, foram de certa forma validadas pelo conteúdo de alguns depoimentos conforme se comprovou nas seguintes falas relativas à questão sobre as sugestões do que preservar: “nós lapeanos temos identidade. O que falta é não ficar parado em cima da memória e pensar no futuro”. Em outro depoimento também se encontrou: “o mundo evoluiu e a cidade precisa acompanhar esse ritmo”.

A partir destes exemplos é possível aferir que esta pesquisa aponta para o entendimento de que, apesar dos moradores da cidade, aqui considerando de forma geral todos os sujeitos desta pesquisa, exceto os turistas, apoiarem os símbolos da cidade que elegeram na história e na cultura, de expressarem que valorizam seus bens e que esta valorização se dá pelo poder que representam e pela sua beleza que se revela, possuem o entendimento de que se faz necessário repensar as políticas de preservação, incluindo reflexão sobre as possibilidades de apropriação e transformação do espaço urbano onde estes bens se encontram, acompanhando as necessidades de geração de emprego e entretenimento por exemplo. Ou seja, “harmonizar o novo com o antigo”, conforme expressou um entrevistado. Mas, no entanto, faz-se necessário observar que estas respostas parecem revelar um ofuscamento de um “espaço concebido”, onde as diferentes classes sociais entram em conflito, pois os indivíduos menos favorecidos economicamente parecem excluídos da possibilidade de uso e usufruto dos bens que ali se encontram.

As variadas contradições que foram encontradas nessas falas, de como pensam o espaço em que vivem, revelaram também as contradições sociais e

econômicas que engendram as relações sociais e, portanto as questões relativas ao espaço estão imbricadas nestas relações e nos seus determinantes culturais, econômicos e sociais, o que torna esta análise complexa.

Esta análise permitiu verificar e comprovar que existe uma relação entre o espaço, o turismo e o patrimônio que é percebido por todos os atores sociais que no espaço urbano da Lapa se relacionam.

Ainda foi possível analisar através do cruzamento dos dados que o objeto de estudo, bens patrimoniais do setor histórico, os sujeitos pesquisados que compuseram os cinco grupos, e o outro conjunto de sujeitos que foram entrevistados através do roteiro de depoimento, que o ponto de vista desses sujeitos e a perspectiva de análise pela opção por alguns elementos da dialética e alguns aspectos da teoria das representações sociais estabeleceram não apenas a forma de condução da pesquisa através dos procedimentos metodológicos, mas apoiaram de maneira expressiva as conclusões a que esta pesquisa chegou.

Através destas análises, pode-se também comprovar que a opção metodológica realizada por esta pesquisa foi a que permitiu compreender a *práxis* dos sujeitos que se relacionam no espaço da Lapa entendendo que as concepções metodológicas devem estar sempre abertas a outras dimensões sociais como as representações e o espaço.

Assim, buscou-se através da ancoragem no senso comum de identidade, material de análise do social, alguns subsídios para proposição de ações programadas para o futuro da Lapa. O que foi possível pela busca incessante da totalidade da realidade, que é a produção social dos homens, mesmo compreendendo que essa totalidade pode não ser a real, pois se buscou compreender como essa realidade foi criada, através da indagação: o que é a realidade? Devendo-se nela considerar o imaginário social que dela faz parte.

Há pelo menos dois caminhos para se pensar a identidade cultural da sociedade da Lapa, o primeiro que essa sociedade possui sujeitos com histórias comuns ligadas aos fatos históricos que lá ocorreram e que são por eles compartilhados e nesse sentido constroem o coletivo. A outra direção indica que apesar de haver uma história, e como tudo que é histórico se transforma, existem alguns pontos comuns, mas também contraditórios desse percurso histórico de constituição da identidade, onde o que importa não é simplesmente o que foram (o que a história comprova), mas o que são apesar de toda a história.

A metodologia científica que esta pesquisa seguiu procurou decifrar a realidade social do espaço urbano da Lapa, mas por que essa realidade não é transparente? Por que se necessita da ciência para revelá-la?

Porque não basta ver um único aspecto da realidade, ou apenas a sua imediatividade, não basta compreender o fato pelo fato. A existência da ciência dá a possibilidade de se fazer distinção entre o que é essencial e o que é descartável ou acessório, avaliando criticamente os acontecimentos que os sujeitos produzem e reproduzem, onde eles próprios são produzidos e reproduzidos pela realidade social através do conjunto de formas de consciência que é formado pelas suas idéias, pensamentos, expressões e imaginações.

O lapenano produziu sua identidade por determinadas condições históricas, o que faz com que tenham dificuldades em compreender que a história se faz de passado, presente e futuro. É, portanto transformações nas condições de vida social. As quais necessitam estimular o envolvimento nas questões econômicas, sociais e culturais da cidade experimentando inovações que sejam capazes de estimular a conservação, mas também transformar condições de vida.

Entendendo que as políticas são expressões da forma como pensam e se posicionam diante de um fato ou de um objeto.

As representações que expressaram agregam qualitativos e identificam vocações a partir da construção de metáforas coletivas que puderam ser captadas através das análises de cada um dos grupos respondentes da pesquisa e depois pelo cruzamento dos conteúdos dos grupos com o conteúdo dos depoimentos.

Como se constrói o espaço urbano da Lapa? Como se forma a identidade do lapenano a partir dos bens patrimoniais?

As possíveis tentativas de respostas a estas e outras indagações serão apresentadas nas considerações finais deste trabalho.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O espaço urbano da Lapa enquanto espaço social que incorpora o espaço turístico procura recuperar sua dimensão social ao incluir os bens patrimoniais, fruto da história dos homens no espaço, dando ênfase a conservação destes bens.

Neste sentido parte-se da importância estratégica do turismo e do reconhecimento de sua capacidade em despertar o interesse pela conservação e preservação dos bens e pela necessidade dos homens em preservar a sua própria história. Mas também pelas possibilidades que o turismo apresenta como motivador da conservação pelas possibilidades de geração de emprego e renda que possam advir da atividade turística trazendo benefícios à população local.

Por este ponto de análise, esquia-se das meras percepções do espaço e dos recursos turísticos voltados a critérios estabelecidos pelo mercado exclusivamente. Busca-se à guisa de reflexões, onde as contradições são aparentes e constantes, uma forma de analisar o espaço como possibilidade de crescimento e desenvolvimento das áreas sociais, culturais e educacionais.

Mesmo porque o espaço urbano da Lapa não é apenas topografia com elementos concretos é também utopia, desejos e sonhos. É um espaço de exclusão, mas também um espaço que privilegia o uso fazendo a inclusão. Não apresenta a inclusão como normalidade ou como regra, mas também não é de todo um espaço de exclusão onde se apresente desconectado das vontades sociais. Possui limites, mas também possui aberturas para novas realizações. É, pois a soma de vários espaços, desde o físico, o abstrato ou figurativo ou ainda imaginado.

É um espaço que também contempla o espaço turístico em sua dimensão social que deverá buscar a promoção de desenvolvimento equilibrado onde a conservação dos bens patrimoniais deve obter ênfase.

Para se tornar um destino turístico consolidado se deve partir do pressuposto de que se reconhece a importância estratégica do turismo, mas também que se reconhecem suas limitações e impactos e a necessidade de equilibrar atividades econômicas com a preservação da cultura, impulsionando atividades economicamente compatíveis com a turística.

Na cidade da Lapa a expressividade dos bens patrimoniais que estão inseridos no espaço público urbano, são como marcas que expressam valores que

refletem a ação do homem e a forma como os pioneiros da cidade realizaram sua fixação no espaço.

Para se compreender o espaço da Lapa, foi necessário buscar como se forma a identidade dessa sociedade a partir das representações que possuem de seus bens patrimoniais a partir da visão dos seus moradores e turistas.

Nesse sentido a pesquisa apontou que para o morador da cidade de forma geral, seja ele profissional da área do turismo, proprietário de bem tombado ou representante de órgão público existe sentimento de emoção quando se trata de bens patrimoniais. Estes sentimentos estão relacionados ao orgulho que sentem por viverem naquele espaço onde a história foi escrita em capítulos que se inseriram no imaginário como sendo a história de heróis.

No entanto, a identidade do lapeano não é tão transparente permitindo prontamente sua identificação. A identidade que é representada pelas práticas culturais é como uma produção que nunca cessa ou mesmo que se completa. É sempre constituída pelas representações que os sujeitos dessa sociedade possuem e expressam. E neste sentido, a identidade do lapeano também está apoiada na cultura tropeira apesar disso não ter sido revelado de forma contundente na realização da pesquisa empírica. Pois, toda identidade parte da história, tem origem. Como é histórica sofre transformações.

Nesse sentido, hodiernamente não se pode deixar de se questionar em que medida o patrimônio histórico e a possibilidade do turismo resistem aos conflitos que o desenvolvimento e o progresso, ao trazer riqueza, também podem trazer desequilíbrio na manutenção da paz e da harmonia, de um ambiente organizado e pacífico.

A compreensão do que os bens patrimoniais enquanto símbolos representam fortalece a tese desta pesquisa de que, no município da Lapa, a comunidade local, em geral, necessita ser estimulada ao exercício de cidadania, com a participação nas decisões políticas, especialmente nas áreas social e cultural, posicionando-se frente às ações públicas assumindo sua forma de pensar diante dos outros e diante dos fatos e das coisas.

Isso, pois o fortalecimento da consciência quanto a conservação dos bens patrimoniais históricos, depende da forma como percebem, sentem e representam estes bens, e isto interfere na formação da imagem da cidade enquanto destino

turístico ao definir a expressão de vontade da população local em aceitar ou refutar o fenômeno turístico

A construção de uma imagem turística ou imagem do destino Lapa que seja capaz de promover a cidade a partir de suas singularidades, permeia inevitavelmente pela atuação e ação do Estado na elaboração de leis, diretrizes e normas sobre a conservação dos bens como também nas ações comunicativas que sejam capazes de realizar para a atração de visitantes.

Porque a imagem da cidade da Lapa que se constrói a partir das representações coletivas nasce da concretude das edificações históricas, mas também nasce dos símbolos a elas atribuídas e no modo como a sociedade vive e relata a cidade.

Cidade essa que se constrói pelas suas expressões, não somente pelo físico mas também pelo simbólico que formam um conjunto de trocas constantes. Pelos seus cidadãos e pelas suas diferenças e que apesar disso se autorrepresenta em suas construções históricas. Com as quais estabelece relações sociais e culturais revelando-se um cidadão singular, portanto especial e diferente com relação a outros em contexto histórico e cultural diferentes. É importante que esse cidadão seja encorajado a assumir posições relevantes que possam contribuir significativamente para que o município da Lapa encontre caminhos para a inovação através de um desenvolvimento inteligente com discernimento que permita transformar e preservar ao mesmo tempo, conforme expressou um entrevistado, harmonizar o novo com o antigo.

A proposição de intervenções em espaços como esse deve ser pensada não apenas nas intervenções materiais, mas também ao que acontecerá de revolução imaterial a partir destas.

Para isso, o espaço da Lapa deve ser planejado não apenas pelas guias do mercado e suas imposições, deve ser construído tendo como base as aspirações da sociedade local, possibilitando a ampliação de suas formas de uso que vislumbrem um desenvolvimento de longo prazo que tragam mudanças qualitativas compatíveis com o entendimento de que o turismo é um fenômeno social. E, portanto, toda reflexão que o envolva, teórica ou prática deve levar em conta sua dimensão temporal.

O espaço turístico é o espaço onde também os moradores da cidade vivem, e onde os turistas apenas passam. Ambos, enquanto atores sociais apropriam-se, criam e transformam esses espaços.

É um espaço onde deve haver compromissos que se traduzam na elevação da qualidade de vida da população local e o compromisso de oferecer aos turistas o que buscam, em termos de entretenimento e cultura.

O desafio é respeitar o desejo da comunidade receptora mesmo que em alguns casos ou algumas épocas seja de negação quanto ao turismo, e equilibrar o ambiente de tal forma que as expectativas dos turistas, muitas vezes contraditórias no tempo e no espaço sejam alcançadas.

Com a pesquisa foi possível alinhar algumas tendências que sugeriram que a imagem da cidade da Lapa enquanto destino turístico está ancorada nas expressões da história que esta cidade possui e que se materializa enquanto símbolo no Teatro São João e na Igreja Matriz. As representações sociais que foram encontradas podem ajudar a repensar as políticas de conservação do patrimônio, pois aparecem de forma conflituosa. Para alguns grupos estão ancoradas na história e na memória e para outro na beleza que o bem expressa. Mas, no entanto expressaram emoção quando estavam perante um bem patrimonial. Para alguns o símbolo da cidade pode ser representado pela Casa Lacerda ou pelo Pantheon dos Heróis, não concordando com a opinião da maioria que elegeu o Teatro São João.

Diante disso, a sugestão de proposições alternativas de intervenção na Lapa deve ser pensadas a partir de algumas condições favorecedoras que contribuam para a formação de uma imagem de destino que considere o turismo uma atividade social, considerando todas as contradições entre atores sociais que esta atividade envolve.

Propor e desenvolver políticas públicas articuladas entre as áreas do turismo, da cultura e da educação; a longo prazo e de modo permanente, mas que se articulem com a promoção de ações eventuais de médio e curto prazo.

Levar em conta as demandas reais atuais e potenciais e a ativa participação da população.

Estabelecer ações comunicativas diferenciadas entre as demandas racionais e as demandas emocionais.

Propor experiências ativas e atraentes, ampliando a atratividade dos produtos turísticos, possibilitando a interação entre eles, de forma a tornar a visita agradável e ao mesmo tempo interessante.

No entanto, estas ações devem estar acompanhadas de algumas reflexões como, por exemplo:

Os produtos relacionados ao turismo, tais como áreas de lazer e entretenimento em espaços públicos foram elaborados a partir dos interesses prioritariamente dos moradores da cidade?

Os empregos gerados podem ser ocupados pelos moradores da cidade ou será necessário estabelecer estratégias de capacitação e qualificação para atuação na área do turismo?

O acesso aos atrativos turísticos é estendido aos moradores de forma diferenciada, como por exemplo, com taxa de ingresso especial?

Os turistas reconhecem que a comunidade local valoriza seus bens patrimoniais e a partir disso desenvolvem postura de visita com respeito e cuidado com a preservação dos bens?

Entende-se que as políticas públicas, especialmente na área da cultura e do turismo devem estar diretamente relacionadas com a emancipação dos indivíduos como sujeitos históricos que se relacionam em sociedade.

Esta compreensão remete ao compromisso com o conteúdo e significado das políticas públicas articuladas com o coletivo da sociedade com projetos políticos que garantam a qualidade de vida estendida para essas coletividades.

O que será possível se a construção dos projetos políticos for realizada pela coletividade que deve ser formada por indivíduos emancipados e capazes de exercer sua cidadania social e política. A emancipação está indissoluvelmente associada ao conhecimento e alicerçada na solidariedade e na participação, permitindo desta forma o acesso às discussões que envolvem a cultura, o turismo e a educação no processo de construção de uma nova sociedade, mais equilibrada, justa e, portanto, humana.

Nesta proposta de análise do espaço da Lapa, com a tríade do arcabouço teórico: espaço, turismo e bens patrimoniais, buscou-se contribuir para a compreensão dos processos espaciais no sentido de colaborar com a formação de um constructo teórico e percurso metodológico possível de ser aplicado em outras pesquisas com diferentes escalas de análises, ser utilizado como orientação e

adaptado para outros municípios históricos como norteador para se visualizar novas possibilidades de análise do fenômeno turístico.

No entanto, não se tem a intenção de se generalizar os processos espaciais da Lapa como um processo que possa ser comparado a qualquer outra cidade histórica ou mesmo alguma outra cidade nascida como pouso de tropeiro. Isso seria a banalização do estudo do espaço excluindo sua complexidade. Porém, pelos elementos identificadores, por similaridade de características, este estudo poderá contribuir na análise espacial de outras cidades ou destinos turísticos.

Esta pesquisa procurou expressar uma nova forma, mais explicativa e representativa, ainda que se tenha procurado articular também os dados numéricos e objetivos, que aumentaram a força explicativa, para apreender a realidade do espaço da cidade da Lapa, na tentativa de compreender a relação entre a geografia e o turismo através do estudo do espaço e dos bens patrimoniais.

Considera-se, portanto, que as conclusões a que se chegou e que foram aqui apresentadas, só foram possíveis pelos instrumentos de coleta de dados utilizados e pela interpretação dos resultados que esses instrumentos, à luz das escolhas teóricas que também envolveram o método de análise, possibilitaram realizar.

Assim, relatar os procedimentos metodológicos da pesquisa, mais do que cumprir uma etapa, permite a outros pesquisadores novas possibilidades de pesquisa seguindo estes mesmos procedimentos.

Espera-se que este trabalho possa ser utilizado como base para novas pesquisas e que também possa ser utilizado como princípio orientador de políticas públicas especialmente nas áreas da cultura e do turismo.

Apresenta-se a expectativa de que o modelo metodológico incluindo as escolhas teóricas, as quais determinaram inferir as conclusões de pesquisa apresentadas e discutidas, possa contribuir para a implementação de políticas públicas e conseqüentemente a organização do espaço turístico. O que poderia favorecer o planejamento integral e integrado do espaço enquanto um espaço social com conteúdo dinâmico que incorpora a atividade turística a qual desencadeia o fenômeno social de mobilidade humana.

Ao finalizar este trabalho de pesquisa, espera-se que possa contribuir para a partir dele, despertar o interesse por novas investigações que vislumbrem o espaço com toda a dinamicidade que lhe é própria incorporando uma das mais instigantes atividades que o mundo moderno já visualizou, o turismo. E desta forma despertar

reflexões que possam contribuir para tornar o homem mais humano e mais humanizado o que só será possível através do conhecimento que este homem é capaz de produzir e difundir.

REFERÊNCIAS

- ABBAGNANO, N. **Dicionário de Filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- ABREU, R.; CHAGAS, M. **Memória e patrimônio**: ensaios contemporâneos. 2. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.
- ARENDT, H. **A condição humana**. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001.
- BAHL, M. **Legados étnicos e oferta turística**. Curitiba: Juruá Editora, 2004.a
- _____. **Agrupamentos turísticos municipais**. Curitiba: Protexto, 2004.b
- BAKHTIN, M. M. **Marxismo e filosofia da linguagem**: problemas fundamentais do método sociológico da linguagem. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2006.
- BRASIL. MINISTÉRIO DO TURISMO. **Turismo cultural**: orientações básicas. 2. ed. Brasília: Ministério do Turismo, 2008.
- BARRETTO, M. **Planejamento e organização em turismo**. Campinas: Papirus, 1991.
- _____. **Turismo e Legado Cultural**. Campinas: Papirus, 2000.
- BAUER, M. A popularização da ciência como “imunização cultural”: a função de resistência das representações sociais. In: GUARESCHI, P.; JOVCHELOVITCH, S. (Org.) **Textos em representações sociais**. 5. ed. Petrópolis: Ed. Vozes, 1995.
- BAUMAN, S. **Identidade**: entrevista a Benedetto Vecchi. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.
- BENI, M. C. **Análise estrutural do turismo**. 2. ed. São Paulo: Senac, 1998.
- BOULLÓN, R. **Planejamento do espaço turístico**. Bauru: EDUCS, 2002.
- BRITTO, L. N. **Política e espaço regional**. São Paulo: Nobel, 1986.
- CAMARGO, J. B. **História do Paraná**. Maringá: Bertoni Editora, 2002.
- CASTELLS, M. **O poder da identidade**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.
- CHOAY, F. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Editora Unesp, 2001.
- CLAVAL, P. A geografia cultural: estado da arte. In: ROSENDAHL, Z.; CORRÊA, R. L. (Org.) **Manifestações da cultura no espaço**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999.

COORDENAÇÃO DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA. **Formação da RMC**. Disponível em: <<http://comec.gov.br>>. Acesso em: 22/09/2010

CORRÊA, R. L. A geografia cultural e o urbano. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Org.) **Introdução à geografia cultural**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

COSGROVE, D. E.; JACKSON, P. Novos rumos da geografia cultural. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Org.) **Introdução à geografia cultural**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

CURY, I. **Cartas patrimoniais**. 2. ed. Rio de Janeiro: IPHAN, 2000.

CRUZ, R. C. **Política de turismo e território**. São Paulo: Contexto, 2000.

DUNCAN, J. A paisagem como sistema de criação de signos. In: CORREA; ROSENDAHL. (Org.) **Manifestações da cultura no espaço**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004.

FARR, R. M. Representações sociais: a teoria e sua história. In: GUARESCHI, P.; JOVCHELOVITCH, S. (Org.) **Textos em representações sociais**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

FONSECA, M. C. L. Para além de pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural. In: ABREU, R.; CHAGAS, M. **Memória e patrimônio**: ensaios contemporâneos. 2. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

FUNDAÇÃO ESTADUAL DE ENGENHARIA DO MEIO AMBIENTE. **Vocabulário básico de meio ambiente**. Rio de Janeiro: Petrobrás, Serviço de Comunicação Social, 1992.

GADOTTI, M. **Concepção dialética da educação**: um estudo introdutório. 7. ed. São Paulo: Cortez, 1990.

GASTAL, S. **Alegorias urbanas**: o passado como subterfúgio. Campinas. Papyrus, 2006.

GIL FILHO, S. F. Geografia cultural: estrutura e primado das representações. In: **Espaço e cultura**. V. 1, n. 3, p.51-59 jan Dez 2005. Rio de Janeiro: Uerj.

GIRÃO, C. Arte e patrimônio. In: LEITE, S. U. (Org.) **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**: olhar o Brasil. Brasília, n. 29, 2001.

GOMES, P. C. C. A cultura pública e o espaço: desafios metodológicos. In: ROSENDAHL, Z.; CORREA, R. L. (Org.) **Região, identidade e território**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.

_____. **A condição urbana**: ensaios de geografia da cidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

GUILLAUME, M. **A política do patrimônio**. 1. ed. Porto: Campo das Letras editores, 2003.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 9. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

IANNI, O. **A sociedade global**. 7. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

IGNARRA, L. R. **Fundamentos do Turismo**. São Paulo: Pioneira, 1999.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Estrutura Organizacional**.

Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/>>. Acesso em: 23/04/2010

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Sítios Urbanos Tombados**.

Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/>>. Acesso em: 24/08/2010

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades**. Resultado da amostra do censo demográfico de 2000.

Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidades>>. Acesso em: 17/09/2009

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cadastro Central de Empresas**. Estatística do Cadastro Central de Empresas 2008.

Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cadastroempresas>>. Acesso em: 14/12/2010

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Patrimônio cultural material**. Sítios urbanos tombados.

Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/>>. Acesso em: 26/01/2009

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Superintendências Regionais. 10ª Coordenação Regional

Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/>>. Acesso em: 26/01/2009

IVARS, J. A. **Planificación turística de los espacios regionales en Españã**. Madrid: Editorial Síntesis, 2003.

JOVCHELOVITCH, S. Vivendo a vida com os outros: intersubjetividade, espaço público e representações sociais. In: GUARESCHI, P.; JOVCHELOVITCH, S. (Org.) **Textos em representações sociais**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

KERSTEN, M. S. A. **Os rituais do tombamento e a escrita da história**. Curitiba: Editora da UFPR, 2000.

_____. **A Lapa e o Tropeirismo**. 1. Ed. Curitiba: 10ª Superintendência Regional do IPHAN, 2006.

KONDER, L. **A questão da ideologia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

KOSIK, K. **Dialética do concreto**. 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

KOZEL, S. As representações no geográfico. In: MENDONÇA, F.; KOZEL, S. (Org.) **Elementos de Epistemologia da Geografia contemporânea**. Curitiba: Editora da UFPR, 2002.

LAPA. PREFEITURA MUNICIPAL. **Serviços úteis**. Disponível em: <http://www.lapa.pr.gov.br/> >. Acesso em: 25/02/2011.

LAPA. PREFEITURA MUNICIPAL. **Plano diretor do patrimônio cultural edificado**. Lapa, 2010a. 119 p. Relatório técnico.

LAPA. PREFEITURA MUNICIPAL. **Relatório de intenções plano de ação das cidades históricas**. Lapa, 2010b. 28 p. Relatório técnico.

LAPA. PREFEITURA MUNICIPAL. **Estrutura urbana**. Disponível em: <http://www.lapa.pr.gov.br/> >. Acesso em: 14/12/2010c.

LAPA. PREFEITURA MUNICIPAL. **Turismo**. Disponível em: <http://www.lapa.pr.gov.br/> >. Acesso em: 14/12/2010d.

LAPA. **Um passeio pela história**. Lapa: Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, 2007.

LAPA. PREFEITURA MUNICIPAL. **Plano diretor do município da Lapa**. Lapa, 2003. 223 p.

LEFEBVRE, H. **O pensamento marxista e a cidade**. Lisboa: Editora Ulisseia, 1972.

_____. **The production of space**. Great Britain: T.J. International LTDA, 1991.

_____. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1999.

_____. **La presencia y la ausencia**: contribución a la teoría de las representaciones. México: Fondo de Cultura Económica, 2006.

_____. **Espaço e política**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

LENCIONE, Sandra. Da cidade e sua região à cidade-região. In: SILVA, José B. (Org.) **Panorama da geografia brasileira**. São Paulo: Annablume, 2006.

LOPEZ, R. A. **Coração de caudilho**: história real de Gumerindo Saraiva na revolução de 1893. Porto Alegre: Martins Livreiro-Edito, 2005.

LYNCH, K. **De qué tiempo es este lugar**: para una nueva definición del ambiente. Barcelona: Emograph, 1975.

MACHADO, A. B. **POLÍTICAS CULTURAIS E PATRIMÔNIO HISTÓRICO**: o processo de tombamento do setor histórico da Lapa/PR como estudo de caso.

Dissertação do PPG – História, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2007. Disponível em: <http://www.pph.uem.br/> >. Acesso em: 26/09/2009.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1996.

MINAYO, M. C. S. O conceito de representação dentro da sociologia clássica, In: GUARESCHI, P.; JOVCHELOVITCH, S. (Org.) **Textos em representações sociais**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

MONNET, J. O álibi do patrimônio. In: ARANTES, A. A. (Org.) **Revista do patrimônio histórico e artístico nacional**. Brasil. Brasília, n. 24, 1996.

MORAES, A. C. R.; COSTA, W. M. **Geografia crítica**: a valorização do espaço. São Paulo: HUCITEC, 1984.

MORAES, S. T. **Considerações sobre a produção do “espaço turístico” na contemporaneidade**. Turismo Visão e Ação, v. 6, n. 3. Set./dez. 2004.

MOREIRA, R. O espaço e o contra-espaço: as dimensões territoriais da sociedade civil e do Estado, do privado e do público na ordem espacial burguesa. In: SANTOS, M. *et al.* (Org.) **Território, territórios**: ensaios sobre o ordenamento territorial. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

MOREIRA, R. As categorias espaciais da construção geográfica das sociedades. **GEOgrafia**. Niterói: Programa de Pós-Graduação em Geografia, UFF, ano. 3, n.5, 2001.

MOSCOVICI, S. **A representação social da psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

_____. Das representações coletivas às representações sociais: elementos para uma história. In: JODELET, D. (Org.) **As representações sociais**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.

NECHAR; M. C.; CORÉS, M. L. **Apuntes para La investigación turística**. México: Universidad de Quintana Roo, 2006.

OLIVEIRA, M. A. R. Barroco e rococó na arquitetura religiosa brasileira da segunda metade do século 18. In: LEITE, S. U. (Org.) **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Brasília, n. 29, 2001

PARANÁ. SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA. **Cadernos do patrimônio**. Lapa: um passeio pela memória. Curitiba: SEEC, 1993.

PARANÁ. SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA. **Espiraís do tempo**: bens tombados do Paraná. Curitiba: SEEC, 2006.

PARANÁ. SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA. **Coordenadoria do Patrimônio Cultural**. Disponível em: <<http://www.seec.pr.gov.br/>>. Acesso em: 26/01/2009.

PARANÁ. SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA. **Coordenadoria do Patrimônio Cultural**. Estação Ferroviária da Lapa. Disponível em: <<http://www.patrimoniocultural.pr.gov.br/>>. Acesso em: 30/08/2010.

PARANÁ. SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO. **Orientação para Gestão Municipal de Turismo**. Curitiba: Paraná Turismo, 2005.

PARANÁ. SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO. **Regiões turísticas**. Disponível em: <<http://www.setu.pr.br/>>. Acesso em: 23/09/2009.

PARANÁ. Paraná Turismo. **Roteiros Turísticos**. Disponível em: <<http://www.turismo.pr.gov/>>. Acesso em: 27/07/2010.

PELLEGRINI FILHO, A. **Ecologia, cultura e turismo**. Campinas: Papirus, 1993.

PINTO, A. V. **Ciência e existência**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1967.

RODRIGUES, A. B. **Turismo e espaço**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2001.

ROTA DOS TROPEIROS. **A rota dos tropeiros**. Disponível em: <<http://www.rotadostropeiros.com.br/>>. Acesso em: 27/07/2010.

RUIZ, M. D. Trivialidade e transcendência. Usos sociais e políticos do turismo cultural. In: LARROSSA, J.; SKILIAR, C. (Org.) **Habitantes de babel**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

SANTANNA, M. **A face do patrimônio cultural**: os novos instrumentos de reconhecimento e valorização. In: ABREU, R.; CHAGAS, M. *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. 2. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

SANTANA, X. ; AZEVEDO, C. Turismo e espaço: uma leitura da interferência da atividade turística no processo de (re)organização sócio-espacial do município de João Pessoa-PB. **Scripta Nova**, Revista eletrônica de geografia y ciências sociales, Barcelona, v. IX, n. 194, 116-124, ago. 2005.
Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/an/an>>. Acesso em: 20/08/2009.

SANTOS, M. **Pensando o espaço do homem**. São Paulo: Editora Hucitec, 1982.

_____. **O espaço do cidadão**. 2. ed. São Paulo: Nobel, 1993

_____. **Por uma geografia nova**: da crítica da geografia a uma geografia crítica. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

SHIELDS, R. **Spatial dialectics**. Great Britain: Creative Print and Design, 1998.

SAUER, C. O. Geografia cultural. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Org.) **Introdução à geografia cultural**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

SENNETT, R. **A cultura do novo capitalismo**. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SILVA, A. **Imaginários urbanos**. São Paulo: Perspectiva, 2001.

SOUZA, S. do R. **Os profissionais de turismo e as políticas de preservação do patrimônio histórico e cultural**: por uma formação cidadã. 128 f. Dissertação do PPG - Educação, Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba, 2005.

TRIGO, L. G. G. **A sociedade pós-industrial e o profissional em turismo**. Campinas: Papirus, 1998.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. **Teses, dissertações, monografias e outros trabalhos acadêmicos**. Curitiba: Ed. UFPR, 2007.

VÁZQUEZ, Adolfo Sánchez. **Filosofia da práxis**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S.A., 1968.

WAGNER, W. Descrição, explicação e método na pesquisa das representações sociais. In: GUARESCHI, P.; JOVCHELOVITCH, S. (Org.) **Textos em representações sociais**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

WAGNER, P. L.; MIKESEL, M. W. Os temas da geografia cultural. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Org.) **Introdução à geografia cultural**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

WACHOWICZ, R. C. **História do Paraná**. 4. ed. Curitiba: Editora Gráfica Vicentina, 1977.

WAHAB, S. A. **Introdução à administração do turismo**. 3. ed. São Paulo: Pioneira, 1991.

WESTPHALEN, C. M. **O Barão dos Campos Gerais e o comércio das tropas**. Curitiba: C. D. Editora, 1995.

APÊNDICE 1

ROTEIRO DE ENTREVISTAS

(...) Profissional da área do turismo (...) Representante de órgão público

(...) Membro da comunidade (...) Proprietário de bem patrimonial tombado

Idade: () até 20 anos () de 20 a 50 anos () mais de 50 anos

Sexo: () Homem () Mulher

Escolaridade: () Ensino fundamental () Ensino Médio () Ensino superior

() Pós-Graduação Profissão:

1. Quando olha para um bem patrimonial do Setor Histórico, quais sentimentos lhe vêm à tona?

2. Qual patrimônio elegeria como símbolo da cidade?

3. O que esse patrimônio representa?

4. Votaria a favor da demolição do Setor Histórico para construção de edifícios e casas? () Sim () Não

Por quê?

5. É a favor do crescimento do turismo na cidade? () Sim () Não

Por quê?

6. Quantos turistas você acha que a cidade da Lapa recebe por mês?

7. O que motiva um turista a visitar a cidade da Lapa?

() Gastronomia () Patrimônio histórico () Hotéis e pousadas

8. A cidade da Lapa é:

() Uma cidade que oferece muitos atrativos aos turistas

() Uma cidade que oferece alguns atrativos aos turistas

() Uma cidade que não oferece atrativos aos turistas

APÊNDICE 2

QUESTIONÁRIO APLICADO A TURISTAS

Idade: () até 20 anos () de 20 a 50 anos () mais de 50 anos

Sexo: () Homem () Mulher

Escolaridade: () Ensino fundamental () Ensino Médio () Ensino superior

() Pós-Graduação Profissão:

1. Quando olha para um bem patrimonial do Setor Histórico, quais sentimentos lhe vêm à tona?

2. Qual patrimônio elegeria como símbolo da cidade?

3. O que esse patrimônio representa?

4. Votaria a favor da demolição do Setor Histórico para construção de edifícios e casas? () Sim () Não

Por quê?

5. Quantos turistas você acha que a cidade da Lapa recebe por mês?

6. O que motiva um turista a visitar a cidade da Lapa?

() Gastronomia () Patrimônio histórico () Hotéis e pousadas

7. A cidade da Lapa é:

() Uma cidade que oferece muitos atrativos aos turistas

() Uma cidade que oferece alguns atrativos aos turistas

() Uma cidade que não oferece atrativos aos turistas

8. Quantas vezes já visitou a cidade da Lapa?

() 1ª vez () 2 vezes () mais de três vezes

9. Por qual razão está visitando a cidade da Lapa?

() Trabalho () Estudo () Visita a parentes e amigos () Outros

APÊNDICE 3

ROTEIRO DE DEPOIMENTOS

Profissão:

Área de formação:

Escolaridade:

1. O que pensa sobre as ações na área da cultura e do turismo que estão sendo desenvolvidas na Lapa?
2. Quais seriam as suas sugestões de políticas públicas na área da cultura e do turismo que poderiam ser implementadas na Lapa?
3. Acredita que as possibilidades socioeconômicas do município suportem essas sugestões?
4. O que seria necessário?
5. Acredita que o que está sendo preservado na Lapa seja representativo para se estabelecer a memória do lapeano? Que sugestões daria?